

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Mônica Sperb Machado

**REDES PESSOAIS SIGNIFICATIVAS E
MATERNIDADE EM FAMÍLIAS MONOPARENTAIS
EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

Santa Maria, RS

2019

Mônica Sperb Machado

**REDES PESSOAIS SIGNIFICATIVAS E MATERNIDADE EM FAMÍLIAS
MONOPARENTAIS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Psicologia**.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Caroline Rubin Rossato Pereira

Santa Maria, RS

2019

Machado, Mônica Sperb
Redes pessoais significativas e maternidade em
famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade
social / Mônica Sperb Machado.- 2019.
192 p.; 30 cm

Orientadora: Caroline Rubin Rossato Pereira
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de
Pós-Graduação em Psicologia, RS, 2019

1. Maternidade 2. Monoparentalidade 3. Redes sociais
4. Vulnerabilidade social I. Rubin Rossato Pereira,
Caroline II. Título.

Mônica Sperb Machado

**REDES PESSOAIS SIGNIFICATIVAS E MATERNIDADE EM FAMÍLIAS
MONOPARENTAIS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Psicologia**.

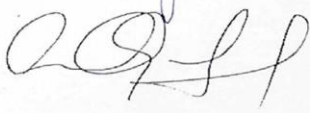
Aprovado em 01 de março de 2019:



Caroline Rubin Rossato Pereira, Dr^a. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



Dorian Mônica Arpini, Dr^a. (UFSM)



Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré (UFSM)
(videoconferência)

Santa Maria, RS
2019

DEDICATÓRIA

À todas as mulheres responsáveis por famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social, em especial àquelas que compartilharam comigo parte de suas histórias, desafios e conquistas relacionadas à maternidade.

AGRADECIMENTOS

Ao bom Deus, por conferir-me as bênçãos e as forças necessárias para eu acreditar em mim e concretizar meus sonhos. E, para quem está junto Dele, avô Estácio, pelo exemplo de amor e simplicidade.

Aos meus pais Cláudia e José, por me apoiarem em cada decisão e serem farol para iluminar os meus passos. Esta conquista é também de vocês.

Ao meu irmão Matheus, por acolher os meus desabafos e sempre me impulsionar à frente, e à cunhada Anelise, pelo exemplo de encarar os desafios com bom-humor.

Ao Volmar, por me acompanhar durante toda a trajetória do Mestrado dedicando-me o seu amor, compreensão e companheirismo.

Aos dindos Irene e Dercílio e à tia Valquíria, pelo apoio na realização dos meus sonhos e por me dedicarem tanto amor.

À Isadora e à Ariane, por tornarem a vida em Santa Maria (RS) mais doce e feliz, pela amizade, afeto e companhia no dia a dia.

Às amigas e colegas Tamires, Thamires, Luisa, Renata e Alessandra, pelos bons momentos e também pelas angústias compartilhadas, que tornaram a Pós-graduação mais leve e prazerosa.

À Júlia A., Nathiele, Ana, Vanessa, Carolina, Júlia C. e Letícia, pela amizade tão bonita apesar das distâncias.

À professora Caroline Rubin Rossato Pereira, pela gentileza em me orientar neste trabalho, pelo exemplo de profissional e, principalmente, pelo acolhimento e amizade.

Às professoras Dorian Mônica Arpini e Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré, pelo olhar cuidadoso ao meu trabalho e por colaborarem com este desde o início.

Às colegas do Núcleo de Estudos Famílias e suas Relações (NEFRE), pela convivência e compartilhamento de aprendizados. Em especial, à Bruna, Karina, Tania e Gabriela, pelo auxílio prestado no desenvolvimento deste trabalho.

À Secretaria de Desenvolvimento Social, aos profissionais dos CRAS, ao Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD) e à CAPES, por viabilizarem a concretização deste trabalho.

Às mulheres responsáveis por famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social que participaram deste estudo e contribuíram com o desenvolvimento da ciência.

EPÍGRAFE

“Esses dias a minha amiga me mandou mensagem, era um negócio de mãe guerreira e ela disse que me considerava uma mãe guerreira. E eu também me considero. Porque, por mais difícil que seja, tem que ter garra sempre. Sempre lutando pelo melhor, sempre”. (Rosa)

RESUMO

REDES PESSOAIS SIGNIFICATIVAS E MATERNIDADE EM FAMÍLIAS MONOPARENTAIS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

AUTORA: Mônica Sperb Machado

ORIENTADORA: Prof^ª Dr^ª Caroline Rubin Rossato Pereira

As famílias de configuração monoparental no Brasil representam uma parcela crescente de famílias, sendo a maioria formada pela mãe, sem cônjuge, enquanto responsável pelos filhos. A maternidade nesse contexto engloba os desafios das mães assumirem a manutenção e o sustento do lar, além da educação dos filhos. A situação de vulnerabilidade social em que muitas estão inseridas torna ainda mais complexa esta realidade, interpondo fragilidades e fazendo essencial a existência de redes de apoio à maternidade. Assim, o presente estudo qualitativo, exploratório e descritivo objetivou compreender a dinâmica das redes pessoais significativas para o desempenho da maternidade em famílias monoparentais femininas no contexto de vulnerabilidade social. Participaram dez mulheres com filhos crianças, responsáveis por famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social, cadastradas em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município do interior do Rio Grande do Sul. Todos os preceitos éticos foram considerados. Os dados foram coletados através de um Questionário Sociodemográfico, de uma Entrevista semiestruturada e do Mapa de Redes e submetidos à Análise de Conteúdo. Os resultados foram apresentados em formato de dois artigos científicos: “Significados atribuídos à maternidade em famílias monoparentais femininas em vulnerabilidade social” e “Redes pessoais significativas de mulheres responsáveis por famílias monoparentais em vulnerabilidade social”. Constatou-se que as mães exerciam atividades parentais relacionadas aos cuidados físicos, emocionais, sociais e intelectuais dos filhos, bem como investiam esforços em sua disciplina e educação de valores. Os cuidados e a educação dos filhos mostraram-se atrelados aos significados da maternidade atribuídos pelas participantes, sendo considerados responsabilidades maternas e permeados por peculiaridades do contexto social de monoparentalidade e vulnerabilidade. Familiares, amigos, vizinhos, “patrões” e profissionais/serviços participam de diferentes formas na manutenção das famílias monoparentais e como apoio no desempenho da maternidade das mulheres responsáveis por estas. Destacaram-se como principais funções dos vínculos que compuseram as redes: o apoio material, importante à sobrevivência familiar; a companhia social, para o compartilhamento da rotina cotidiana; o emocional, para o enfrentamento das vivências de sobrecarga e histórias de vida marcadas por fragilidades; o guia de conselhos, relevante aos aspectos educativos dos filhos; e a regulação social, que reafirma os papéis e as responsabilidades das mães para com seus filhos. Considera-se relevante ampliar o conhecimento sobre as redes pessoais significativas, entendendo que seu reconhecimento possa ser estratégico em práticas profissionais e contribuir na vivência da maternidade de mulheres responsáveis por famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Maternidade; Monoparentalidade; Redes sociais; Vulnerabilidade Social.

ABSTRACT

SIGNIFICANT PERSONAL NETWORKS AND MATERNITY IN MONOPARENTAL FAMILIES IN THE SITUATION OF SOCIAL VULNERABILITY

AUTHOR: Mônica Sperb Machado

ADVISOR: Prof. Dr. Caroline Rubin Rossato Pereira

Monoparental families represent an increasing number of families in Brazil, the majority formed by the mother, with no spouse, as responsible for their children. Motherhood in this context encompasses the challenges of mothers taking on the maintenance and sustenance of the home, as well as the education of their children. The situation of social vulnerability in which many are inserted makes this reality even more complex, interposing fragilities and making essential the existence of maternity support networks. Thus, the present qualitative, exploratory and descriptive study aimed to understand the dynamics of significant personal networks for the performance of motherhood in single-parent female families in the context of social vulnerability. Ten women with children, responsible for single-parent families in socially vulnerable situations, were enrolled in Social Assistance Reference Centers (CRAS) of a municipality in the interior of Rio Grande do Sul. All ethical precepts have been considered. The data were collected through a Sociodemographic Questionnaire, a semi-structured Interview and the Network Map and submitted to Content Analysis. The results were presented in the form of two scientific articles: "Meanings attributed to maternity in female single parents in social vulnerability" and "Significant personal networks of women responsible for single parents families in social vulnerability". It was found that mothers were engaged in parental activities related to the physical, emotional, social, and intellectual care of their children, as well as investing efforts in their discipline and values education. The care and education of the children showed themselves to be linked to the meanings of motherhood attributed by the participants, being considered maternal responsibilities and permeated by peculiarities of the social context of single parenthood and vulnerability. Relatives, friends, neighbors, "bosses" and professionals/services participate in different ways in the maintenance of single parent families and as support in the maternity performance of the women responsible for them. The main functions of the links that made up the networks were: the material support, important to family survival; the social company, to share the daily routine; the emotional, to face the experiences of overload and life stories marked by frailties; the council guide, relevant to the educational aspects of the children; and social regulation, which reaffirms the roles and responsibilities of mothers towards their children. It is considered relevant to increase the knowledge about the significant personal networks, to understand that their recognition can be strategic in professional practices and contribute to the experience of motherhood of women responsible for single parents families in a situation of social vulnerability.

Keywords: Maternity; Single parenting; Social networks; Social vulnerability.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização geral das participantes e suas famílias.....	47
Tabela 2 – Apresentação das categorias de análise.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCSH – Centro de Ciências Sociais e Humanas
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CNS – Conselho Nacional de Saúde
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDT - Manual de Estrutura e Apresentação de Monografias, Dissertações e Teses
MMR – Mapa Mínimo das Relações
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PROCAD – Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
PPGP – Programa de Pós-Graduação em Psicologia
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TAI – Termo de Autorização Institucional
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1. INTRODUÇÃO	16
2. REVISÃO DA LITERATURA	20
2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E CONCEITUAIS SOBRE FAMÍLIAS E MATERNIDADE	20
2.2 FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS E A SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL	29
2.3 REDES PESSOAIS SIGNIFICATIVAS: MATERNIDADE E MONOPARENTALIDADE	38
3. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	44
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA	44
3.2 PARTICIPANTES	46
3.3 DELINEAMENTO E PROCEDIMENTOS	49
3.4 INSTRUMENTOS	53
3.5 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	57
3.6 ANÁLISE DOS DADOS	58
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	62
ARTIGO 1	63
ARTIGO 2	113
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	164
REFERÊNCIAS	168
APÊNDICES	177
APÊNDICE A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL	177
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ...	179
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO	182
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA	184
APÊNDICE E – MAPAS INDIVIDUAIS DAS PARTICIPANTES	187
APÊNDICE F – MAPA GERAL DAS PARTICIPANTES	189
APÊNDICE G – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE	190
ANEXOS	192
ANEXO A – MAPA DE REDE OU MAPA MÍNIMO DAS RELAÇÕES (MMR)	192

APRESENTAÇÃO

O presente estudo corresponde à dissertação de mestrado intitulada “Redes pessoais significativas e maternidade em famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social”. Esta está vinculada à pesquisa intitulada “Psicologia e Políticas Públicas: Saúde e Desenvolvimento em Contextos de Vulnerabilidade Social”, desenvolvida pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD), que visa à cooperação entre os Programas de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade de Brasília (UnB).

Para a apresentação do estudo optou-se pelo formato de artigos científicos, o que é admitido institucionalmente conforme o Manual de Estrutura e Apresentação de Monografias, Dissertações e Teses (MDT) (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2015), e visa à produção científica dos pesquisadores docentes e discentes inseridos no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP). Assim, esta dissertação foi estruturada em seis tópicos. O primeiro corresponde a uma breve introdução à temática estudada. O segundo, por sua vez, aborda os aspectos teóricos envolvidos no estudo, a partir da revisão de textos científicos diversos disponíveis na literatura nacional e internacional, os quais embasaram a construção do estudo. Nesta revisão serão abordados três eixos: (1) aspectos históricos, sociais e conceituais sobre famílias e maternidade; (2) famílias monoparentais femininas e a situação de vulnerabilidade social; e (3) redes pessoais significativas: maternidade e monoparentalidade.

O *primeiro eixo* da revisão teórica aborda um breve percurso histórico sobre as transformações sociais na instituição familiar, enfocando o papel da mulher nas famílias e o desempenho da maternidade. Pretendeu-se adentrar na discussão sobre a pluralidade de famílias existentes na contemporaneidade, evidenciando a possibilidade de mães criarem seus filhos sem a presença do cônjuge, formando famílias de configuração monoparental.

O *segundo eixo*, portanto, discorre sobre as famílias monoparentais femininas, abordando estudos nacionais e internacionais que conferem compreensões sobre o funcionamento e características destas, principalmente das que vivem em situação de vulnerabilidade social. Entendimentos sobre o conceito de “vulnerabilidade social” também são neste eixo apresentados. Com a discussão da possibilidade de mães responsáveis por famílias monoparentais no contexto especificado vivenciarem sobrecarga de funções no que concerne aos cuidados com os filhos e, assim, a suposição de que necessitam de apoio, fez-se a conexão com a discussão seguinte, a respeito das redes de apoio social.

O *terceiro eixo*, concluindo o capítulo da revisão teórica, apresenta os conceitos de redes sociais, redes sociais significativas e, por fim, de redes pessoais significativas. Este último é, então, relacionado ao desempenho da maternidade e às famílias monoparentais femininas, principalmente àquelas em situação de vulnerabilidade social.

Já o terceiro tópico refere-se à trajetória metodológica realizada pela pesquisadora para a construção desta pesquisa, a qual correspondeu a um estudo transversal, qualitativo, de caráter exploratório e descritivo, que utilizou como instrumentos de coleta de dados Questionário de Dados Sociodemográficos, Entrevista Semiestruturada e Mapa de Redes e que cujos dados obtidos foram submetidos à análise de conteúdo temática. Embora a apresentação do método também esteja presente de forma resumida nos artigos que compõem esta dissertação de mestrado, optou-se pela escrita deste tópico com o intuito de detalhar o percurso metodológico devido às delimitações de espaço exigidas pelas revistas científicas.

A trajetória metodológica, portanto, contou com os seguintes itens: a) *participantes*, em que se apresentam os participantes da pesquisa; b) *contexto da pesquisa*, ou seja, a descrição dos locais envolvidos na realização da pesquisa; c) *delineamento e procedimentos*, referindo-se à caracterização da pesquisa e às etapas para sua realização; d) *considerações éticas*, que aborda os cuidados necessários para a realização da pesquisa e os seus possíveis prejuízos ou benefícios às participantes; e) *instrumentos*, em que são apresentados os recursos utilizados para acessar as informações pertinentes ao estudo; e, por fim, f) *análise dos dados*, descrevendo e explicando de que forma as informações obtidas foram tratadas para serem apresentadas como resultados do estudo.

Por sua vez, os dois tópicos seguintes contemplam os resultados e as discussões oriundas do trabalho de pesquisa, sob o formato de dois artigos científicos. O primeiro artigo desenvolvido, intitulado “Significados atribuídos à maternidade em famílias monoparentais femininas em vulnerabilidade social”, tratou sobre as atividades parentais e relacionadas à educação dos filhos realizadas pelas participantes do estudo, bem como os significados por elas atribuídos à vivência da maternidade. O segundo artigo, intitulado “Redes pessoais significativas de mulheres responsáveis por famílias monoparentais em vulnerabilidade social”, por sua vez, abordou as redes pessoais significativas das quais as colaboradoras se valeram para o desempenho da maternidade no contexto de famílias monoparentais e em situação de vulnerabilidade.

Por fim, no último tópico, são tecidas as considerações finais do presente estudo, retomando as questões trabalhadas nos artigos apresentados e expondo algumas das percepções da pesquisadora ao longo do desenvolvimento do trabalho. Ainda, considerou-se

importante expor neste capítulo as limitações do estudo e suas contribuições ao campo científico.

1. INTRODUÇÃO

A realização deste trabalho origina-se do interesse da pesquisadora pela temática de famílias e suas relações, especialmente, sobre aspectos relacionados ao exercício da parentalidade em contextos de vulnerabilidade social. Vivências acadêmicas permitiram à pesquisadora observar a necessidade de fornecer olhares atentos às famílias, reconhecendo suas potencialidades, em vista de atuarem como promotoras do desenvolvimento de suas crianças.

Somado a isso, entende-se que fenômenos sociais, culturais, políticos e econômicos vêm modificando as formas de estrutura e funcionamento vivenciadas no interior da família e ampliando as possibilidades de arranjos familiares. Conforme a cartilha *Novos Rumos para o Trabalho com Famílias* (MOREIRA, 2013), desenvolvida pela Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente (NECA), observam-se na atualidade famílias nucleares, recasadas, monoparentais, dentre outras. O autor chama a atenção para a diminuição do número de casamentos legais e do número de filhos por casal, ao passo em que o número de separações e recasamentos aumenta. Ainda, homens e mulheres têm experienciado outras maneiras de vivenciar a parentalidade, tardando-a, assumindo-a com parceiros do mesmo sexo ou sem parceiro algum. No que se refere às mulheres, chamam a atenção o fenômeno expressivo da maternidade na adolescência, o maior ingresso no mercado de trabalho e a necessidade de conciliá-lo com o trabalho doméstico, bem como o aumento dos lares chefiados por mulheres.

Assim, considera-se importante investir esforços na compreensão das novas formas de relacionamento, estrutura e funcionamento, dos papéis e das funções desempenhados, bem como da experiência da parentalidade nas diferentes configurações familiares. Pode-se refletir que as famílias contemporâneas se deparam com diferentes demandas e que desafios importantes se colocam tanto ao campo da prática profissional, como ao campo científico, no que tange à realização de esforços para a compreensão das características que circundam as famílias e suas estruturas (funcionamento, relações, papéis e funções dos seus membros), nas diversas configurações familiares observadas.

As famílias de configuração monoparental feminina, ou seja, em que a mãe é a responsável pelos filhos na ausência de um cônjuge, compõem parte deste cenário de diversidade de organizações familiares. Elas representam no contexto brasileiro uma parcela significativa de famílias - 11,6 milhões, em 2015, ou seja, 26,8% dentre os arranjos familiares com filhos, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016).

Identificar características e aspectos do funcionamento destas faz-se necessário, tendo em vista que enfrentam a peculiaridade de assumirem sozinhas o sustento dos lares e a criação dos filhos.

Dentre estas famílias, por sua vez, têm-se aquelas que vivem em situação de vulnerabilidade social, expostas a fatores desfavoráveis à qualidade de vida. Entende-se a necessidade de investir esforços na compreensão dos desafios desta situação no que se refere ao exercício da parentalidade neste contexto e, principalmente, dos recursos desenvolvidos pelas famílias para o enfrentamento de adversidades. Um destes recursos pode se referir às redes de pessoas e instituições que confirmam apoio e suporte às famílias em situação de vulnerabilidade social.

As redes sociais referem-se aos vínculos estabelecidos pelo indivíduo ou pela família ao longo de seu desenvolvimento, os quais se caracterizam pelo caráter de apoio e suporte prestados. Tais redes podem operar de forma significativa no desenvolvimento do indivíduo ou família, auxiliando em situações adversas ou de crise, na promoção de saúde e na qualidade de vida destes (MORÉ; CREPALDI, 2012; SLUZKI, 1997). Conforme Sluzki (1997), a denominada rede pessoal significativa corresponde a todos os vínculos percebidos como significativas pelo sujeito, podendo incluir a família, os amigos, as relações de trabalho ou de estudo, além da comunidade. Quando relacionadas à maternidade ou monoparentalidade, tem-se que as redes podem auxiliar no enfrentamento de dificuldades, principalmente relacionadas ao domínio financeiro e da educação dos filhos, além de atuarem no encorajamento e empoderamento das mães na vivência da maternidade.

A partir desses apontamentos optou-se, neste estudo, por lançar foco às famílias monoparentais femininas, ou seja, àquelas em que a mãe assume a responsabilidade pela família e a guarda dos filhos, na ausência do pai destes ou de outro parceiro que o substitua. Assim, pretendeu-se compreender a dinâmica das redes pessoais significativas para o desempenho da maternidade nas famílias monoparentais femininas em situação de vulnerabilidade social, entendendo que a maternidade pode envolver peculiaridades neste contexto e, assim, conferindo relevância ainda maior à rede de apoio das mulheres responsáveis por essas famílias. Ressalta-se que o termo “desempenho” não é entendido no presente estudo no sentido de avaliação de práticas, mas sim, no sentido de ação, ou seja, da realização de atividades pelas mulheres/mães nas famílias monoparentais. Assim, considerou-se necessário o conhecimento das atividades cotidianas maternas desenvolvidas pelas mães responsáveis pelas famílias em questão, além da compreensão dos significados que atribuem à maternidade.

Destaca-se que o presente estudo embasa-se teoricamente nos pressupostos epistemológicos do Pensamento Sistêmico (VASCONCELLOS, 2003) e do Pensamento Complexo (MORIN, 2007). O primeiro é entendido como uma “ciência novo-paradigmática” e corresponde a uma perspectiva que transcende os pressupostos da ciência tradicional, propondo como fundamentos a complexidade, a instabilidade e a intersubjetividade. Nesse sentido, do pressuposto tradicional da simplicidade, propõe a complexidade, a fim de demonstrar a necessidade de ampliação do foco de observação, contextualizando os fenômenos estudados e considerando sua complexidade. Dessa forma, entende que o todo é maior que a soma das partes, de modo que mudanças ocorridas em uma parte de um sistema reverberarão em todo este. Ainda, considera a causalidade recursiva, que significa constante retroalimentação das partes do sistema, fugindo à noção linear de causa e efeito (VASCONCELLOS, 2003).

Em detrimento do pressuposto da estabilidade, característico da ciência tradicional, propõe considerar a instabilidade, enfatizando a utilização de uma linguagem no verbo “estar” e não “ser”, pensando, assim, processos com possibilidades de mudanças, situados em momentos históricos, e não fenômenos estáveis, inflexíveis e previsíveis. Neste sentido, diz respeito às constantes mudanças passíveis de ocorrer nos sistemas, impossibilitando o exato controle ou previsão dos fenômenos. Por fim, do pressuposto da objetividade propõe a intersubjetividade, que significa reconhecer a própria participação do pesquisador no sistema, ou a impossibilidade de sua neutralidade, visto que este é tanto influenciador como influenciado pelo fenômeno estudado. Assumir tais influências demanda reconhecer que um fenômeno pode abranger versões diferentes, que não existem verdades únicas e que o pesquisador necessita participar na construção das soluções às problemáticas das famílias, por exemplo (VASCONCELLOS, 2003).

Por sua vez, o Pensamento Complexo (MORIN, 2007) compreende o entendimento da complexidade de um fenômeno a ser estudado, por considerar as inter-relações entre os diferentes elementos presentes no contexto e permitir uma visão integradora destes, articulando-os. Assim, um fenômeno é compreendido em suas partes heterogêneas, as quais devem ser articuladas e integradas, além de entendidas como em constante interação e a partir da recursividade, ou seja, do processo de relações não lineares em que os sujeitos são tanto produto como produtores dos processos interacionais.

Entende-se que tais perspectivas sejam condizentes com a proposta deste estudo, no que o fenômeno a ser estudado deve ser compreendido em sua complexidade, considerando sujeitos e famílias como sistemas imersos em um contexto histórico, cultural e relacional, e

como os protagonistas de suas próprias histórias de vida, sendo não somente produtos, mas principalmente produtores de sentidos e significados. Dessa forma, entende-se que compreender a dinâmica das redes pessoais significativas para o desempenho da maternidade de mulheres responsáveis por famílias monoparentais femininas em situação de vulnerabilidade social envolve considerar múltiplos fatores abrangidos no fenômeno, como as relações familiares, sociais, profissionais e comunitárias destas mulheres, as peculiaridades presentes no contexto social em que vivem e as diferentes maneiras que possuem de desempenhar a maternidade neste contexto, a partir dos sentidos e significados que atribuem ao contarem suas vivências e entendendo que tais elementos se conectam, se articulam e se relacionam mutuamente. Ou seja, trata-se de um fenômeno complexo em que convergem diversos elementos que se conectam, se articulam e se relacionam mutuamente, requerendo da pesquisadora uma postura de aceitação das diferenças e de diálogo entre estas.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS, SOCIAIS E CONCEITUAIS SOBRE FAMÍLIAS E MATERNIDADE

A família corresponde a um sistema aberto, possuidora de funções, estruturas, padrões e propriedades, em constante transformação, que realiza trocas com o meio extrafamiliar e que encara diferentes demandas ao longo dos estágios de desenvolvimento do seu ciclo vital (MINUCHIN, 1982). Assim, pode ser considerada a unidade básica de interação social, matriz para o desenvolvimento psíquico, biológico e social de seus membros, que compartilham uma história e laços emocionais, cuja estrutura varia acompanhando as transformações históricas, sociais e culturais da sociedade. Neste tocante, entende-se que não possa ser concebida enquanto um conceito homogêneo ou inflexível, devido às suas diversas configurações, possibilidades de organização e formas de se relacionar, mas sim, concebida em suas especificidades, conforme cada momento histórico e fatores (culturais, políticos, religiosos, econômicos, dentre outros) que a influenciam (OSÓRIO, 2002).

Enquanto um sistema complexo faz-se relevante compreender as partes que compõem a unidade sistêmica família. As subdivisões do sistema familiar, ou seja, os denominados subsistemas correspondem aos agrupamentos dos membros da família a partir de características como idade, sexo, geração e responsabilidades esperadas, sendo que um mesmo membro pode compor diferentes subsistemas no contexto familiar. Nesse sentido, tem-se, por exemplo, o subsistema conjugal, composto pelos membros que formam um casal e que precisam ajustar-se individual e coletivamente nesta condição; o subsistema parental, composto pela dupla parental, a qual se instaura a partir do primeiro filho e demanda assumir novas funções para além das presentes na conjugalidade; e o subsistema fraterno, composto pelos irmãos que experimentam relações de igualdade, negociação, competição entre outras (MINUCHIN, 1982).

Os limiares e delimitações entre os diferentes subsistemas, entre os próprios indivíduos que compõem os subsistemas, bem como entre o sistema família em relação a outros sistemas circundantes, correspondem às fronteiras, ou seja, às marcações invisíveis, porém conhecidas por todos, que delimitam tanto o que não deve ser ultrapassado, quanto às condições em que pode existir maior permeabilidade. Este entendimento é relevante, pois as

fronteiras correspondem às regras que definem quem participa e de que maneira na vida familiar, possuindo a função de proteger a diferenciação do sistema. Assim, para que a família funcione bem, considera-se que suas fronteiras devam ser nítidas, ou seja, bem definidas, a fim de permitir que os membros desempenhem suas funções sem interferências indevidas, na medida em que admitem o contato dos outros membros ou subsistemas (MINUCHIN, 1982).

No entanto, as fronteiras tornam-se difusas quando a família gira em torno de si mesma e há um aumento de preocupação e comunicação entre os membros com renúncia da autonomia, o que pode sobrecarregar o sistema e deixá-lo sem recursos para se adaptar a circunstâncias estressantes. Por fim, quando a família desenvolve fronteiras rígidas, a comunicação torna-se mais difícil e as funções protetoras da família ficam prejudicadas, sendo que os membros possuem um sentido distorcido de independência e carecem de sentimentos de lealdade e de pertencimento, assim como da capacidade de interdependência para solicitação de apoio, quando necessário. Assim, somente um nível muito elevado de estresse poderia ativar sistemas de apoio na família (MINUCHIN, 1982).

Os subsistemas e as fronteiras, por sua vez, relacionam-se com a estrutura familiar. Enquanto possuidora de uma estrutura, a família deve ser entendida a partir do conjunto de exigências que ditam a maneira como deve funcionar ou dos padrões de interação que lhes são recorrentes e previsíveis. Estes reforçam o sistema, mantendo-o em si mesmo, organizam a hierarquia familiar e a complementaridade das funções, definem fronteiras e controlam o comportamento de seus membros, por exemplo, tendendo a funcionar em equilíbrio se claros e flexíveis. No entanto, se rígidos ou irregulares, os padrões de uma estrutura podem levar a conflitos ou dificuldades. Isto significa que na existência de situações que desequilibram o sistema, a família em geral lança mão de mecanismos para reestabelecer o funcionamento rotineiro. Contudo, esta deve ser capaz de adaptar-se quando as circunstâncias se modificam, transformando-se e adaptando-se às novas circunstâncias, sem perder a sua continuidade e seu lugar de referência para os membros (MINUCHIN, 1982; MINUCHIN; COLAPINTO; MINUCHIN, 1999).

Outros conceitos relevantes nessa discussão referem-se às funções da família e às de seus membros a fim de assegurar a manutenção familiar. Dentre as funções universais de uma família estão a sua capacidade de garantir o cuidado e a proteção aos seus membros, o que significa muito além da sobrevivência física e da proteção aos perigos, englobando também a capacidade de favorecer o desenvolvimento psíquico e a socialização destes, funções estas que se espera estejam presentes independentemente do contexto social ou da configuração da família (quem a compõe). Osório (2002), por exemplo, destacou três funções consideradas

básicas da família: (1) a função biológica, que diz respeito à garantia da sobrevivência dos membros através de cuidados como alimentação, fornecimento de condições ambientais adequadas e higiene, por exemplo; (2) a função psicológica, que significa tanto a garantia de afeto, segurança emocional e continência das ansiedades e angústias dos membros ao longo do ciclo de vida individual, quanto da garantia de condições ambientais adequadas, favorecendo a aprendizagem, trocas com o meio e desenvolvimento cognitivo dos membros; por fim (3), a função social, que consiste na transmissão da cultura, regras e limites sociais por parte dos adultos às crianças, preparando-as para viver em sociedade e construir a sua cidadania (OSÓRIO, 2002).

Além da menção às funções, aos subsistemas, às fronteiras e aos padrões, aspectos envolvidos na estrutura familiar, faz-se relevante o reconhecimento de que estes se apresentam de diferentes maneiras ao longo do ciclo de vida da família. Conforme Minuchin (1982) a família enquanto sistema terá seu funcionamento e suas demandas contextualizados conforme os estágios de desenvolvimento do seu ciclo vital. Neste tocante, as autoras Carter e McGoldrick (1995) propuseram os seguintes estágios do ciclo de vida da família nuclear norte-americana: a saída de casa dos jovens solteiros, a formação de um novo casal, a família com filhos pequenos, a família com filhos adolescentes, lançando os filhos e a família no estágio tardio da vida.

Para este trabalho faz-se importante destacar o estágio de desenvolvimento da família com filhos pequenos, em que se tem a tarefa de aceitação de novos membros na família e organização dos espaços para acolhê-los, o que demanda reorganização, flexibilidade e negociações. Além disso, tal estágio requer que ocorra o engajamento das figuras parentais no cuidado e educação dos filhos, além das tarefas domésticas e de sustento financeiro da família, bem como a reorganização das relações com a família ampliada em que todos avançam em seus papéis (pais que se tornam avós, etc.). Ou seja, nesse estágio ocorrem mudanças profundas nos níveis individuais, conjugais e familiares (BRADT, 1995; CARTER; MCGOLDRICK, 1995).

Na presença de filhos, portanto, demandas peculiares são colocadas à família e seus diferentes membros, sendo essencial que funções parentais sejam desempenhadas. Conforme Hoghughi (2004), o conceito de *parenting*, referido no presente trabalho como “parentalidade”, refere-se às atividades realizadas a fim de assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento da criança. No entanto, apesar de o termo “parental” comumente fazer referência ao pai e mãe biológicos, na parentalidade pouco importa quem a realiza, pois o foco está na atividade, processo ou interação de desenvolver e educar. Assim, a parentalidade

geralmente, mas não necessariamente ou exclusivamente, envolve os filhos, seus pais ou outros adultos membros da família que interagem ao longo da vida, sendo que estes possuem diferentes concepções de si mesmos (como filhos, mães, pais etc) em cada estágio do desenvolvimento e contexto em que operam, tanto intra quanto extrafamiliar.

Conforme Minuchin (1982) as funções parentais essenciais estariam relacionadas à educação e à socialização dos filhos, o que demanda que os pais estejam diferenciados hierarquicamente destes e estabeleçam fronteiras nítidas entre os subsistemas conjugal e parental, a fim de que questões relativas ao casal não sejam facilmente acessadas pelos filhos. Já Usandivaras (1996) destaca as funções nutritivas, relacionadas à sobrevivência da criança (alimentação, abrigo e afeto) e as funções normativas, relacionadas à introjeção de regras e valores importantes à adaptação da criança a vida em sociedade e ao desenvolvimento de sua consciência moral e ética. Destaca-se, no entanto, que as funções parentais devem ser entendidas como flexíveis, de acordo com cada contexto, frente à grande diversidade de configurações e estruturas familiares existentes.

A partir de seus estudos sobre a parentalidade, Hoghughi (2004) propôs onze dimensões para esta, divididas em: (1) atividades parentais, (2) áreas funcionais e (3) pré-requisitos. As atividades parentais correspondem ao conjunto de atividades necessárias de serem realizadas para uma parentalidade considerada suficientemente adequada, com destaque para as dimensões de *cuidado*, *disciplina* e *desenvolvimento*, as quais visam à prevenção da criança a adversidades, além da promoção de situações positivas que auxiliem o seu pleno desenvolvimento.

No que se refere ao *cuidado*, portanto, destacam-se os níveis: a) físico, incluindo a alimentação, higiene, proteção, vestimentas, hábitos de sono, prevenção de acidentes ou doenças e a tomada de decisão para resolução de situações que ocorram; b) emocional, que inclui tanto o respeito pela criança enquanto um sujeito, conferindo oportunidades para que possa fazer suas próprias escolhas e gerenciar riscos, bem como a interação positiva entre ambiente e criança, permitindo uma vinculação segura, previsível e que permita otimismo frente a novas experiências; e, por fim, c) social, em que se busca assegurar o não isolamento da criança dos pares significativos e garantir o auxílio para que seja socialmente competente e integrada, tendo condições de aceitar as progressivas responsabilidades ao longo de seu desenvolvimento (HOGHUGHI, 2004).

Já no que se refere à dimensão da *disciplina*, tem-se que esta inclui a imposição de limites com ênfase no controle comportamental e que sejam adequados à idade da criança, incluindo, por exemplo, a incitação de atividades e o acompanhamento destas. A este ponto

relacionam-se tanto as predisposições pessoais dos pais e mães, quanto às expectativas culturais envolvidas. Por fim, no que se refere à dimensão do *desenvolvimento*, esta engloba as atividades que não são consideradas essenciais à sobrevivência da criança (cuidados) ou ao seu funcionamento social (disciplina), mas sim se refere àquelas em que está presente o desejo parental de que a criança realize todo o seu potencial, incluindo a atitude de encorajamento da criança, a criação de novas oportunidades ou ainda a promoção de competências e valores.

Por sua vez, as áreas funcionais incluem os aspectos do funcionamento da criança que requerem atenção parental. Esta subdivisão engloba a funcionalidade física, o funcionamento intelectual, o comportamento social e a saúde mental. A dimensão da *funcionalidade física* refere-se às atitudes de prevenção de danos e de proporcionar oportunidades à criança para um desenvolvimento positivo neste âmbito. Já o *funcionamento intelectual* contempla as atividades que visam à aquisição de conhecimentos e conteúdos acadêmicos, a fim de melhorar as competências educacionais, de trabalho e de resolução de problemas da criança. Quanto ao *comportamento social*, este se refere às atitudes facilitadoras do desenvolvimento social da criança, incluindo a resposta adequada diante dos relacionamentos sociais, a internalização das normas sociais, legais e culturais de comportamento. Por sua vez, a dimensão da *saúde mental* inclui a atenção parental aos pensamentos, sentimentos e comportamentos manifestados pela criança em relação a si e aos outros, o que possui significativo impacto na prevenção de questões clínicas e nos processos de resiliência da criança.

Por fim, a divisão relativa aos pré-requisitos considerados necessários à parentalidade inclui o conhecimento e compreensão, a motivação, os recursos e as oportunidades. A dimensão do *conhecimento e compreensão* permite aos pais um processo parental efetivo, no que estes possam envolver-se no reconhecimento do estado da criança, interpretá-lo e agir de modo adequado frente a este. Assim, através destas competências é possível reconhecer as necessidades dos filhos e ser facilitador ao longo de seu desenvolvimento. Já a dimensão da *motivação* envolve o desejo e o compromisso dos pais em se esforçar para investir na melhoria do estado e das condições dos seus filhos. Esta motivação é influenciada tanto pelo desejo biológico de ter filhos, por expectativas culturais, apoio pessoal e social que os pais recebem, quanto por restrições sobre isso.

A dimensão dos recursos, por sua vez, se refere ao que os pais precisam ou desejam implantar para criar seus filhos. Disto demanda um conjunto de recursos que vão desde o aspecto financeiro, até as competências psicológicas e sociais dos pais e o ambiente familiar e cultural mais amplo que os circunda. Assim, os principais recursos para a criação de filhos

incluem: (a) as qualidades parentais, ou seja, as tendências de comportamento dos pais que surgem das características da sua personalidade e que predizem a maneira pela qual abordam sua tarefa parental, como o calor, a inteligência, a estabilidade e a habilidade comunicativa; (b) as habilidades parentais, que são aquelas necessárias para atender às necessidades de cuidado psíquico, emocional e social da criança, para o estabelecimento e imposição de limites comportamentais, bem como para a comunicação com a criança, por exemplo. Tais competências são adquiridas a partir da própria experiência dos pais e mães, da observação de outros pais ou ainda da participação em programas parentais; (c) as redes sociais, que se referem à presença e ao envolvimento de outros atores na parentalidade, como, por exemplo, os amigos, vizinhos, familiares ou outros agrupamentos sociais, sendo que as qualidades e habilidades pessoais dos pais podem ser aumentadas pela presença, envolvimento e capacidade de resposta destas redes; e (d) os recursos materiais, ou seja, os recursos financeiros necessários para subsistência e desenvolvimento da criança, referindo-se tanto aos bens e ao dinheiro, como ao acesso a roupas, calçados, alimentos, moradia, medicamentos, brinquedos, entre outros.

Por fim, a dimensão das oportunidades, no modelo de Hoghughi (2004), refere-se ao tempo despendido aos filhos, necessário para que os pais desenvolvam da melhor forma suas atividades parentais. Conforme o autor, essa dimensão é impactada pela demanda contemporânea de envolvimento profissional das figuras parentais que disponibilizam menos tempo aos filhos. Tradicionalmente, as mães foram responsabilizadas pelo cuidado e educação dos filhos nos anos iniciais, ao passo em que o pai foi responsabilizado pelo sustento da casa a partir do pertencimento ao mundo do trabalho. Com a crescente entrada de mulheres no mercado de trabalho regularizado, no entanto, o tempo despendido pelas mães aos filhos passou a ser menor, conferindo a necessidade de redes de apoio à parentalidade, como babás, creches e instituições de educação infantil, parentes, amigos da família, dentro outros, por exemplo.

Destaca-se que o presente trabalho irá referir-se não propriamente ao termo parentalidade, mas sim, à “maternidade”, entendendo-a como o desempenho de funções e atividades parentais por parte da figura da mãe em relação aos seus filhos, em especial àquelas que as realizam na ausência da figura paterna no cotidiano familiar. A fim de entender e contextualizar a maternidade, no entanto, faz-se necessário discorrer a respeito de aspectos sociais e culturais que pautaram um histórico de transformações na família, desencadeando na existência de diferentes configurações e de formas de vivenciar a maternidade ou a paternidade.

Na passagem dos séculos, transformações em sua estruturação, funções e relações foram experienciadas pela família. As mudanças na instituição familiar ao longo da história ocidental podem ser distinguidas, conforme Roudinesco (2003), em três grandes períodos: (1) a família tradicional, (2) a família moderna e (3) a família pós-moderna ou contemporânea.

A família tradicional, correlacionada à Idade Média, caracterizou-se pela submissão à autoridade patriarcal e tinha por principal objetivo a transmissão do patrimônio familiar através de casamentos arranjados, os quais não levavam em consideração a vida afetiva e sexual na constituição do casal (ROUDINESCO, 2003). Nesta antiguidade, mulheres e homens, por questões de sobrevivência, trabalhavam pelo sustento familiar nas proximidades do lar e a criação das crianças não consistia em uma prioridade, pois muitas sequer sobreviviam. Após o século XVII, contudo, devido à necessidade de mão de obra, cresceu o interesse do Estado na superação da mortalidade infantil e, com a finalidade de proteção às crianças, atribuiu-se à mulher o encargo de cuidar dos filhos como prioridade e a concepção de que era a mais apta a este (ARIÈS, 1981; BADINTER, 1985).

A partir do século XVIII até meados do século XX, por sua vez, observou-se a ascendência da família moderna, também chamada família nuclear ou burguesa. Esta família fundava-se junto aos valores burgueses que cresceram na época, tais como o amor romântico entre os cônjuges e sua união em benefício dos filhos. As alianças conjugais, portanto, passaram a ser estabelecidas com base no afeto e não mais ligadas exclusivamente a arranjos externos, visando apenas à transmissão do patrimônio familiar (ARIÈS, 1981; ROUDINESCO, 2003; ZORNIG, 2010). Tal concepção de família moderna alicerçava-se, portanto, na reciprocidade dos sentimentos, porém mantinha a legitimidade da autoridade paterna e a divisão hierárquica de tarefas entre homens e mulheres (ROUDINESCO, 2003).

No que compete à divisão de tarefas no ambiente familiar no período da família moderna, determinou-se que cabia ao homem o sustento da família e o mundo do trabalho, ou seja, o âmbito público; às mulheres, por sua vez, restou a restrição à vida privada no contexto da casa, ocupando-se do cuidado dos filhos (BOSSARDI; VIEIRA, 2015). Essa divisão conferiu à mulher o lugar de subordinação à figura masculina, além de reforçar o imaginário social que a associava estritamente ao “ser mãe”, ou seja, ao cuidado exclusivo dos filhos no contexto do lar (BADINTER, 1985; ROUDINESCO, 2003). Desse modo, a maternidade era vista como uma tarefa inerente a qualquer mulher, sendo considerado que todas “nasciam” para serem mães e assim desejavam, bem como possuíam um amor incondicional e instintual pelos filhos. A valorização da mulher na sociedade, portanto, foi colocada a partir da maternidade, exigindo desta figura a devoção e dedicação integral à família (BADINTER,

1985; MOURA; ARAUJO, 2004).

A partir da inserção da mulher no mercado de trabalho, do surgimento dos movimentos feministas, do acesso a métodos contraceptivos e da possibilidade de dissolução da união matrimonial através do divórcio, caracterizando um período de transformações que colocou em questão a hierarquia e poder masculino na família, emanou por volta da década de 60, portanto, a denominada família pós-moderna ou contemporânea. Essa organização familiar se caracterizou principalmente pela possibilidade de união consensual entre duas pessoas na busca de relações íntimas e de realização sexual (ROUDINESCO, 2003). Neste sentido, conforme Zornig (2010), a constituição da paternidade e da maternidade, atualmente, correspondem a construções, onde o processo de “‘tornar-se pai’ ou ‘tornar-se mãe’, passa a depender muito mais da história individual de cada um dos pais e de uma lógica do desejo do que de um modelo de família nuclear tradicional, como no passado” (ZORNIG, 2010, p. 456).

Somado a isso, a família pós-moderna possibilitou a abertura de espaços para pensar novas formas de relações e divisão de tarefas entre os membros da família. Atualmente, ainda que continuem pairando sobre a família e às vivências da maternidade e paternidade, fortes concepções sociais pautadas nas noções históricas mencionadas, faz-se possível observar maior flexibilidade no compartilhamento das tarefas familiares. A figura materna, por exemplo, frente a crescente jornada de trabalho fora de casa, passou a não viver mais exclusivamente para o lar e filhos. O pai, por sua vez, passou a ser cada vez mais requisitado a participar da vida afetiva e de cuidados com estes, além de contribuir nas tarefas relacionadas ao ambiente doméstico (JABLONSKI, 2010).

Neste sentido, compreende-se que valores familiares foram revisados e modificados em vista de serem conquistadas posturas mais igualitárias entre homens e mulheres no ambiente familiar, o que demanda, ainda hoje, a necessidade de novas formas de experienciar, de significar e de compreender a maternidade e a paternidade (KEHL, 2003). Enfocando a maternidade, compreende-se que esta deva ser concebida não como um produto natural da relação mãe-filho, mas sim enquanto uma construção num dado momento histórico e cultural (ROUDINESCO, 2003).

Além da saída da mulher para o mercado de trabalho já mencionada, que desencadeou um menor tempo despendido pela figura materna ao contexto do lar e, por vezes, a demanda por escolas de educação infantil para colocação das crianças ou a contratação de profissionais que as cuidem em casa (HOGHUGH, 2004), observam-se também outros fenômenos da contemporaneidade que enfrentam as concepções tradicionais e propõem novas formas de estrutura e relacionamento dentro das famílias, novas possibilidades de configurações

familiares e novas formas de experienciar a maternidade. Como exemplos destes, têm-se o crescimento do número de divórcios e separações, somados às recomposições conjugais (GRZYBOWSKI, 2002; WAGNER, 2002), as mudanças no cenário jurídico referentes às relações conjugais e a guarda dos filhos (ALVES; CÚNICO; SMANIOTTO; PILECCO; ARPINI, 2014), as inovações no campo da tecnologia reprodutiva e a possibilidade de vivenciar a maternidade solteira (JAEGER; STREY, 2011), dentro outros.

Neste sentido, conforme Dias (2005), o conceito de família pluralizou-se. Nos últimos anos passa-se a ser reconhecida a convivência com famílias monoparentais, recompostas, homoafetivas, dentre outras. A visão social, portanto, deve abrigar os mais diversos arranjos familiares, considerando como elemento que enlaça o conceito os relacionamentos que tenham por origem um elo de afetividade. Tal pluralismo ocasionou mudanças não apenas nas relações familiares, mas na própria estrutura da sociedade, cuja mudança e evolução de costumes levaram a reconfiguração tanto da conjugalidade quanto da parentalidade (DIAS, 2005).

Conforme dados discutidos sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), existem evidências de que a família brasileira vem se modificando. A formação clássica de “pai, mãe e filho(s)” deixou de ser a maioria no país desde 2005, em que representava 50,1% das moradias, para representar 42,3% dos domicílios pesquisados em 2015. Dentre as diferentes formações, identificadas como arranjos multipessoais com parentesco, estão os casais sem filhos, cujo número cresceu de 15,2% em 2005 para 20% em 2015, o de casal com filhos, que reduziu de 50,1% para 42,3% e o núcleo formado pela mulher sem cônjuge e com os filhos, que se manteve estável passando de 18,2% para 16,3%, no mesmo período, dentre outros arranjos familiares.

Na pluralidade de arranjos, portanto, uma das possibilidades de apresentação das famílias refere-se àquela em que existe apenas um dos pais (o pai ou a mãe) junto aos filhos, caracterizando a denominada “família monoparental”. Conforme o IBGE (2016), dentre as famílias brasileiras com filhos e no período de 2005 até 2015, formaram-se 1,1 milhão de novas famílias formadas por mães solteiras e seus filhos. Assim, em 2005 o país contava com 10,5 milhões de famílias monoparentais femininas (com ou sem parentes coabitando). Já no ano de 2015 este número subiu para 11,6 milhões, portanto, aumentou de 25,8%, em 2005, para 26,8%, em 2015, o percentual de mães solteiras responsáveis por suas famílias. Este número revela-se superior ao de famílias monoparentais masculinas, que em 2015 correspondia a 3,6% dos arranjos, demonstrando também a predominância entre as famílias

monoparentais da mulher como a figura de referência.

Outros dados também são relevantes à caracterização destas famílias. De acordo com o IBGE, na obra intitulada “Estatísticas de Gênero: Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010” (IBGE, 2014), no ano de 2010, a mulher foi indicada como a responsável familiar em 37,3% dos lares brasileiros, com aumento do número para 39,3% nas áreas urbanas e diminuição considerável nas áreas rurais (24,8%). Além disso, do total de famílias cujo responsável possuía cor preta ou parda (49,9%), as mulheres foram identificadas em como as responsáveis pela unidade familiar em 38,7% dos casos, do total de famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo (30,1%), identificou-se que 46,4% eram de responsabilidade de mulheres. Ainda, considerando o total de famílias monoparentais neste período (18,5%), dentre os arranjos familiares no país, a grande maioria (87,4%), eram chefiadas por mulheres.

Nesse tocante, entende-se que é crescente no país o número de famílias em que as mulheres, sem cônjuge, são responsáveis pelo lar e pela educação dos filhos, funções que já lhes eram historicamente atribuídas, agora acrescidas da posição de provedoras do sustento da família, antes comumente ocupada pela figura paterna (CARLOTO, 2005; COSTA; MARRA, 2013; PERUCCHI; BEIRÃO, 2007; PINTO; MICHELETTI; BERNARDES; FERNANDES; MONTEIRO; SILVA; BARREIRA; MAKHOUL; COHN, 2011). Frente a isto, torna-se relevante compreender o modo como é desempenhada a maternidade e suas especificidades neste contexto, em que a figura materna assume a parentalidade e demais tarefas relacionadas ao sustento e manutenção do lar. Assim, no próximo eixo se pretende discorrer sobre as famílias monoparentais femininas, principalmente as que vivem em situação de vulnerabilidade social, foco deste estudo, buscando entendimentos sobre seu funcionamento e características, a fim de discutir o desempenho da maternidade neste contexto.

2.2 FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS E A SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Reconhecidas como entidades familiares na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1998), as famílias monoparentais compõem a diversidade das famílias brasileiras. Estas famílias são definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2010) como aquelas constituídas por somente uma pessoa responsável pela unidade doméstica, do sexo

masculino ou feminino e com pelo menos um(a) filho(a) ou outra criança ou adolescente sob sua guarda, podendo ou não haver outro adulto, parente ou não, residindo no lar.

Conforme Moreira (2013), as famílias monoparentais podem ser simples ou extensas. No modelo simples, apenas um adulto está presente no domicílio vivendo com seus filhos ou outras crianças e adolescentes sob sua responsabilidade, na ausência de outra pessoa maior de 18 anos, para além de algum filho. Na família monoparental extensa, por sua vez, além do adulto, pai ou responsável pelas crianças e adolescentes, há outros adultos sem filhos menores de 18 anos, que sejam parentes ou não.

Somado a isto, observa-se a heterogeneidade das famílias monoparentais, ao considerar que podem ser tanto aquelas constituídas por pais ou mães viúvos ou solteiros, que criam seus filhos sozinhos, mães que tiveram filhos a partir de “produção independente” e técnicas de reprodução assistida ou pais separados ou divorciados, que educam seus filhos sem a presença de outro adulto também responsável no contexto do lar. Além disso, incluem-se como famílias monoparentais, aquelas cujo responsável é outro adulto, que não necessariamente pais ou mães, como avôs, tios ou não parentes, os quais possuem crianças e/ou adolescentes sob sua guarda (DIAS, 2005).

A heterogeneidade é evidenciada nas inúmeras nomenclaturas existentes na literatura sobre o tema, não parecendo haver um consenso entre os autores sobre as definições. Conforme Isotton e Falcke (2014), a literatura aborda tais famílias como “família monoparental”, “família de progenitor único”, “família pós-divórcio chefiada por um genitor”, “família mononuclear”, “mulheres chefes de família”, entre outras definições. De fato, cada termo utilizado pode receber críticas. A denominação “monoparental”, por exemplo, pode ser questionada por afirmar que exista apenas uma (mono) figura parental, o que se aplica facilmente a casos de viuvez ou abandono do lar, porém, não tão bem às famílias pós-separação ou divórcio em que, independente da modalidade de guarda, a outra figura parental continua a participar da vida dos filhos (ISOTTON; FALCKE, 2014).

Alguns pesquisadores questionam, portanto, o uso da nomenclatura “monoparental” quando o responsável que não detém a guarda participa ativamente da vida dos filhos. A maioria dos estudos, por sua vez, não realiza distinção quanto a essa participação, referindo-se às famílias monoparentais apenas como aquelas onde uma pessoa adulta convive sem cônjuge com uma ou mais crianças ou adolescentes. Uma possível solução seria a escolha por terminologias que nomeiem com clareza a configuração familiar que se deseja investigar em cada estudo (ISOTTON; FALCKE, 2014). Neste tocante, destaca-se que o presente estudo referir-se-á às “famílias monoparentais femininas” como aquelas em que apenas a mãe detém

a guarda dos filhos e possui o convívio diário com estes, no contexto do lar, independente da participação paterna na vida dos filhos ou dos motivos que levaram a tal configuração (viuvez, separação, abandono do lar, entre outros).

No que tange à monoparentalidade feminina, algumas pesquisas na literatura nacional têm se ocupado de investigar as mulheres e suas famílias, a partir de diferentes nomenclaturas e sob a ótica das próprias mães ou de profissionais que trabalham com elas. Dentre tais estudos, alguns dos principais temas abordados envolvem: resiliência em famílias monoparentais de baixa renda (YUNES; MENDES, ALBUQUERQUE, 2005; YUNES; GARCIA; ALBUQUERQUE, 2007), competências parentais e o envolvimento materno nas famílias monoparentais femininas (MARIN; PICCININI, 2007; COSTA; CIA; BARHAM, 2007; PICCININI; MARIN; ALVARENGA; LOPES; TUGDE, 2007), constituição da maternidade em mães solteiras (GOMES; MARIN; PICCININI; LOPES, 2015; MARIN; DONELLI; LOPES; PICCININI, 2009; MARIN, GOMES, LOPES; PICCININI, 2011; PICCININI; MARIN; GOMES; LOPES, 2011; STASEVSKAS; SCHORS, 2000), monoparentalidade em casos de reprodução assistida (SZAPIRO; FÉRES-CARNEIRO, 2002), adoção (LEVY; FÉRES-CARNEIRO, 2002; SANTOS, FONSECA, FONSECA; DIAS, 2011; LEÃO; DALLA PORTA; PAULI; ANTONIAZZI; SIQUEIRA, 2017), bem como aspectos relacionados à reorganização familiar pós separação ou pós divórcio (STASEVSKAS; SCHOR; PERUCCHI; BEIRÃO, 2007; CÚNICO; ARPINI, 2014a; CÚNICO; ARPINI, 2014b; CÚNICO; ARPINI, 2016; ROSADO; TEIXEIRA; LORETO; ANDRADE, 2011; VERZA; SATTLER; STREY, 2015).

No presente estudo, o foco será colocado sobre a maternidade nas famílias monoparentais femininas em situação de vulnerabilidade social. A vulnerabilidade social pode ser entendida como um conceito em construção, possuindo diferentes concepções e dimensões no campo das políticas sociais (MONTEIRO, 2011). Conforme Cronemberger e Teixeira (2013):

O conceito de vulnerabilidade, pela sua capacidade de apreensão da dinâmica dos fenômenos, tem sido, na opinião de muitos autores, apropriado para descrever melhor as situações observadas em países pobres e em desenvolvimento, como os da América Latina, que não podem ser resumidas nas dicotomias pobres e ricos, incluídos e excluídos (p. 18).

Assim, destaca-se que o termo vulnerabilidade social supera a noção simplista de pobreza como determinante dos problemas sociais (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2013; YAZBEK, 2001), abordando os demais aspectos que impactam no acesso e na garantia de

direitos dos sujeitos. Um possível entendimento, portanto, permite relacionar a vulnerabilidade social à precária condição de vida de pessoas, grupos ou comunidades, por questões de condições econômicas, educacionais, culturais, étnicas, políticas, de saúde ou de classe social. Tal precariedade do contexto em que se inserem tais sujeitos implica em estarem mais suscetíveis e, por isso, “vulneráveis”, a fatores desfavoráveis à qualidade de vida (JANCZURA, 2012; YAZBEK, 2001).

Como exemplos de aspectos que impactam a vida dos sujeitos e grupos em situação de vulnerabilidade social pode-se citar: a fragilização de laços de convivência ou vínculos, a presença de violência doméstica, a proximidade a pontos de tráfico ou a problemas com alcoolismo, a precariedade na estrutura das moradias, a exposição ao trabalho infantil, a falta de acesso aos serviços públicos ou aos espaços de lazer, (FONSECA; SENA; SANTOS; DIAS; COSTA, 2013; YASBEK, 2001), o desemprego ou a precariedade do trabalho, a pobreza, as discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outros aspectos (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2013).

Cabe destacar, ainda, o entendimento oferecido pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL 2005), a qual orienta o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Conforme a política constitui-se público usuário da PNAS sujeitos e grupos que vivenciam situações de risco e vulnerabilidade social, a saber:

famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 33).

Sobre famílias em situação de vulnerabilidade social, estudos têm evidenciado que estas apresentam peculiaridades em seu modo de funcionamento e características. Nunes e Ayala-Nunes (2015), por exemplo, compreendem famílias em risco psicossocial como famílias que enfrentam importantes desafios, como a precariedade econômica, situações de violência doméstica, contexto social carente de recursos ou outros acontecimentos de vida estressantes. Tais circunstâncias, conforme os autores, podem impactar o desempenho das competências parentais nestas famílias, em sua capacidade de garantir a saúde e pleno desenvolvimento dos filhos. Contudo, destacam que são necessários mais estudos que

investiguem o potencial papel da estrutura, composição e tamanho familiar no que compete às competências parentais e desenvolvimento das crianças nestas famílias.

Já Bem e Wagner (2006) destacam que no cenário brasileiro as famílias de nível socioeconômico baixo se relacionam com o desemprego, baixos salários e instabilidade das relações conjugais. Conforme os autores, os percentuais de pais trabalhando declinam, ao passo em que as mães assumem cada vez mais a responsabilidade do sustento destas famílias, sendo os núcleos, portanto, chefiados por mulheres. Outras possíveis características, ainda, referem-se, conforme Cronemberger e Teixeira (2013), à realidade de vulnerabilidade das famílias que, desassistidas pelas políticas públicas, podem encontrar dificuldades em corresponder às necessidades básicas de seus membros e, assim, terem sua condição de exclusão e pobreza aprofundadas.

No que se refere à organização das famílias em situação de vulnerabilidade, tem-se que é comum a configuração familiar com filhos, pois a noção de família ideal perpassaria a tríade da aquisição do casamento, da casa e dos filhos. Assim, ter filhos seria visto com importância pelos jovens, pois teria uma função representativa na comunidade, introduzindo tais sujeitos no mundo adulto e facilitando o distanciamento da família de origem. Nessas famílias, a divisão de papéis se sustentaria na noção tradicional de que a mulher é a responsável pelo cuidado com a casa e com os filhos, ao passo que ao homem cabe exercer a autoridade na família, além de assumir o sustento financeiro do lar (SARTI, 2015).

Somado a isto, as famílias de baixa renda organizam-se de forma que todos os membros participam da sua manutenção, tanto no que se refere à garantia das necessidades básicas quanto ao cuidado com os membros, caracterizando relações de solidariedade. Dessa forma, é comum que os cuidados com as crianças sejam desempenhados pelos diferentes membros, como irmãos mais velhos e avós (AMAZONAS; DAMASCENO; TERTO; SILVA, 2003).

Ainda, não é incomum a circulação de crianças neste contexto, visto que, os filhos são entregues para que outra pessoa os cuide, em geral alguém que possua relação próxima para facilitar a proximidade e o não rompimento dos vínculos, a fim de garantir o seu bem-estar frente a situações adversas. Os fenômenos descritos se relacionam com a configuração familiar em redes, comuns nessas famílias. Tais redes são formadas tanto por parentes, quanto por vizinhos ou outros conhecidos, os quais desempenham importantes papéis para o funcionamento e manutenção das famílias, fornecendo-lhes apoio (SARTI, 2015).

As famílias monoparentais femininas vivendo em situação de vulnerabilidade social, por sua vez, têm sido alvo de alguns estudos no contexto brasileiro, sendo consideradas como

grupos familiares que encaram grandes desafios. Conforme Cronemberger e Teixeira (2013), muitas são as configurações familiares observadas na sociedade, as quais se modificam continuamente para atender às demandas sociais impostas. Dentre os novos arranjos, os autores destacam as famílias monoparentais, em situação de precariedade ou irregularidade laboral, que vivenciam situação de vulnerabilidade social e, assim, sofrem influências das adversidades contextuais nos cuidados aos seus membros.

A literatura tem demonstrado, por exemplo, que as mulheres responsáveis por famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social além de assumirem funções domésticas e de cuidado com os filhos, também são frequentemente requisitadas a serem as únicas provedoras do sustento familiar. Assim, tais mulheres tendem a vivenciar sobrecarga de funções além de buscar atividades laborais com horários mais flexíveis, o que, por vezes, as expõem a trabalhos mal remunerados e, conseqüentemente, a dificuldades financeiras (CARLOTO, 2005; COSTA; MARRA, 2013; CÚNICO; ARPINI, 2014a; PERUCCHI; BEIRÃO, 2007; VERZA; SATTLER; STREY, 2015).

A esse respeito, Cúnico e Arpini (2014a) realizaram um estudo com mulheres, solteiras ou separadas que compunham junto aos filhos famílias monoparentais e que viviam na periferia de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. O estudo evidenciou a sua sobrecarga por assumirem o sustento do lar e a educação dos filhos, frente a empregos mal remunerados e sem o suporte paterno para a partilha das responsabilidades no cuidado com estes. O estudo apontou, ainda, para a existência de um apego e valorização do modelo de família nuclear, sendo que as mulheres possuíam sentimentos de fragilidade e insatisfação com o modelo de família que constituíam, além de atribuírem uma grande importância ao homem (pai) no contexto familiar (CÚNICO; ARPINI, 2014a).

Em consonância com estes achados, Perucchi e Beirão (2007) investigaram mulheres chefes de família no interior do estado de Santa Catarina, identificando que nas famílias destas mulheres a responsabilidade pelos cuidados com os filhos era exclusiva da mãe, sendo a participação do pai pouco ou nada ativa. Neste sentido, para tais mulheres, a responsabilidade pelas funções paterna e materna neste contexto era apenas da mulher. Além disso, os autores identificaram que as mulheres assumiam múltiplas jornadas de trabalho, em trabalhos formais e informais, de atividades com e sem registro na carteira de trabalho, na área de prestação de serviços (PERUCCHI; BEIRÃO, 2007).

Também, tem-se que tais mulheres enfrentam desafios na organização de diferentes esferas de suas vidas (social, profissional, amorosa), sendo que a condição de monoparentalidade demanda, muitas vezes, uma logística mais complexa e elaborada da

rotina familiar (VERZA; SATTLER; STREY, 2015), além de uma reestruturação do tempo, estabelecimento de novas demandas e prioridades ou adoção de novos papéis, de modo a suprirem as suas demandas pessoais e familiares (ROSADO et al., 2011). O estudo de Koulougliot, Cole e Moskow (2011), com mães solteiras de crianças pré-escolares norte-americanas, por exemplo, explorou suas experiências e perspectivas sobre os desafios da manutenção das rotinas diárias. A responsabilidade por tal manutenção recaía sobre as mães, as quais se deparavam com a falta de energia ou de tempo para gerenciarem as demandas de seus filhos, além de fatores como os comportamentos e as reações difíceis por parte da criança, a falta de apoio familiar e a pressão financeira, que exacerbavam suas dificuldades cotidianas (KOULOUGLIOT; COLE; MOSKOW, 2011).

Pode-se refletir que, somado a isto, está o contexto de vulnerabilidade social ou de pobreza, que pode acarretar em ainda outras dificuldades. Sobre a história de vida das mulheres responsáveis por famílias monoparentais, sua condição de vulnerabilidade social e estratégias de sobrevivência, Pinto *et al.* (2011) realizaram um estudo qualitativo em Santos (SP), evidenciando que as histórias de vida dessas mulheres eram marcadas por fragilidades, rupturas, vulnerabilidades e exclusão. Nas suas narrativas de vida a figura materna foi destaque, estando relacionadas a questões de violência e sentimentos negativos, embora as participantes apresentassem uma visão da maternidade como devendo estar associada à sensibilidade e à submissão. Já a figura paterna foi retratada como ausente ou negativa e relacionada à força e à autoridade. Conforme os autores, tais mulheres construía suas identidades frente à exposição a violências e seu enfrentamento e compreendiam que as dificuldades vivenciadas contribuía para a afirmação de si como capazes de prover sozinhas os lares, indicando, assim, uma força feminina.

Sobre a experiência da maternidade no contexto das famílias monoparentais femininas, tem-se que esta é permeada pela dificuldade em educar os filhos na ausência paterna e pelos significados que as responsáveis por famílias monoparentais atribuem à figura do pai. O pai tem sua ausência sentida, mas não necessariamente desejada pelas mulheres, devido à sua falta de comprometimento após o fim do relacionamento amoroso. Assim, tomam como “bom pai” aquele que está em casa, é carinhoso com os filhos e divide com a mulher os cuidados com as crianças. Neste sentido, valorizam o pai participativo ou presente e não apenas provedor (CÚNICO; ARPINI, 2014b; CÚNICO; ARPINI, 2016; PERUCCHI; BEIRÃO, 2007).

Nesse sentido, o estudo de Rosado et al. (2011), com mulheres que compunham famílias monoparentais após a separação ou divórcio, residentes de Viçosa (MG), evidenciou

a ausência do pai e a perda da autoridade paterna no que tange ao domínio da educação dos filhos, após a dissolução conjugal. Em contrapartida, a maioria das mulheres do estudo indicaram melhora no seu papel de mãe na educação dos filhos, pois a sua autoridade se fortaleceu, no que tange à educação comportamental e, as mulheres ficaram mais criteriosas após a dissolução conjugal. Assim, com a monoparentalidade, as mulheres passaram a vivenciar um empoderamento do seu papel de mãe, além da maior independência pessoal e financeira (ROSADO et al., 2011).

As mulheres responsáveis por famílias monoparentais vivendo em contexto de periferia estudadas por Cúnico e Arpini (2014b) também apontaram para a ausência paterna no contexto familiar. Conforme as autoras, a maioria das mulheres estudadas não possuía boa relação com o ex-companheiro, sendo que o conflito que dificultava a relação parental estava associado ao não pagamento da pensão e a não participação do pai na vida dos filhos. Ainda, as mulheres indicaram perceber como natural o afastamento do pai da vida dos filhos após a dissolução da conjugalidade e que a nova relação conjugal do pai também contribuiu ao seu afastamento em relação aos filhos. Além disso, pode-se observar o grande valor atribuído pelas mulheres à maternidade, sendo a figura da mãe vista como aquela que melhor cuida dos filhos, enquanto o pai não possuiria preparo suficiente para o exercício da parentalidade. Assim, a maternidade era entendida como inerente à condição feminina, estando atrelada ao cuidado, carinho e amor para com os filhos (CÚNICO; ARPINI, 2014b).

A visão de agentes comunitários de saúde da cidade de Rio Grande (RS), estudados por Yunes, Mendes e Albuquerque (2005), sobre famílias monoparentais femininas de baixa renda, destaca aspectos positivos relacionados à monoparentalidade, no sentido de que melhorou a vida das mulheres devido à ausência de violência nas relações conjugais. A maioria dos agentes enfatizou que a família, apesar de viver em situação de pobreza, sabe administrar o pouco que possui, no que se refere aos bens materiais e à renda familiar. Sobre os processos de resiliência nestas famílias, Yunes, Garcia e Albuquerque (2007) perceberam nas histórias das famílias que, apesar de serem marcadas por situações adversas, como violências e privação financeira, elas tinham um olhar positivo sobre a vida, conferiam importância à coesão familiar e à presença de figuras de apoio, como parentes e vizinhos, valorizavam o trabalho e o estudo, bem como possuíam perspectivas de futuro relacionadas a uma vida com mais qualidade (YUNES; GARCIA; ALBUQUERQUE, 2007).

O estudo de Keating-Lefler, Hudson, Campbell-Grossman, Fleck e Westfall (2004) com mães solteiras norte-americanas de baixa renda, durante o primeiro ano de vida do primeiro filho, também identificou fatores de resiliência nas famílias monoparentais.

Conforme os autores, a maternidade e os filhos proporcionaram incentivos para a busca das mulheres por uma melhor vida e futuro. Assim, apesar da inesperada mudança de vida com a chegada de um filho e da condição de monoparentalidade, as crianças significaram amor e resiliência às mulheres (KEATING-LEFLER et al., 2004).

Outros estudos da literatura internacional também se ocuparam em fornecer compreensões sobre as famílias monoparentais femininas, alguns desses propondo comparações entre famílias de mães solteiras e famílias de mães casadas, outros associando fatores de sintomatologia em crianças ou adolescentes quando criados em famílias monoparentais. Neste sentido, o estudo de Tobias, Kokaua, Gerritsen e Templeton (2010) apontou que as crianças (5-14 anos) de famílias monoparentais na Nova Zelândia tinham mais riscos de apresentarem problemas de saúde mental em relação às crianças de famílias biparentais. Os autores não identificaram associação entre a monoparentalidade e a saúde física infantil, porém constataram uma associação forte com a saúde mental infantil, em grande parte relacionada à pior saúde mental das figuras parentais e de suas precárias circunstâncias socioeconômicas de vida. Contudo, o efeito do arranjo monoparental sobre o bem-estar das crianças, num amplo sentido, era relativamente pequeno (TOBIAS; KOKAUA; GERRITSEN; TEMPLETON, 2010).

Já o estudo de Chester, Jones, Zalot e Sterrett (2007) com famílias de mães solteiras norte americanas examinou os papéis dos pais e colegas no ajuste psicossocial de suas crianças ou adolescentes (7-15 anos). Os autores identificaram que quando as mães se envolviam em níveis mais elevados de comportamento parental positivo, a qualidade da relação entre pares não foi associada à sintomatologia depressiva ou externalizante (impulsividade e agressividade). Por sua vez, quando as mães se comprometiam a níveis mais baixos de comportamento parental positivo, a qualidade do relacionamento entre pares foi associada a uma maior sintomatologia nas crianças ou adolescentes (CHESTER; JONES; ZALOT; STERRETT, 2007).

Semelhante a isso, o estudo de Daryanani, Hamilton, Abramson e Alloy (2016) também identificou que jovens criados por mães solteiras experimentaram taxas mais elevadas de sintomas depressivos e distúrbios externalizantes. Conforme os autores, no entanto, não se deve considerar que as mães solteiras exerçam inerentemente a parentalidade de forma inferior em comparação às mães casadas, mas que suas práticas parentais podem, por vezes, serem dificultadas frente às demandas e aos estressores do contexto social em que vivem, como por exemplo, a privação financeira (DARYANANI; HAMILTON; ABRAMSON; ALLOY, 2016).

A partir do exposto, entende-se que as mulheres responsáveis por famílias monoparentais podem vivenciar uma sobrecarga de funções, pois assumem o sustento do lar, bem como o cuidado com a casa e a criação dos filhos. A comum ausência da figura paterna pode dificultar a educação das crianças, ainda que, por vezes, tais mulheres sintam-se empoderadas no desempenho da função materna. Ainda, compreendem-se os desafios da rotina e da administração dos diferentes domínios da vida destas mulheres, demandando reestruturação do tempo, das prioridades e assumir diferentes funções. Por fim, entende-se que, quando inseridas em contextos de vulnerabilidade, as mães podem se deparar com outras dificuldades, relacionadas a histórias de vida marcadas por fragilidades de vínculos, privação econômica, doença mental, violência, entre outros fatores, o que pode impactar no exercício da função parental ou na saúde dos membros, ainda que muitas famílias consigam ser resilientes. Frente a tais peculiaridades, reflete-se sobre a necessidade de as mulheres responsáveis por famílias monoparentais em contexto de vulnerabilidade social contarem com uma rede que lhes forneça apoio e amparo no desempenho de suas funções, de modo especial, aquelas relacionadas à maternidade.

2.3 REDES PESSOAIS SIGNIFICATIVAS: MATERNIDADE E MONOPARENTALIDADE

Relacionados a recursos que indivíduos ou famílias podem dispor, os quais cumprem importantes papéis em situações de crise ou contextos adversos, como fatores de proteção ou promoção de saúde, encontram-se na literatura os conceitos de redes sociais e suporte social. Nos âmbitos da Psicologia da Saúde e Comunitária, o suporte social tem sido associado ao tipo de vínculo ou a forma de relacionamento interpessoal capaz de promover bem-estar psicológico, além de amenizar o impacto de eventos estressores (CAMPOS, 2016; ORNELAS, 2008). Frente à profusão de conceitos referidos na literatura, neste estudo cabe especificar o uso do conceito de “suporte social” para aludir às redes institucionais configuradas para dar suporte às pessoas e/ou famílias. Assim, entende-se que este se refere ao apoio destinado aos sujeitos por meio do conjunto de suas relações sociais institucionais ou comunitárias formais que oferecem apoio e proteção.

Para satisfazer necessidades do indivíduo, como de estima, pertencimento ou segurança, atuando na redução de potenciais estressores e, assim, promovendo saúde, o

suporte social prestado por profissionais de uma instituição aos seus usuários depende da qualidade e da forma de relacionamento. Assim, tem-se que deve visar uma relação de acolhimento, compreensão e cuidado, através de atitudes como a escuta, a atenção, o cuidado, a preocupação e o aconselhamento, por exemplo. Através destas, faz-se possível contribuir para sentimentos de autoestima, proteção e apoio, além de fortalecer competências dos sujeitos e buscar amenizar suas dificuldades (CAMPOS, 2016; ORNELAS, 2008).

Articulado ao conceito de suporte social tem-se o termo “redes sociais”, o qual dispõe de uma diversidade de conceituações na literatura sobre a temática. Conforme Moré e Crepaldi (2012), as redes sociais compõem importantes recursos no que se refere ao apoio percebido e recebido pelo indivíduo, sejam estas individuais, familiares ou institucionais, tendo sido associadas à saúde e ao desenvolvimento humano. De acordo com as autoras, na literatura encontram-se diferentes conceituações do fenômeno de “redes sociais”, sendo o conceito constituído por dois âmbitos relacionados: (1) um que se refere às redes estabelecidas pelo indivíduo ou família ao longo de seu desenvolvimento, ou seja, os vínculos construídos; e (2) o caráter de suporte oferecido por estas redes ao sujeito (MORÉ; CREPALDI, 2012).

Com relação às redes sociais, Sluzki (1997) as entende como a totalidade de vínculos com os quais o sujeito interage. Para o autor seria possível discriminar a macro rede social e a micro rede social. A macro rede social, ou rede social significativa, engloba os contextos sociais, culturais, históricos, políticos, entre outros, que compõem o universo relacional do sujeito. Já a rede pessoal significativa, foco do presente estudo, é considerada, com base na proposta de Sluzki (1997), como a micro rede social de um indivíduo e como “a soma de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas ou define como diferenciadas da massa anônima da sociedade” (p. 41), podendo incluir família, amigos, relações de trabalho ou de estudo, além da comunidade. Para Sluzki (1997), a rede pessoal significativa, também denominada de rede social pessoal, pode ser geradora de saúde desde que estável, sensível, ativa e confiável, protegendo o indivíduo e atuando como fonte de ajuda e de encaminhamentos.

Sobre a maternidade, destaca-se a importância das redes de apoio para encorajar mães a terem um bom desempenho na tarefa da maternidade. Conforme Ribas, Ribas Junior e Valente (2006), a participação, contribuição e colaboração de diferentes pessoas, dentro e fora da família, com, por exemplo, o fornecimento de informações sobre o cuidado e educação dos filhos, favorecem o exercício parental, tornando as mães mais preparadas e confiantes para desempenharem as funções parentais.

No contexto das famílias monoparentais femininas, alguns estudos evidenciaram a importância das redes para o enfrentamento de dificuldades, principalmente relacionadas ao domínio financeiro e de educação dos filhos. As mulheres responsáveis por famílias monoparentais estudadas por Perucchi e Beirão (2007), por exemplo, evidenciaram a necessidade de contar com redes sociais familiares, tanto para o cuidado dos filhos como para os afazeres domésticos nos momentos em que estavam ausentes. Tais redes eram majoritariamente femininas (filha mais velha, avó, irmã ou mãe). Ainda, contavam com a participação de empregadas domésticas, creches ou escolas, para o cuidado dos filhos durante o cumprimento de sua carga horária no trabalho. Por fim, algumas necessitavam também de auxílio das redes no sustento familiar.

Também Rosado et al. (2011) destacaram a importância das redes sociais para mães detentoras da guarda unilateral dos filhos antes e após a dissolução conjugal, em estudo realizado em Viçosa (MG). Os autores evidenciaram que, após a separação ou divórcio, familiares e amigos das mulheres se aproximaram, fornecendo amparo e suporte, frente às inúmeras modificações na vida destas mulheres e suas famílias. Neste sentido, a presença de redes sociais auxiliou na administração dos diferentes domínios da vida após a separação ou divórcio na nova configuração familiar formada (ROSADO et al., 2011).

Grzybowski (2002) ao investigar mulheres porto-alegrenses divorciadas que compunham famílias monoparentais junto aos filhos evidenciou que estas contavam com um apoio social inferior ao esperado. Tais mulheres não se apresentavam, portanto, satisfeitas com os relacionamentos fora de casa, sejam profissionais, afetivos, familiares ou de amizades, demonstrando tendência a centrarem-se no relacionamento com o(s) filho(s) e, assim, vivenciarem um superinvestimento na maternidade. Conforme a autora, o trabalho com as mulheres responsáveis por famílias monoparentais deve-se pautar na fortificação e reativação de sua rede social (GRZYBOWSKI, 2002).

Em sentido semelhante, Verza, Sattler e Strey (2015) apontaram para a necessidade de profissionais trabalharem para o fortalecimento e ativação das redes sociais de mães em famílias monoparentais. Conforme os autores, as mães que não dividem a tarefa parental com um parceiro ou outras pessoas que ofereçam o suporte necessário, podem sentir-se desamparadas e necessitarem de apoio emocional para darem conta das demandas de sua família. Já as mães que contam com redes sociais de apoio podem apresentar comportamento materno mais adequado ao sentirem-se mais amparadas no exercício da função parental (VERZA; SATTLER; STREY, 2015). Dessa forma, tem-se que as redes, quando estáveis, operam de forma significativa no desenvolvimento do indivíduo e no enfrentamento de

situações adversas. Em contrapartida, a precariedade das redes também pode influenciar negativamente o desenvolvimento dos sujeitos (SLUZKI, 1997; MORÉ, 2005).

Alguns estudos na literatura internacional também evidenciam a importância das redes de apoio nas famílias monoparentais femininas, identificando seus componentes, bem como o impacto de sua ausência. O estudo de Hudson, Campbell-Grossman, Keating-Lefler e Cline (2008), por exemplo, realizado com mães solteiras norte americanas de baixo nível socioeconômico, constatou que elas vivenciavam sofrimento psicológico e dificuldades na criação de seus bebês durante a transição para a maternidade, frente ao pouco apoio social que recebiam, ao desconhecimento dos recursos existentes na comunidade ou, ainda, ao desconhecimento de como acessá-los efetivamente. Assim, os autores propuseram uma intervenção utilizando a internet como apoio social, disponibilizando recursos psicológicos e informativos às mães e demais pessoas com as quais estas se relacionavam, como parentes, amigos e vizinhos. A ferramenta proposta demonstrou-se útil ao suporte informativo de como cuidar de si e de seus filhos, bem como ao suporte emocional, frente as possibilidades das mães conversarem-se entre si e compartilharem experiências (HUDSON et al., 2008).

Já o estudo de Shook, Jones, Forehand e Dorsey (2010) sobre coparentalidade no contexto de famílias monoparentais femininas norte-americanas de baixa renda associou as relações de suporte ou de conflito entre as mães e a pessoa identificada como a mais importante na criação de seus filhos (depois delas próprias) à adaptação ou às dificuldades de ajuste da criança. Em sua maioria, as mães identificaram as avós maternas da criança como o “segundo principal cuidador”, seguido do pai biológico, tia materna, irmã adulta ou outros parentes (SHOOK; JONES; FOREHAND; DORSEY, 2010). Somado a isso, tem-se que também os irmãos mais velhos das crianças podem ser fontes de ajuda para a criação dos filhos e para a realização de atividades cotidianas no contexto das famílias monoparentais norte-americanas (KOULOGLIOTI; COLE; MOSKOW, 2011).

Em estudo semelhante, realizado por Keating-Lefler et al. (2004), as mães solteiras de baixa renda estudadas descreveram suas preocupações, necessidades pessoais e experiências de vida como mães. As participantes evidenciaram a falta de recursos financeiros, falta de transporte e apoio social limitado. Sobre o apoio que as mulheres reconheciam como positivo nas suas vidas estava aquele constituído principalmente por redes matriarcais ou familiares. O estudo também evidenciou o precário apoio informacional, sendo que informações sobre o estágio de desenvolvimento da criança, que tipo de fraldas comprar e sobre agências de auxílio para com seus bebês são alguns exemplos de suporte dos quais essas mulheres podiam se beneficiar. Por fim, no que se refere ao apoio social tangível, que é a provisão de dinheiro,

comida e transporte, por exemplo, as mães relataram recebê-lo através dos próprios membros da família (KEATING-LEFLER, et al., 2004).

Sobre o impacto da ausência ou precariedade das redes sociais nas famílias monoparentais, tem-se o estudo de Green e Rodgers (2001), o qual examinou as relações recíprocas entre o domínio percebido, estresse e apoio social de mães de baixa renda, principalmente norte americanas. As participantes pertenciam a comunidades em situação de risco, com altas taxas de abuso e negligência infantil. Os resultados sugeriram que a incapacidade de formar e manter relações seguras pode resultar em uma variedade de problemas psicológicos, como aumento do estresse, ansiedade e depressão nas mães solteiras que vivem nesse contexto. Isso sugere que, ao menos em termos de percepções globais do estresse, é um sentimento de pertença ou apego aos outros que pode ser mais importante como fator de proteção e promoção de saúde (GREEN; RODGERS, 2001).

Também Cairney, Boyle, Offord e Racine (2003) examinaram o efeito de estresse e apoio social sobre a relação entre *status* monoparental e depressão entre mães solteiras e casadas, acessadas através da Pesquisa Nacional de Saúde da População (NPHS), de 1994-95, realizada no Canadá. Os autores identificaram que as mães solteiras eram mais propensas a sofrerem um episódio de depressão, relatar níveis mais elevados de estresse crônico, eventos de vida mais recentes e uma maior quantidade de adversidades na infância. Ainda, relataram menores níveis de apoio social percebido, envolvimento social e frequência de contato com amigos e familiares do que as mães casadas. Uma parte da associação entre o *status* de mãe solteira e a depressão, portanto, pode se dever à exposição ao estresse e à escassez de apoio social (CAIRNEY; BOYLE; OFFORD; RACINE, 2003).

Em contrapartida, em estudo que comparou os fatores psicossociais, a autoestima, o estresse vital e o apoio social entre as mulheres casadas e solteiras, cujas mães solteiras possuíam rendas bastante inferiores em comparação com as mães casadas, os resultados indicaram que o grupo de mães com cônjuge relatou níveis maiores de autoestima do que o grupo de mães sem cônjuge. Esses achados sugerem que mães solteiras podem ter menos domínio e confiança no papel materno, particularmente quando comparadas às mães casadas. Em termos de apoio social e estresse, por sua vez, as análises do estudo em questão não indicaram diferenças significativas entre os dois grupos de mães (COPELAND; HARBAUGH, 2010).

Percebe-se, portanto, que as redes sociais podem operar de forma significativa no desenvolvimento do indivíduo ou família, auxiliando em situações adversas ou de crise, na promoção de saúde e na qualidade de vida destes. Neste tocante, entende-se que possam ser

importantes ao desempenho da maternidade nas famílias monoparentais femininas frente às peculiaridades que vivenciam, relacionadas, por exemplo, a sobrecarga de funções, dificuldades financeiras e na educação dos filhos na ausência do cônjuge ou companheiro, bem como diante de um contexto social vulnerável. Dessa forma, compreende-se como relevante a investigação da dinâmica das redes pessoais significativas no desempenho da maternidade em famílias monoparentais femininas em situação de vulnerabilidade social, bem como das atividades maternas desenvolvidas, dos significados atribuídos à maternidade e de como as redes podem atuar, interferir e/ou auxiliar na vivência da maternidade nesse contexto.

3. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

Este estudo foi desenvolvido com mulheres responsáveis por famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social, que possuíam vínculo com Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município do Rio Grande do Sul onde foi realizada a pesquisa. Por meio do CRAS, vinculado à política de assistência social, são prestados atendimentos às pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social, visando à garantia de sua atenção integral em determinado território, o que justificou a escolha pelo acesso às participantes através deste serviço.

Para melhor entendimento, cabe discorrer brevemente a respeito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) do ano de 2004 (BRASIL, 2005), a qual orienta o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esta é responsável pela articulação de ações socioassistenciais através dos serviços de proteção social básica e especial (de média e alta complexidade) e que preconiza ações aos sujeitos e grupos que vivenciam situações de risco e vulnerabilidade.

Conforme a PNAS, o CRAS integra a unidade de referência para a proteção social básica do SUAS. A proteção social básica objetiva a prevenção de situações de risco através do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e do desenvolvimento de potencialidades nos sujeitos e grupos. No CRAS, unidade de caráter preventivo e protetivo, são desenvolvidos serviços com a finalidade de garantir os direitos sociais aos cidadãos, como os articulados à saúde, previdência e outras políticas públicas. Assim, localizado em territórios de vulnerabilidade social, o CRAS deve organizar e coordenar a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social, atuando, pois, junto às famílias e indivíduos em seus contextos comunitários (BRASIL, 2005).

Para a realização da presente pesquisa com o auxílio dos CRAS contou-se, primeiramente, com o apoio da Secretaria de Desenvolvimento Social do município em que se realizou o estudo, mediante apresentação do projeto ao órgão. Então, contactou-se cada um dos três CRAS do município e, em reunião agendada com os profissionais assistente social e psicólogo, explanou-se sobre a proposta de pesquisa, seu funcionamento e objetivos. Neste momento foi perceptível o interesse dos profissionais na colaboração com o estudo, no que reconheceram a relevância da temática e alegaram a recorrência do público (mulheres

responsáveis por famílias monoparentais) dentre os usuários dos serviços. Além disso, os profissionais manifestaram o interesse de que as coletas fossem realizadas, quando possível, no contexto dos próprios serviços, a fim de aproveitar a oportunidade da presença das mulheres para efetivarem o acompanhamento de suas famílias. Ou seja, as equipes demonstraram-se acessíveis e engajadas.

Sobre características dos serviços acessados no município de realização do estudo, destaca-se que dois CRAS possuíam boa estrutura e localização, contendo salas de atendimento, banheiros e cozinha, com placas de identificação e paradas de ônibus próximas. Um destes era integrado a um centro comunitário com quadras de esporte, biblioteca, salas de informática, dança e teatro, onde eram ofertadas atividades destinadas à população, principalmente às crianças e aos jovens. Por outro lado, o terceiro CRAS da cidade localizava-se em um espaço sem apresentação legível de placas para que a população pudesse identificá-lo enquanto um serviço de atendimento, e aparentava má conservação, higiene e organização dos espaços, no período de realização da pesquisa.

Quanto às equipes dos serviços, destaca-se que, num primeiro contato para apresentação da pesquisa, estas eram compostas de ao menos um assistente social, um psicólogo e um secretário. No entanto, no momento de contato para início das coletas de dados, as equipes se encontravam com apenas o assistente social e o secretário, devido à saída dos psicólogos que atuavam no serviço por contrato temporário. Durante as coletas, então, foi possível observar as mudanças nas equipes com a inclusão de novos assistentes sociais e psicólogos nos serviços a partir de concurso da prefeitura municipal, e até a troca de equipe por completo em um dos serviços. Estes fatos são relevantes no que justificam a dificuldade dos profissionais em indicarem possíveis participantes, em dois dos CRAS em especial, devido às mudanças mais profundas na equipe.

Por fim, cabe comentar a respeito das residências de três participantes do estudo, as quais foram acessadas para coleta de dados diretamente no contexto do lar, mediante informações de endereço passadas pelos profissionais dos CRAS. O primeiro ponto a destacar refere-se ao difícil acesso à localização das residências, pois seus bairros eram popularmente conhecidos como violentos e perigosos. Uma das casas era de alvenaria e localizada próxima à parada de ônibus, supermercado, igreja e farmácia. Apesar da boa estrutura da casa, percebeu-se a precariedade ou até ausência de móveis e eletrodomésticos. As outras duas residências localizavam-se em uma área de ocupação, próximas a uma sanga, e possuíam estrutura bastante precária, construídas em madeiras espaçadas e com chão batido em algumas peças. Também se observou a precariedade ou ausência de móveis ou eletrodomésticos.

3.2 PARTICIPANTES

Participaram deste estudo dez mulheres que possuíam filhos crianças e que eram responsáveis por famílias monoparentais simples ou extensas em situação de vulnerabilidade social. As famílias destas mulheres possuíam vínculo com algum dos três Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município do interior do Rio Grande do Sul em que se desenvolveu o estudo. Inicialmente buscou-se acessar um número semelhante de participantes em cada um dos três serviços, de modo a não privilegiar uma região em detrimento da outra. No entanto, devido a características e peculiaridades de cada serviço, foi possível realizar a entrevista com uma mulher na região Norte, três na região Oeste e seis na região Leste, territórios de abrangência dos CRAS. As participantes foram identificadas através dos cadastros e registros presentes nos serviços ou, ainda, mediante acesso às listas de atividades ocorridas nas instituições, como grupos e oficinas, caracterizando a amostragem como não probabilística e por conveniência (OLIVEIRA, 2001).

Ressalta-se que a coleta de dados obedeceu ao critério de saturação, o qual consiste em interromper a coleta frente à observação de que não estão sendo encontrados novos resultados (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008). Além disso, a identificação da saturação baseou-se no estudo realizado por Guest, Bunce e Johnson (2006), o qual objetivou a definição de parâmetros para o estabelecimento do número adequado de participantes nas pesquisas qualitativas. Conforme os autores, a partir da sexta entrevista seria possível começar a delinear os dados e, na décima segunda entrevista, ocorreria, em geral, a saturação destes, ou seja, sua repetição, não acrescentando informações para a criação de novas categorias de análise. Neste tocante, para a presente pesquisa, após a realização de seis entrevistas deu-se início ao processo de construção do sistema de categorias de análise. Após isto, a cada nova entrevista realizada, verificava-se a possível inclusão dos dados às categorias já existentes ou a necessidade de formação de novas categorias. Assim, observou-se a repetição dos dados e a não definição de novas categorias a partir da entrevista de número oito, sendo que foram realizadas mais duas entrevistas para assegurar a saturação e, então, interrompeu-se a coleta, chegando-se ao número de dez participantes.

Como critérios de inclusão as participantes deveriam: (a) ser responsáveis por famílias de configuração monoparental residindo junto aos seus filhos no município do interior do Rio Grande do Sul em que se desenvolveu o estudo. Ao menos um dos filhos deveria ser criança, possuindo até doze anos incompletos no momento da coleta de dados, conforme o Estatuto da

Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990); (b) estar vinculada a algum CRAS da cidade. Como critério de exclusão, por sua vez, não foram incluídas na pesquisa mulheres que apresentassem algum comprometimento cognitivo ou transtorno mental que pudesse prejudicar a compreensão dos instrumentos de coleta de dados. A tabela a seguir apresenta a caracterização das participantes do estudo e de suas famílias.

Tabela 1 - Caracterização geral das participantes e suas famílias

Participante ¹	Idade	Escolaridade	Ocupação	Reside com	Configuração familiar	Renda materna ²
Magnólia	42	Ensino Médio completo	Cuidadora de idosos	Filhas (10, 11 e 17 anos), Filho (18 anos)	Monoparental simples (há 3 anos)	R\$800,00
Camélia	35	Ensino Fundamental incompleto	Doméstica	Filhos (6 e 11 anos; 11 meses), sogra, cunhada e sobrinho	Monoparental extensa (há 2 anos)	R\$630,00
Lís	22	Ensino Médio incompleto	Do lar	Filhas (11 meses; 3 anos), irmãos, cunhada e mãe	Monoparental extensa (há 5 meses)	R\$430,00
Dália	29	Ensino fundamental completo	Do lar	Filhas (10 meses; 8 anos) e filhos (9 e 13 anos)	Monoparental simples (há 7 meses)	R\$1000,00
Hortênsia	37	Ensino médio incompleto	Do lar	Filha (8 anos), filho (16 anos), mãe e tia	Monoparental extensa (há 3 meses)	R\$200,00
Jasmin	27	Ensino médio completo	Doméstica e vendedora	Filho (9 anos)	Monoparental simples (há 3 anos)	R\$500,00
Melissa	23	Ensino fundamental	Doméstica	Filho (2 anos e 5	Monoparental simples (há 5	R\$603,00

Rosa	32	incompleto Ensino Fundamental completo	Doméstica e babá	meses) Filhas (7 e 13 anos) e filho (10 anos)	meses) Monoparental simples (há 5 anos)	R\$1000,00
Violeta	41	Ensino fundamental incompleto	Doméstica	Filhas (7, 9 e 11 anos) e filhos (14 e 17 anos)	Monoparental simples (há 8 anos)	R\$587,00
Margarida	41	Ensino fundamental incompleto	Desempre gada	Filhos (3 e 11 anos) e filhas (5, 10 e 14 anos)	Monoparental simples (há 2 anos)	R\$360,00

Fonte: Elaborado pela autora.

¹ As participantes do presente estudo receberam nomes fictícios a fim de preservar suas identidades.

² Ressalta-se que o salário mínimo brasileiro no período da coleta de dados correspondia ao valor de R\$954,00.

Conforme observado através da tabela, as participantes possuíam idades entre 22 e 42 anos (M: 32,9). Apesar da pouca idade, muitas delas aparentavam serem mais velhas e algumas mencionaram dores ou diagnósticos clínicos (Ex.: dores nas costas, problemas com tireoide, dentre outros). Sobre suas religiões, sete das participantes reconheciam-se como evangélicas e as três demais como umbandista, católica ou sem religião. Quanto a sua escolaridade, por sua vez, quatro mulheres não chegaram a concluir o Ensino Fundamental e das seis que o completaram, duas completaram também o Ensino Médio e duas apenas o Fundamental.

A respeito de suas ocupações, uma mulher designou-se como cuidadora de idosos, uma como desempregada, três como do lar e a maioria destas (cinco) como domésticas. Das que mencionaram a ocupação de doméstica, uma era também vendedora de roupas e outra exercia a função de babá de crianças. Apesar de apenas uma participante ter mencionado a situação de desemprego, destaca-se que, dentre as domésticas, apenas uma relatou possuir um emprego fixo, cuja renda podia contar com segurança no orçamento familiar. Ainda sobre a ocupação das participantes, destacam-se suas jornadas de trabalho de horários alternativos e flexíveis, na maioria dos casos, o que as permitia estar ao menos um turno na presença dos filhos.

Com relação às configurações familiares das participantes, destaca-se que suas classificações guiaram-se pelos modelos propostos por Moreira (2013), sendo sete famílias de configuração monoparental feminina simples, formada pela mãe e seus filhos, sem a presença de um cônjuge; e outras três famílias, monoparental feminina extensa, formada pela mãe, seus filhos e outros adultos residindo no lar, parentes ou não, mas sem o cônjuge. Ressalta-se, ainda, que seis das participantes possuíam outros filhos, além dos mencionados na tabela, os quais já haviam constituído suas famílias (Magnólia, Violeta e Margarida), residiam com o pai (Rosa e Melissa) ou estavam sob a guarda da avó materna (Camélia).

Optou-se por indicar a renda individual das participantes, pois mesmo nos casos em que havia outros adultos residindo no lar, as participantes indicaram serem as únicas responsáveis pelo sustento dos seus filhos. Assim, suas rendas variaram de R\$200,00 a R\$1000,00 (M: R\$611,00), sendo que nestes valores estavam inclusos os ganhos provenientes de trabalho (seis participantes), bolsa família (seis participantes), pensão por viuvez (uma participante) e pensão de alimentos (quatro participantes).

Cabe destacar ainda que cinco das participantes encontravam-se como responsáveis de famílias monoparentais devido à dissolução de suas uniões com os ex-companheiros (Magnólia, Hortênsia, Jasmin, Melissa, Rosa e Margarida). Duas participantes, por sua vez, encontravam-se nesta situação devido ao falecimento dos esposos (Lís e Dália), uma por motivos de abandono do lar por parte do ex-companheiro (Violeta) e uma devido à situação de privação de liberdade do companheiro (Camélia). Neste tocante, destaca-se que cinco das participantes (Magnólia, Camélia, Hortênsia, Rosa e Margarida) indicaram haver participação paterna na vida de ao menos um dos filhos, mas que esta se restringia a visitação nos finais de semana ou esporadicamente, como, por exemplo, o contato no período de férias escolares. Apenas duas participantes apresentaram relatos de maior compartilhamento das responsabilidades em relação aos filhos com o pai destes (Jasmin e Melissa). Ainda, três participantes mencionaram a participação de parentes da família paterna na vida dos filhos (Camélia, Dália e Lis) ou, em um caso (Violeta), a não participação nem do pai, nem destes parentes.

3.3 DELINEAMENTO E PROCEDIMENTOS

O presente estudo descende da pesquisa intitulada “Psicologia e Políticas Públicas:

Saúde e Desenvolvimento em Contextos de Vulnerabilidade Social”, desenvolvida pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (PROCAD). O programa, sob Edital nº 071/2013 visa a cooperação entre os Programas de Pós-graduação das Universidades: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade de Brasília (UnB).

O estudo desenvolvido possui delineamento transversal, no que envolveu a obtenção de informações de uma única vez sobre um momento da trajetória de vida das participantes (BREAKWELL; ROSE, 2010). Seu caráter exploratório deve-se a intenção de tornar o problema mais explícito e de obter maior familiaridade para com este (GIL, 2010). Contemplando o objetivo de compreender a dinâmica das redes pessoais significativas para o desempenho da maternidade de mulheres responsáveis por famílias monoparentais em vulnerabilidade social, considerando significados, opiniões e crenças contidas em suas narrativas. É também descritivo, envolvendo descrever e caracterizar populações ou fenômenos através de técnicas padronizadas, como o questionário ou outros (GIL, 2010), pois o estudo também visou caracterizar a estrutura, funções e atributos dos vínculos que compõem as redes pessoais significativas relacionadas à maternidade.

A abordagem do estudo caracteriza-se como qualitativa, pois envolve a compreensão da dinâmica do ser humano e de suas inter-relações, consideradas complexas e relacionadas ao contexto em que estão inseridas, a partir dos significados de suas experiências e valores (GONZÁLEZ-REY, 2011; MINAYO, 2014). Entende-se que tal abordagem vai ao encontro dos objetivos do presente estudo, uma vez que este se volta para a compreensão das crenças, opiniões, sentimentos e atitudes das participantes em relação ao fenômeno estudado.

No que se refere à epistemologia qualitativa, pode-se destacar, de acordo com González-Rey (2011), três princípios: (a) o de que o conhecimento é uma produção construtiva, interpretativa e também descritiva, ou seja, para muito além de uma soma de fatos, visam-se construções a partir das ideias e pensamentos do pesquisador, que busca dar sentido ao objeto de estudo; (b) o caráter interativo do processo de produção do conhecimento, que considera que na produção de conhecimento a interação pesquisador-pesquisado é essencial; e, por fim, (c) a significação da singularidade como nível legítimo da produção do conhecimento, ou seja, a subjetividade adquire importância na pesquisa qualitativa, em que se identificam os sujeitos como únicos e diferenciados do restante em sua constituição subjetiva (GONZÁLEZ-REY, 2011).

No que tange aos procedimentos para a execução desta pesquisa, ressalta-se que, primeiramente, um projeto foi apresentado à Secretaria de Desenvolvimento Social do

município em que se realizou o estudo, a fim de obter a autorização (APÊNDICE A) para a sua execução em parceria com os CRAS. Após obtida esta autorização, o projeto foi encaminhado à apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e, uma vez obtida a aprovação deste pelo CEP (CAAE: 81489417.9.0000.5346), deu-se seguimento ao processo de identificação das possíveis participantes. Para isto contou-se com a mediação dos profissionais dos CRAS a fim de indicarem mulheres que atendiam aos critérios de participação, a partir dos cadastros presentes na instituição ou fichas relacionadas a grupos e oficinas, o que caracterizou a amostragem como não probabilística e por conveniência (OLIVEIRA, 2001).

Contatou-se, por telefone, 40 mulheres indicadas para participação na pesquisa. Destas, oito aceitaram participar do estudo e compareceram no horário e local combinado. Dez, por sua vez, não atenderam as ligações ou seus números encontravam-se incorretos, uma não demonstrou interesse em participar da pesquisa, cinco aceitaram, mas não compareceram no horário e local combinado e 16 não eram elegíveis à participação, pois estavam residindo com o companheiro (pai ou não de seus filhos). Além da dificuldade de estabelecer contatos telefônicos com as participantes, ressalta-se a desconfiança de muitas destas ao serem convidadas a participar da pesquisa, sendo que muitas entendiam que o estudo pudesse ter relação com o conselho tutelar, dificultando o aceite de participação.

Das dez mulheres participantes deste estudo, portanto, oito foram acessadas mediante contato telefônico e duas diretamente em suas residências, tendo sido convidadas a participar do estudo após apresentação e explicação deste. Somente após a manifestação prévia de interesse em participar é que se agendou de forma individual um momento para serem novamente esclarecidas sobre a pesquisa e, a partir da intenção de formalizarem o aceite, para assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B). As duas participantes acessadas em suas residências, devido a não possuírem contato telefônico, optaram por participarem da coleta neste local e logo após a apresentação do estudo. As demais participantes, acessadas por telefonema, escolheram o horário e local de aplicação da coleta, conforme sua disponibilidade, sendo que uma escolheu a sua própria residência e as outras sete optaram pelo deslocamento até o CRAS de sua região.

O processo de coleta de dados com as participantes envolveu a aplicação dos seguintes instrumentos, os quais serão mais bem explanados na subseção “Instrumentos”: um Questionário Sociodemográfico (APÊNDICE C), contendo informações que permitiram a caracterização das mulheres bem como de suas famílias; uma entrevista sobre Redes Pessoais Significativas e Maternidade em Famílias Monoparentais em Vulnerabilidade Social

(APÊNDICE D); e o Mapa de Rede ou Mapa Mínimo das Relações (SLUZKI, 1997), que permitiu a identificação da rede pessoal significativa relacionada à maternidade das participantes (ANEXO A).

Destaca-se que se realizou um estudo de sensibilização para verificar a adequação dos instrumentos acima mencionados. Neste sentido, os procedimentos de coleta de dados foram realizados com a primeira participante contatada e a pesquisadora responsável pelo estudo, junto de sua orientadora, avaliaram se a forma de aplicação destes foi satisfatória, indicando a compreensão dos instrumentos pela participante e garantindo a resposta aos objetivos do estudo. A partir disso foi possível detectar a necessidade de desmembrar algumas questões da Entrevista sobre Redes Sociais e Maternidade em Famílias Monoparentais em Vulnerabilidade Social, frente à dificuldade da participante de elaborar respostas a perguntas amplas. No entanto, tendo respondido, ainda que de forma menos aprofundada, aos objetivos do estudo, esta entrevista foi incluída na análise de dados do estudo. Após essa alteração, outras três entrevistas foram realizadas e novamente revisou-se o instrumento, momento em que se modificou somente a ordem de algumas questões.

A realização da coleta de dados com as participantes ocorreu em um único encontro de duração média de uma hora e 30 minutos, e a aplicação dos instrumentos foi gravada para posterior transcrição e análise. Ressalta-se que se priorizou a realização das coletas em salas disponibilizadas pelos CRAS, devido a proximidade territorial em relação às participantes e à garantia de um espaço cuja estrutura favorecesse a privacidade das participantes e o mínimo possível de interferência externa, o que foi menos possível nas coletas realizadas nas residências, frente a circulação das crianças no lar. No entanto, entende-se que a realização das coletas no ambiente dos serviços pode ter influenciado algumas respostas, como, por exemplo, as relacionadas às instâncias sociais que atuam na rede de apoio das mulheres, e tendo em vista que, por vezes, os serviços de assistência social podem ser reconhecidos pelas famílias como locais de regulação ou controle social.

Destaca-se que durante a realização dos procedimentos desta pesquisa, foram registradas em diário de campo as impressões da pesquisadora a respeito do fazer científico (BÖING; MORÉ; CREPALDI, 2008). Por fim, destaca-se que às participantes da pesquisa foi assegurado o direito de receberem a devolução dos resultados, bem como às instituições envolvidas, através de encontros agendados com estes em separado, conforme sua disponibilidade e no local de sua conveniência, após o término do processo de pesquisa.

3.4 INSTRUMENTOS

Utilizaram-se três instrumentos para a coleta de dados nesse estudo, os quais foram aplicados de forma individual com cada participante. O primeiro correspondeu a um Questionário Sociodemográfico (APÊNDICE C), aplicado com a finalidade de obter uma caracterização geral das participantes e de suas famílias, incluindo informações como idade, ocupação profissional, composição e renda familiar. O segundo foi a Entrevista sobre Redes Sociais e Maternidade em Famílias Monoparentais em Vulnerabilidade Social (APÊNDICE D), que serviu de subsídio também para a construção do Mapa de Rede (ANEXO A) e permitiu avançar na compreensão do desempenho da maternidade, bem como compreender a relação deste com as redes pessoais significativas de mulheres responsáveis por famílias monoparentais femininas em vulnerabilidade social, atendendo ao objetivo geral de compreender a dinâmica das redes no desempenho da maternidade nestas famílias.

Enquanto técnica metodológica, a entrevista na pesquisa qualitativa permite ao pesquisador a compreensão do mundo vivenciado pelos participantes e assim, faz-se possível introduzir esquemas interpretativos que visem compreender suas narrativas em termos mais abstratos e relacionados a outras observações. Em outras palavras, permite os dados básicos para a compreensão das relações entre os participantes e as situações que vivenciam (GASKELL, 2015). Ressalta-se que a entrevista utilizada neste estudo possui caráter semiestruturado, que permite a exploração de um tema sobre o qual o entrevistado é convidado a discorrer, a partir da combinação de perguntas abertas e fechadas, pré-estabelecidas pelo pesquisador, sem, no entanto, a necessidade de restrição absoluta a estas (MINAYO, 2014).

Já o denominado Mapa de Rede ou Mapa Mínimo das Relações corresponde a um instrumento, proposto por Sluzki (1997), para a identificação da rede pessoal significativa de um indivíduo. Inicialmente o instrumento foi pensado com finalidades clínicas, porém vem também sendo utilizado na pesquisa (MOREÍ; CREPALDI, 2012). O instrumento consiste em uma representação gráfica que indica o conjunto de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas e/ou diferenciadas do restante, através das relações estabelecidas no seu contexto familiar e social. Sua estrutura é composta por quatro quadrantes, que representam as diferentes relações sociais: família, amizades, relações de trabalho ou escolares e relações comunitárias ou de credo, esta última subdividida em sistemas de saúde e agências sociais (SLUZKI, 1997).

Os quadrantes são divididos em três círculos concêntricos que indicam a proximidade das relações: o interno representa as relações íntimas (familiares diretos ou amigos próximos); o intermediário as relações com menor grau de compromisso (relações sociais ou profissionais com contato, mas sem intimidade; são as “amizades sociais” ou os familiares intermediários); e o círculo externo, de conhecimentos e relações ocasionais (que inclui os conhecidos da escola, do trabalho, os bons vizinhos e os familiares distantes; ou seja, são as relações ocasionais) (ANEXO A). O conjunto de todos os indivíduos que compõem o mapa mínimo corresponde, portanto, a rede pessoal significativa do informante (SLUZKI, 1997).

A aplicação do Mapa de Rede permite um conhecimento sobre as redes pessoais significativas do participante para além de seu tamanho ou da proximidade que cada membro da rede possui em relação ao indivíduo. Conforme Sluzki (1997), as redes de apoio social podem ser avaliadas de acordo com suas características estruturais, as funções dos vínculos e os atributos de cada relação. Neste sentido, as características estruturais incluem: (a) tamanho, que corresponde ao número de pessoas que compõem a rede; (b) densidade, que se refere às conexões entre os membros independentes do informante, como, por exemplo, parentes próximos que são íntimos entre si ou amigos que são amigos entre si; (c) composição ou distribuição, que indica a proporção total de membros da rede em cada quadrante e cada círculo; (d) dispersão, ou seja, a distância existente entre os membros da rede, o quão acessíveis são; e, por fim, (e) a homogeneidade/heterogeneidade demográfica e sociocultural, que se refere aos aspectos sociais, culturais e demográficos da rede, como idade, sexo, cultura, nível socioeconômico dos membros da rede.

Quanto às funções dos vínculos estabelecidos na rede de apoio social, estas podem ser: (a) companhia ou apoio social, ou seja, o estar junto ou fazer atividades conjuntas, o compartilhamento da rotina cotidiana, ou o incentivo e acompanhamento em lugares de convivência social; (b) apoio emocional, ou seja, caracterizado pela compreensão e empatia, disponibilidade para escutar, acolhimento ou conforto ofertado ou o estímulo recebido que confere o sentimento de poder contar com o outro; (c) guia cognitivo e de conselhos, quando há compartilhamento de informações pessoais ou vivências e o fornecimento de modelos de conduta ou reflexões, impressões e sugestões sobre estados e hábitos de vida; (d) regulação ou controle social, em que as interações reafirmam responsabilidades e papéis, favorecem a resolução de conflitos, neutralizam desvios de comportamento ou estabelecem limites em relação à exposição a fatores de risco; (e) ajuda material e de serviços, ou seja, o empréstimo ou doação de dinheiro, comida ou objetos, ou, ainda, a ajuda prática prestada em determinadas situações; e, por fim, (f) acesso a novos contatos, que favorece a abertura para

novas relações ou inclusão de pessoas que até então não compunham a rede do indivíduo (SLUZKI, 1997).

Por fim, sobre os atributos (características) de cada vínculo da rede social, estes podem ser analisados a partir dos seguintes aspectos: (a) as funções predominantes, ou seja, do que caracteriza o vínculo; (b) a multidimensionalidade, ou seja, quantas das funções são desempenhadas; (c) a reciprocidade, que se refere a se o indivíduo também é para a pessoa que compõe sua rede alguém que exerce a mesma função identificada; (d) da intensidade ou compromisso da relação, relacionado ao grau de intimidade entre os sujeitos ou, ainda, a atração entre os membros; (e) a frequência dos contatos, considerando que quanto maior a distância maior a necessidade de manutenção do contato para manter a intensidade; e, por fim, (f) a história da relação, ou seja, o tempo do vínculo e a experiência prévia que ativou o vínculo (SLUZKI, 1997). Destaca-se que, para o presente estudo, priorizou-se a coleta e análise de dados referentes à organização e estrutura das redes, enfocando o nível de relacionamento e as funções dos vínculos que as auxiliam no desempenho da maternidade das participantes.

Frente a essas explicações, faz-se relevante ressaltar que o mapa corresponde a um registro estático do momento em que o informante refere ou de algum momento passado reconstituído por ele, devendo ser encarado como sujeito a modificações, conforme o passar do tempo (SLUZKI, 1997). No entanto, consiste em uma potencial forma de acesso às redes pessoais significativas, podendo tornar mais visível o impacto das redes no desenvolvimento e saúde do sujeito, no que permite reunir, registrar e descrever informações num momento e situação de vida específicos do indivíduo (MORÉ; CREPALDI, 2012).

A construção do mapa, no presente estudo, ocorreu através da interação entre a pesquisadora e as mulheres, tomando-se o cuidado com a didática da aplicação do instrumento, considerando a baixa escolaridade das participantes, de modo a adequar a linguagem ao público-alvo. Cabe ressaltar que os mapas de rede das participantes incluíram os membros que elas próprias reconheceram como significativos em suas vidas, a partir de seu próprio julgamento e critérios, e que foram respeitadas a localização de cada vínculo nos diferentes quadrantes e círculos, bem como estabelecidas suas funções, de acordo com os relatos das mulheres. Assim, ressalta-se que se respeitou o protagonismo das participantes do presente estudo, sendo que a pesquisadora acatou as escolhas dos vínculos e de seu posicionamento nos Mapas, conforme o desejo das participantes, para então procurar compreender os significados atribuídos aos vínculos identificados, bem como o tipo de ajuda oferecido por cada um, a partir dos seus relatos.

Construir o Mapa de Redes com as participantes permitiu constatar as redes de relações que elas possuíam naquele momento, deixando explícitas as pessoas disponíveis, bem como aquelas que se encontravam afastadas delas naquele período de suas vidas. Destaca-se, ainda, que o instrumento foi aplicado orientando-se pelas seguintes Etapas de Construção do Mapa de Redes, propostas por Moré e Crepaldi (2012):

1. Etapa de aquecimento para construção, a qual envolveu a apresentação dos objetivos da pesquisa para a participante e a introdução da entrevista semiestruturada, explicada anteriormente, sobre a temática focal;
2. Etapa de conhecimento do desenho do mapa e dos símbolos a serem utilizados, em que o Mapa de Redes foi apresentado pela pesquisadora para a participante, conforme o modelo de Sluzki (1997) (ANEXO A). No presente estudo, a estrutura básica do mapa foi apresentada impressa em um cartaz A3, de modo a facilitar a visualização por parte da participante;
3. Etapa da construção propriamente dita, em que a pesquisadora explicou a posição dos integrantes da rede nos diferentes quadrantes, bem como o significado e posição dos círculos do mapa, referentes ao grau de intimidade e compromisso das relações, a fim de preencher junto da participante o mapa. Nesta etapa, também foram exploradas as funções dos vínculos. Para isso, a pesquisadora lançou mão de alguns questionamentos (APÊNDICE D), e exemplos a respeito das funções, e, então, as respostas oferecidas pela participante conduziram o preenchimento do mapa;
4. Etapa de conclusão da construção do mapa de rede, momento em que a participante foi convidada a visualizar o mapa concluído e verbalizar suas impressões e reflexões sobre este. As narrativas aqui expostas serviram para complementar as informações anteriores.

Além das etapas acima descritas, realizadas na presença das participantes, a pesquisadora executou duas etapas posteriores, também relacionadas ao instrumento:

5. Etapa de adequação do mapa de rede ao contexto da pesquisa, em que todos os dados coletados foram organizados pela pesquisadora para auxiliar na sua descrição e compreensão de acordo com os objetivos da pesquisa. Os mapas de redes de cada uma das participantes são apresentados neste estudo. (APÊNDICE E)

6. Etapa de confecção do mapa de rede de todas as participantes, onde foram reunidas as informações provenientes de todos os mapas construídos em um mapa único e geral (APÊNDICE F), valendo-se de recursos de cores.

3.5 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Os preceitos da Resolução nº 510/2016 (BRASIL, 2016), que regulamentam as condições da pesquisa com seres humanos em ciências humanas e sociais, e da Resolução 466/2012, que dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), foram contemplados em todas as etapas deste estudo. Profissionais responsáveis pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que optaram por colaborar com o estudo assinaram um Termo de Autorização Institucional (TAI) (APÊNDICE A) que lhes garantiu o direito de solicitar a interrupção da pesquisa, bem como a destruição dos dados coletados, assim como a Secretaria de Desenvolvimento Social responsável por estes serviços também formalizou esta autorização, mediante assinatura do secretário responsável. Somado a isso, às mulheres responsáveis por famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social foi assegurada a confidencialidade dos dados, bem como sua privacidade e decisão de desistirem da participação na pesquisa a qualquer momento. Elas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B) no que aceitaram participar do estudo.

Considerando que podem existir riscos provenientes de situações de pesquisa com seres humanos, entende-se que este estudo possui risco mínimo, tendo em vista que os procedimentos não sujeitaram as participantes a riscos maiores do que os encontrados nas suas atividades cotidianas, e não as submeteram a procedimentos inovadores. No entanto, garantiu-se que na percepção de situações de desconforto durante a realização da coleta, a pesquisadora assumiria a responsabilidade de avaliar a situação, suspendendo a continuidade da participação da mulher ou, caso necessário, encaminhando-a para que receba atendimento psicológico através de um Projeto de Extensão vinculado a uma universidade pública. Ressalta-se que uma participante foi encaminhada para atendimento, mediante indicação da pesquisadora e a partir do seu consentimento, frente a sua mobilização após a entrevista realizada, uma vez que havia perdido o marido por suicídio cinco meses antes do momento da coleta e sendo aquele o primeiro momento que teve contato com uma profissional de saúde mental.

Considera-se que esta pesquisa, na forma como foi delineada, pode oferecer benefícios às participantes, uma vez que, através das entrevistas, puderam compartilhar suas experiências sobre a maternidade no contexto especificado, encontrando a escuta livre de julgamentos da pesquisadora, bem como puderam identificar sua rede de apoio e refletir sobre a influência desta na vivência da maternidade. Esta observação deve-se ao fato de que a maioria das participantes demonstrou emoção ao compartilhar trajetórias de vida com significativos impactos da situação de vulnerabilidade social na maternidade, além de gratidão pelo espaço de escuta, valorização e atenção oferecidos através da pesquisa.

Cabe ressaltar, ainda, que a pesquisadora que realizou o estudo e a professora orientadora responsável se comprometeram formalmente com os preceitos éticos informados (APÊNDICE G). Também, que as informações colhidas e apresentadas neste estudo possuem finalidades científicas, sendo divulgadas de forma anônima, e que os materiais provindos desta atividade ficarão mantidos em sigilo sob a responsabilidade da pesquisadora responsável, sendo destruídas após cinco anos da realização da pesquisa.

3.6 ANÁLISE DOS DADOS

As informações obtidas nesse estudo através dos instrumentos apresentados foram analisadas e discutidas conjuntamente, a partir da integração da descrição dos aspectos observados no mapa de redes e da análise de conteúdo das entrevistas. A análise descritiva auxiliou principalmente no tratamento dos dados coletados através do Questionário Sociodemográfico e do preenchimento gráfico dos Mapas de Redes das participantes. Por descrição entende-se uma forma de tratamento dos dados qualitativos que considera o que os dados falam por si próprios (GOMES, 2013). Nesse sentido, as informações coletadas através do Questionário permitiram a caracterização das participantes do estudo, bem como de suas famílias. Por sua vez, as informações coletadas através do preenchimento gráfico dos Mapas de Redes atenderam ao objetivo de caracterizar a estrutura, funções e atributos dos vínculos que compõem as redes pessoais significativas relacionadas à maternidade das mulheres participantes do estudo. Visou-se com isto, a confecção do Mapa de Rede geral por todas as participantes, reunindo suas informações e facilitando a apresentação dos resultados (APÊNDICE F).

Por sua vez, a Análise de Conteúdo permitiu, principalmente, o tratamento dos dados coletados através da entrevista semiestruturada sobre as Redes Sociais e Maternidade em Famílias Monoparentais em Vulnerabilidade Social e narrativas oriundas da construção do

Mapa. Na proposta de Bardin (2006), a Análise de Conteúdo corresponde à procura por sentidos e compreensões comuns aos dados coletados e da identificação de categorias a serem analisadas e discutidas. Dentro dessa proposta, destaca-se a modalidade de análise temática, na qual se busca descobrir os núcleos de sentidos significantes presentes numa comunicação, através de diferentes etapas: (a) Pré-análise, onde são sistematizadas as ideias iniciais, retomados os objetivos da pesquisa e suas hipóteses e busca-se a elaboração de indicadores que orientem a interpretação final; (b) Exploração do material, em que o texto é analisado sistematicamente a partir das categorias anteriormente pensadas; por fim, (c) Tratamento dos dados obtidos e interpretação, quando os resultados são submetidos a análises estatísticas simples ou complexas que possam enfatizar as informações e, assim, realizar interpretações (BARDIN, 2006; MINAYO, 2014).

Optou-se, nesse estudo, pela análise de conteúdo por esta voltar-se ao tratamento dos dados advindos de um estudo, reduzindo-os a um menor conjunto de conteúdo e, assim, facilitando a sua interpretação. No entanto, destaca-se que se buscou, a partir de orientações encontradas na literatura, a realização de uma análise de conteúdo mais sistemática, precisa e confiável, uma vez que, apesar de amplamente utilizada em estudos qualitativos em diferentes modalidades, encontram-se poucos padrões metodológicos concisos que orientem e confirmem maior credibilidade ao seu uso (LIMA, 2013). Neste tocante, faz-se relevante apresentar detalhadamente o processo de análise de conteúdo realizado.

Em fase de pré-análise, buscou-se descobrir os núcleos de sentido significantes presentes nas transcrições, através da leitura compreensiva e flutuante de parte do material coletado (seis entrevistas). Para isso, foram retomados os objetivos da pesquisa, visando sistematizar as ideias iniciais e elaborar possíveis categorias que orientassem a interpretação final. Esse processo foi realizado pela pesquisadora responsável e duas voluntárias em separado. A partir disso, as propostas de categorias de cada uma foram discutidas em conjunto, sendo que os desacordos foram resolvidos por consenso e com o auxílio de uma quarta pessoa tendo como resultado uma proposta de categorias temáticas.

Então, a pesquisadora responsável elaborou uma descrição do sistema de categorias e realizou um recorte das transcrições, selecionando as falas, denominadas unidades de registro, consideradas contemplativas do conteúdo significativo dos dados, com base nos objetivos do estudo. Tais unidades foram dispostas em uma tabela a fim de serem categorizadas. Então, outras duas voluntárias, denominadas “juízas”, realizaram a exploração do material, analisando sistematicamente as falas dispostas na tabela e indicando uma categoria ou subcategoria para cada unidade, a partir da descrição e discussão do sistema previamente

estruturado. Com isso, foi possível atestar tanto a adequação do sistema de categorias proposto ao conjunto de material coletado, quanto verificar o coeficiente de concordância entre as juízas, a partir do cálculo do coeficiente Kappa (LIMA, 2013; FONSECA; SILVA; SILVA, 2007). Destaca-se que o sistema de categorias foi modificado após a codificação da primeira entrevista e após a codificação da segunda, com base nas discussões realizadas em conjunto. Na terceira codificação realizou-se o cálculo Kappa, obtendo-se concordância de 87,1%. Após isso, as juízas realizaram a codificação de todo o restante do material coletado.

Com base na codificação das unidades também foi possível confirmar a saturação teórica das categorias, ou seja, na indicação mais precisa do momento oportuno de interrupção da coleta de dados, no qual não se constataram a presença de novos temas, de forma consistente, após um dado número de entrevistas (FONTANELLA; LUCHESI; SAIDEL; RICAS; TURATO; MELO, 2011). Assim, o processo de codificação que fundamentou a construção das categorias também auxiliou a visualização da recorrência dos dados já a partir da sexta e sétima entrevistas e a constatação da saturação com maior segurança na oitava, sendo que se realizaram mais duas entrevistas para assegurá-la. Então, entendeu-se que o conjunto de categorias construído a partir dos relatos de dez participantes respondeu aos objetivos do estudo e contribuiu para a compreensão do fenômeno estudado.

Por fim, a pesquisadora responsável pode dar início ao processo de tratamento dos dados obtidos, processo em que os resultados foram submetidos a análises estatísticas simples, a fim de enfatizar as informações, de realizar inferências e, por fim, interpretações. Ressalta-se que todas as voluntárias envolvidas no processo descrito foram previamente preparadas para a realização deste, através do aprofundamento em leituras sobre a temática central do estudo e sobre os procedimentos de análise.

Destaca-se que as categorias referentes à análise de conteúdo foram elaboradas correspondendo, conforme Laville e Dionne (1999), ao *modelo misto*, ou seja, foram definidas *a priori*, a partir dos conhecimentos teóricos sobre a temática, mas sofreram modificações em vista do pesquisador levar em consideração todos os elementos significativos surgidos na coleta de dados. A escolha por este modelo justificou-se, pois a investigação das redes pessoais significativas através da entrevista e do preenchimento do Mapa de Redes requer a identificação de informações previamente definidas sobre as relações que compõem a rede. Neste sentido, pôde-se definir *a priori* que algumas das categorias analisadas no presente estudo seriam referentes às redes pessoais significativas das participantes, contemplando as relações dispostas nos quadrantes dos mapas de rede (Relações familiares; Relações de amizade; Relações comunitárias; e, Relações de trabalho ou estudo). Somado a isto, aspectos

referentes às atividades cotidianas maternas realizadas pelas mulheres em relação aos seus filhos foram abordadas nas categorias tomando como referência o modelo de dimensões da parentalidade de Hoghughi (2004) (incluindo as dimensões englobadas nas atividades parentais e nas áreas funcionais).

Apesar dos conhecimentos teóricos que embasaram a formulação das categorias, contudo, reitera-se que estas foram organizadas a partir dos elementos temáticos significativos identificados na coleta de dados, conforme a proposta da análise de conteúdo temática. A Tabela 2 apresenta as categorias finais consideradas para análise de dados do presente trabalho.

Tabela 2. Apresentação das categorias de análise

	ARTIGO 1	ARTIGO 2
CATEGORIAS	Atividades parentais	Relações familiares
	<i>Cuidados físicos</i>	Relações de amizade
	<i>Cuidados emocionais</i>	Relações comunitárias
	<i>Cuidados sociais</i>	Relações de trabalho ou estudo
	<i>Cuidados intelectuais</i>	Ausência ou insuficiência de redes
	Educação e Disciplina	
	<i>Regras, limites e práticas educativas</i>	
	<i>Educação de valores</i>	
	“Ser mãe é se virar em 30, em 2 mil, 5 mil, sei lá, é muita coisa!”: os significados atribuídos à maternidade	

Fonte: Elaborado pela autora.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados e as discussões oriundos deste trabalho serão apresentados a seguir sob o formato de dois artigos científicos: “Significados atribuídos à maternidade em famílias monoparentais femininas em vulnerabilidade social” e “Redes pessoais significativas de mulheres responsáveis por famílias monoparentais em vulnerabilidade social”.

ARTIGO 1

Significados atribuídos à maternidade em famílias monoparentais femininas em vulnerabilidade social¹

Maternidade em famílias monoparentais em vulnerabilidade social

Resumo

Este estudo objetivou compreender o desempenho da maternidade em famílias monoparentais femininas em situação de vulnerabilidade social. Participaram dez mães de crianças, cadastradas em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município do Rio Grande do Sul. Os dados coletados através de um questionário sociodemográfico e de uma entrevista semiestruturada foram submetidos à Análise de Conteúdo. Constatou-se que as mães realizavam diversas atividades relacionadas aos cuidados físicos, emocionais, sociais e intelectuais de seus filhos. Destacaram-se também a disciplina e o ensino de valores. O significado da maternidade apareceu atrelado aos múltiplos cuidados e à educação dos filhos, considerados como responsabilidades maternas e permeados por peculiaridades do contexto de vulnerabilidade social e da maternidade solteira. Considera-se necessária a ampliação das visões e práticas dos profissionais que atuam junto às políticas públicas brasileiras em relação às famílias monoparentais, buscando a legitimação e o empoderamento das mães na vivência da maternidade.

Palavras-chave: cuidados parentais; maternidade; monoparentalidade; vulnerabilidade social.

Meanings attributed to maternity in female single parents in social vulnerability

Abstract

This study aimed to understand the performance of motherhood in single-parent female families in situations of social vulnerability. Ten mothers of children enrolled in Reference

¹ Artigo formatado segundo as normas da revista Estudos de Psicologia (UFRN) (Qualis A1).

Centers for Social Assistance (CRAS) from a municipality in Rio Grande do Sul participated. The data collected through a sociodemographic questionnaire and a semi-structured interview were submitted to Content Analysis. It was found that mothers performed various activities related to the physical, emotional, social and intellectual care of their children. The discipline and the teaching of values were also emphasized. The meaning of motherhood appeared linked to the multiple care and education of children, considered as maternal responsibilities and permeated by peculiarities of the context of social vulnerability and single motherhood. It is considered necessary to expand the visions and practices of professionals working with Brazilian public policies in relation to single-parent families, seeking to legitimize and empower mothers in the experience of motherhood.

Keywords: parental care; maternity; single parenting; social vulnerability.

Significados asignados a la maternidad en familias monoparentales femeninas en vulnerabilidad social

Resumen

El presente estudio está destinado a comprender el desempeño de la maternidad en familias monoparentales femeninas en situación de vulnerabilidad social. Han participado del estudio diez madres de niños registradas en Centros de Referencia de Asistencia Social (CRAS) de un municipio de Rio Grande do Sul. Los datos recogidos mediante un cuestionario sociodemográfico y de una entrevista semiestructurada fueron sometidos al Análisis de Contenido. Se constató que las madres realizaban diversas actividades relacionadas a los cuidados físicos, emocionales, sociales e intelectuales de sus hijos. Se destacaron también la disciplina y la enseñanza de valores. El significado de la maternidad apareció atado a los múltiples cuidados ya la educación de los hijos, considerados como responsabilidades maternas y impregnados de peculiaridades del contexto de vulnerabilidad social y de la maternidad soltera. Se considera necesaria la ampliación de las visiones y prácticas de los

profissionais que actúan junto a las políticas públicas brasileñas en relación a las familias monoparentales, buscando la legitimación y el empoderamiento de las madres en la vivencia de la maternidad.

Palabras clave: atenciones parentales; la maternidad; monoparentalidad; vulnerabilidad social.

1 Introdução

A valorização da mulher na sociedade ocidental moderna esteve atrelada à maternidade e a uma expectativa de devoção à família. O ser mãe, portanto, esteve tradicionalmente associado a estereótipos de gênero. Historicamente, atribuiu-se ao homem o âmbito público, vinculado ao sustento da família e ao mundo do trabalho, enquanto à mulher designou-se a vida privada, ocupando-se do contexto do lar e do cuidado dos filhos (Bossardi & Vieira, 2015). Assim, além de conferir-lhe um lugar de subordinação à figura masculina, consolidaram-se no imaginário social noções que associavam a mulher estritamente ao “ser mãe” ou à maternidade, entendida como tarefa inerente e do desejo de toda mulher (Badinter, 1985; Roudinesco, 2003).

Fenômenos da contemporaneidade enfrentaram concepções tradicionais e propuseram novas formas de configurações, estrutura e relacionamento nas famílias, apresentando outras maneiras de se vivenciar a maternidade e a paternidade. Como exemplos destes fenômenos, destacam-se: a inserção da mulher no mercado de trabalho, o surgimento dos movimentos feministas, o acesso a métodos contraceptivos, a possibilidade de dissolução da união matrimonial através do divórcio, somados às recomposições conjugais (Grzybowski, 2002), as mudanças no cenário jurídico referente às relações conjugais e à guarda dos filhos (Alves, Cúnico, Smaniotto, Pileco & Arpini, 2014), as inovações no campo da tecnologia reprodutiva e a possibilidade de vivenciar a maternidade solteira (Jaeger & Strey, 2011), dentro outros.

Sobre os cuidados com os filhos, tradicionalmente considerados atividades exclusivamente maternas, observa-se na contemporaneidade que a crescente entrada da mulher no mercado de trabalho, e conseqüente distanciamento do lar, bem como a maior participação paterna na vida dos filhos, vêm alterando o funcionamento das famílias, permitindo maior flexibilidade e compartilhamento das tarefas (Jablonski, 2010). Contudo, conforme Sarti (2015), nas famílias das camadas populares a maternidade segue atrelada às concepções tradicionais, sendo o cuidado dos filhos e com o lar prioritariamente responsabilidades da mãe-mulher.

Somado a isto, evidencia-se a importância das mães no contexto familiar, tendo em vista o expressivo número de lares chefiados por mulheres, em que as mães responsabilizam-se pela unidade familiar, na ausência do pai de seus filhos ou figura que o represente. Nestas famílias, denominadas monoparentais femininas, a maternidade adquire algumas peculiaridades. A literatura tem demonstrado, por exemplo, que as mulheres responsáveis por estas famílias assumem além dos cuidados com os filhos, as funções domésticas e a responsabilidade de proverem o sustento familiar. Assim, tendem a vivenciar sobrecarga de funções e exposição a trabalhos mal remunerados que pouco respondem às suas necessidades financeiras (Carloto, 2005; Costa & Marra, 2013; Cúnico & Arpini, 2014a; Perucchi & Beirão, 2007; Verza, Sattler & Strey, 2015).

A isto se relaciona a situação de vulnerabilidade social que se coloca para muitas destas famílias. O conceito de vulnerabilidade social transpõe fatores econômicos, sendo utilizado para definição das inúmeras situações de fragilidade a que grupos ou indivíduos estão expostos, tornando-os mais suscetíveis e, por isso, “vulneráveis”, a fatores desfavoráveis à qualidade de vida (Janczura, 2012; Yazbek, 2001). Assim, contempla os aspectos que impactam no acesso e garantia de direitos dos sujeitos, como a presença de violência intrafamiliar, o precário acesso às agências sociais e de saúde, a fragilização dos vínculos de

convivência ou a proximidade a ambientes de risco (Fonseca, Sena, Santos, Dias & Costa, 2013).

Alguns estudos presentes na literatura científica auxiliam na compreensão da vivência da maternidade em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade social no Brasil. O estudo de Wottrich e Arpini (2014) com mulheres coletoras de material reciclável com filhos crianças, pertencentes a grupos populares de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, evidenciou o reconhecimento da responsabilização, cuidado e proteção dos filhos como tarefas atribuídas, principalmente, às mães. Já Almeida (2007), em estudo com grupos de mães trabalhadoras, de classe popular e média, investigou os sentidos construídos sobre a maternidade, identificando que todas as mães associaram a maternidade aos cuidados dos seus filhos. Para as mães de classes populares, suas funções eram conversar, orientar, estabelecer limites, brincar e educar os filhos.

Já os estudos de Cúnico e Arpini (2014a; 2014b; 2016), com mulheres responsáveis por famílias monoparentais e que viviam na periferia de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, evidenciaram a sobrecarga por assumirem o sustento do lar e a educação dos filhos frente a empregos mal remunerados e sem o suporte paterno para a partilha das responsabilidades no cuidado com estes. As autoras apontaram a ausência da participação paterna na vida dos filhos e o grande valor atribuído à maternidade, sendo a figura da mãe vista como aquela que melhor cuida dos filhos. Assim, a maternidade era entendida como inerente à condição feminina, estando atrelada ao cuidado, carinho e amor para com os filhos.

Tendo em vista a compreensão da maternidade como uma construção que responde a um dado momento histórico e cultural e às características do contexto de vida dos sujeitos (Roudinesco, 2003), entende-se que a vivência da maternidade em contexto de monoparentalidade e em situação de vulnerabilidade social encontra peculiaridades que devem ser compreendidas. Ampliar o entendimento a respeito deste fenômeno pode contribuir

na qualificação das intervenções dos profissionais que atuam junto a essas famílias, de modo especial, nas políticas públicas brasileiras. Assim, o presente estudo buscou compreender o desempenho da maternidade em famílias monoparentais femininas em situação de vulnerabilidade social. Mais especificamente, visou conhecer as atividades cotidianas maternas desenvolvidas por mães responsáveis por tais famílias, bem como os significados por elas atribuídos à maternidade.

2 Método

2.1 Participantes

Participaram desse estudo dez mães com ao menos um filho criança (até 12 anos incompletos), responsáveis por famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social, cadastradas em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município do interior do Rio Grande do Sul. Destaca-se que as participantes foram identificadas através dos cadastros e registros presentes nos serviços, caracterizando a amostragem como não probabilística e por conveniência (Oliveira, 2001). A coleta de dados obedeceu ao critério de saturação, em que foi interrompida frente à não observação de novos resultados (Fontanella, Ricas & Turato, 2008). A tabela a seguir apresenta a caracterização das participantes do estudo e de suas famílias. Ressalta-se que as participantes receberam nomes fictícios a fim de preservar suas identidades.

[Inserir Tabela 1.]

2.2 Delineamento e procedimentos

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, transversal e exploratória, que se embasou teoricamente nos pressupostos epistemológicos do Pensamento Sistêmico (Vasconcellos, 2003) e do Pensamento Complexo (Morin, 2007), entendendo que sujeitos e famílias são sistemas complexos imersos em contextos históricos, culturais e relacionais, sendo produtos e produtores de sentidos e significados. A abordagem qualitativa envolve a compreensão da

dinâmica do ser humano e de suas inter-relações, consideradas complexas e relacionadas ao contexto em que estão inseridas, a partir dos significados de suas experiências e valores expressos em suas crenças, opiniões, sentimentos e atitudes (González-Rey, 2011; Minayo, 2014). O delineamento transversal, por sua vez, deve-se à obtenção de informações de uma única vez sobre um momento da trajetória de vida das participantes (Breakwell & Rose, 2010). Por fim, seu caráter exploratório deve-se à intenção de explicitar o fenômeno em questão e familiarizar-se com este (Gil, 2010).

No que tange aos procedimentos para a realização desta pesquisa, primeiramente, o projeto foi apresentado à Secretaria de Desenvolvimento Social do município em que se realizou o estudo, a fim de obter a autorização para a sua execução em parceria com os CRAS. Então, o projeto foi encaminhado à apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e aprovado sob o número CAAE: 81489417.9.0000.5346. A identificação das possíveis participantes ocorreu com a mediação dos profissionais dos CRAS, a partir dos cadastros e registros presentes na instituição.

As coletas de dados ocorreram em data e local escolhidos pelas participantes, mediante sua preferência e disponibilidade. Três coletas foram realizadas nas residências das participantes e sete nas dependências dos CRAS. As mães foram convidadas a participar do estudo após apresentação e explicação deste e formalizaram o aceite assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A realização da coleta de dados com as participantes ocorreu em um único encontro de duração média de uma hora e 30 minutos, e a aplicação dos instrumentos foi gravada para posterior transcrição e análise.

2.3 Instrumentos

Na realização desta pesquisa foram utilizados os seguintes instrumentos: Questionário Sociodemográfico, contendo informações que permitiram a caracterização das mães bem como de suas famílias e uma Entrevista sobre Maternidade em Famílias Monoparentais em

Vulnerabilidade Social, com a finalidade de explorar as atividades cotidianas maternas desenvolvidas pelas famílias monoparentais femininas em situação de vulnerabilidade social e os significados atribuídos à maternidade. A entrevista na pesquisa qualitativa facilita a compreensão do mundo e situações vivenciadas pelos participantes (Gaskell, 2015). Em seu caráter semiestruturado, permite a exploração de um tema sobre o qual o entrevistado é convidado a discorrer, a partir de um roteiro elaborado pelo pesquisador, sem, no entanto, necessidade de restrição absoluta a este (Minayo, 2014).

Destaca-se que parte do roteiro de Entrevista elaborado para este estudo embasou-se nas dimensões parentais descritas por Hoghughi (2004), as quais incluem as dimensões de cuidado, disciplina e desenvolvimento. No que se refere ao *cuidado*, destacam-se os níveis: a) físico, incluindo a alimentação, higiene, proteção, vestimentas, hábitos de sono, prevenção de acidentes ou doenças; b) emocional, incluindo a interação positiva entre ambiente e criança, permitindo uma vinculação segura, previsível e que permita otimismo frente a novas experiências; e, por fim, c) social, em que se busca assegurar o não isolamento da criança dos pares significativos e garantir o auxílio para que seja socialmente competente e integrada, tendo condições de aceitar as progressivas responsabilidades ao longo de seu desenvolvimento. A dimensão de *controle*, por sua vez, contempla a imposição de limites, com ênfase no controle comportamental e que sejam adequados à idade da criança. Por fim, no que se refere ao *desenvolvimento*, refere-se ao desejo parental de que a criança desenvolva todo o seu potencial, incluindo a atitude de encorajá-la, a criação de novas oportunidades ou ainda a promoção de competências e valores.

2.4 Considerações éticas

Os preceitos éticos estabelecidos pela Resolução nº 510 de 2016, que regulamentam as condições da pesquisa com seres humanos em Ciências Sociais e Humanas, e pela Resolução 466/2012, que dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo

seres humanos, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), foram contemplados durante todas as etapas da presente pesquisa. Ressalta-se que, às participantes do estudo, foi assegurada a confidencialidade dos dados, bem como sua privacidade e decisão de desistirem da participação na pesquisa a qualquer momento. Ainda, destaca-se que foram informadas dos riscos e benefícios referentes à participação na pesquisa.

2.5 Análise dos dados

Os dados coletados no presente estudo foram submetidos à Análise de Conteúdo (Bardin, 1977/2009), visando à procura por sentidos e compreensões comuns aos dados e à identificação de categorias a serem analisadas e discutidas. Em sua modalidade temática, esta proposta de análise possui diferentes etapas: (1) Pré-análise: em que se buscou descobrir os núcleos de sentido significantes presentes nas transcrições, através da leitura compreensiva de parte do material coletado, sistematização das ideias iniciais e retomada dos objetivos da pesquisa, com a finalidade de elaboração de categorias. Três pesquisadoras voluntárias realizaram este processo em separado e os desacordos foram discutidos e resolvidos por consenso ou com o auxílio de uma quarta pesquisadora; (2) Exploração do material: a pesquisadora responsável realizou o recorte das transcrições e dispôs as unidades de registro em tabelas para serem codificadas em relação às categorias estabelecidas. Para isto, a análise contou com duas juízas independentes que classificaram separadamente o material transcrito nas categorias e, posteriormente, as discordâncias ou dúvidas foram sanadas em conjunto e por consenso. Atestou-se a adequação do sistema de categorias proposto ao conjunto de material coletado e o grau de concordância entre as juízas a partir do cálculo do coeficiente Kappa, obtendo-se o valor de 87,1%; (3) Tratamento dos resultados, em que foram feitas inferências e, por fim, interpretações.

3 Resultados e discussões

A análise de conteúdo dos dados obtidos permitiu a construção de três categorias, a

saber: (3.1) atividades parentais, subdividida em (3.1.1) cuidados físicos, (3.1.2) cuidados emocionais, (3.1.3) cuidados sociais e (3.1.4) cuidados intelectuais; (3.2) Educação e disciplina, subdividida em (3.2.1) Regras, limites e práticas educativas e (3.2.2) Educação de valores; e, por fim, (3.3) “Ser mãe é se virar em 30, em 2 mil, 5 mil, sei lá, é muita coisa!”: os significados atribuídos à maternidade. As categorias e subcategorias serão apresentadas e discutidas a seguir.

3.1 Atividades parentais

A presente categoria contempla as atividades parentais cotidianas desempenhadas pelas mães em relação aos seus filhos, considerando as tarefas e as responsabilidades que acreditam possuir para com seus filhos, bem como os significados que atribuem a estas. As atividades realizadas contemplaram: cuidados físicos, emocionais, sociais e intelectuais para com os filhos.

3.1.1 Cuidados físicos:

A presente subcategoria refere-se aos cuidados parentais básicos para com os filhos, na garantia de sua nutrição, higiene e vestimentas, bem como condições adequadas de saúde e de ambiente para que se desenvolvam. No que concerne aos cuidados com a alimentação, as mães participantes deste estudo relataram serem responsáveis pela aquisição dos alimentos, bem como, por realizar o preparo das refeições. Em aspectos relacionados à higiene, as participantes do estudo responsabilizavam-se pela organização das roupas, do banho e da escovação, por exemplo, dos filhos: “Bom, o meu dia a dia é só com elas em função, né. Só com elas o dia inteiro. [...] Banho, tudo. Roupa, lavar roupa, dar banho, tudo sou eu.” (Lís);

Eu acordo sete horas. Daí às sete horas eu já levanto e arrumo a mochila do A. [filho, 2 anos e 6 meses]. Vejo as roupas dele que tem que levar. Sete horas quando eu acordo, eu já chamo ele, daí tem que arrumar as coisas dele tudo. Aí a gente vai, se escova os dentes, eu faço a mamadeira, tudo. Aí eu faço café pra ele, dou um banho nele, separo a roupa suja, aí

arrumo a mochilinha dele com lanche essas coisas né, água, mamadeira. [Após a creche] aí a gente vai pra casa, daí faço janta, ele toma banho, daí ele vai deitar. [...] Eu posso andar do jeito que der, mas eu prefiro ver eles os dois bem ajeitadinho, bem limpinho e bem saudável. Depois eu me importo comigo. Sempre foi, eu compro primeiro as coisas pra eles, depois eu vou comprar pra mim, e já tem o que comprar pra eles de novo. (Melissa)

Semelhante a isto, Bustamante e Trad (2007) encontraram que famílias de configurações diversas residentes na periferia de Salvador (BA) relacionam os cuidados de crianças pequenas, por exemplo, a provisão de alimentos, conferindo importância ao não faltar alimento às crianças. Somado a isto, os autores destacam a relação com serviços de saúde como aspectos cruciais nos cuidados destas, sendo fundamental que receba acompanhamento médico, vacinas, exames, embora as famílias constatassem precariedades no acesso aos serviços de saúde.

Observou-se, no presente estudo, a importância atribuída ao provimento das necessidades básicas dos filhos por parte das mães, bem como o sofrimento atrelado e as dificuldades vivenciadas quando não conseguiam supri-las. Assim, identificou-se que para as participantes do estudo, a função materna estava atrelada à garantia destas condições:

É eu que faço, tanto comida, como café, o almoço. Tudo eu. Mas eu consigo. Dificuldade mesmo é às vezes quando não tem alguma coisa. Daí sim que eu acho que é uma dificuldade. A gente querer uma coisa e não ter o dinheiro, não poder comprar. No caso, comida, eu acho mais. Às vezes tá faltando, as crianças querem e não tem. (Hortênsia)

É, não é fácil. Não é fácil. De ter que acordar de manhã e aí tu tem que pensar com a tua cabeça o que tu vai botar na panela para eles comer. Não é fácil. [...] É, o que mais me preocupa mesmo com eles é sobre a alimentação [...] Porque eles são entre cinco, vai bastante alimentação deles. E daí eu me preocupo. Ainda mais sem serviço agora. [...] O que mais me incomoda, que às vezes bate um desespero mesmo, assim, é tu não ter o que

dar para as crianças comer. Ou tu não ter um calçado para dar para eles. Tu não ter dinheiro para comprar uma roupa, um calçado para eles sair. Isso ai é a parte que tu ser mãe não é fácil. E quando eles te pedem as coisas e tu não ter para dar, daí é uma parte que te preocupa bastante. (Margarida)

Em sentido aproximado, as autoras Mattar e Diniz (2012) trazem uma reflexão sobre as ‘hierarquias reprodutivas’, abordando que algumas maternidades seriam mais ou menos, legitimadas e aceitas socialmente do que outras, o que impactaria no exercício de direitos humanos pelas mulheres. Conforme as autoras, as mães que possuem poucas condições para proverem seus filhos nos cuidados essenciais para seu crescimento ou, ainda, aquelas que exercem a maternidade sozinhas, compõem a base da pirâmide hierárquica da reprodução, exercendo as ‘maternidades subalternas’ e sofrendo, por isto, processos estigmatizantes. Reflete-se, pois, sobre o quanto a não capacidade de prover as necessidades dos filhos de forma satisfatória ou constante, no caso das participantes do presente estudo, pode relacionar-se a intenso sofrimento ou a sentimentos de fracasso, e o quanto estes podem ser amplificados devido a processos de estigmatização social.

Já no que se refere aos aspectos de saúde, no geral, as participantes relataram atentar a esses aspectos, acompanhando os filhos em consultas e controlando o uso de medicações quando necessário:

Quando ele [filho, 2 anos e 6 meses] amanhece atacado da gripe ou da asma, daí, às vezes, eu não mando ele pro colégio, que eu vejo que ele tá mal [...] Fico em casa com ele. Daí eu faço o que tem que fazer, dou banho nele e tudo. Daí ele dorme até mais. Daí tem que fazer nebulização, tá atendendo ele. (Melissa)

Eu tenho um filho [3 anos] aqui que é doentinho. Ele usa bombinha. Aí quando ele fica doente, eu fico assim, meia, não sei o que fazer. Às vezes, não tem dinheiro para levar num médico. Não tem para comprar remédio. [...] Quando ele está doente é aquela correria.

Tem que levar no posto, tem que levar no UPA. Aí a gente sai fora um pouco, assim, parece desligar o ar [risos] um pouco, né, mas tem que continuar, não adianta. (Margarida)

Sobre aspectos relacionados à saúde das crianças em famílias monoparentais femininas, Koulouglioti, Cole e Moskow (2011), em estudo que explorou as rotinas e os desafios da manutenção do cotidiano de mulheres solteiras norte-americanas com filhos em idade pré-escolar, constataram que, quando as mães foram convidadas a descrever as coisas que eles tentam fazer com seus filhos todos os dias, elas se concentraram principalmente em atividades relacionadas aos cuidados com a saúde. Assim, por exemplo, falaram sobre querer que seus filhos comessem alimentos mais saudáveis, fossem mais ativos e escovassem os dentes com frequência, considerando a administração desta rotina da criança como parte integrante do papel parental e sinal de uma parentalidade bem-sucedida.

Considerando a saúde física e mental das crianças, Tobias, Kokaua, Gerritsen e Templeton (2010), em estudo que comparou a saúde de crianças (de 5 a 14 anos) de famílias monoparentais com a daquelas de famílias nucleares na Nova Zelândia, identificaram que as crianças nas famílias monoparentais eram duas vezes mais propensas que as outras crianças a terem uma saúde emocional fraca, ainda que apenas um pouco mais propensas a apresentarem problemas de saúde física. Com isso, os autores defenderam a necessidade de investimentos na melhoria do acesso das famílias monoparentais e suas crianças aos serviços comunitários de saúde mental, além de políticas que melhorassem a situação econômica destas famílias.

O presente estudo também permitiu identificar a realização das tarefas domésticas, relacionadas à manutenção do lar por parte das participantes: “É assim a rotina, serviço da casa, limpeza da casa, uma função de dia a dia da casa. Não tem jeito, é de mãe, não tem como ser diferente”. (Violeta). Somado a isto, as mães mencionaram preocupação em relação à segurança dos filhos frente ao contexto de vulnerabilidade circundante. Tais aspectos exemplificam o cuidado com o ambiente em que os filhos estavam se desenvolvendo:

É, com os filhos. A gente sempre se preocupa, que eles saiam, a hora que eles vem. A minha preocupação é com as crianças sempre. Como a gente vê de violência pra tudo que é lado, eu fico insegura. [...] Mas eles vão pra rua só quando vão pra escola. No mais, eles tão sempre, sempre comigo. (Dália)

Tem uma coisa que me preocupa, mas ao mesmo tempo eu tenho medo de dizer. É que ali onde eu moro, a dona dali ela cheira, droga, essas coisas. Então, tem inquilinos também dali que fazem isso. Esses dias teve questão de roubo, que foram parar lá na casa dela e ela teve que vender, vendeu as coisas. Então, se ela não fica preocupada do Conselho [tutelar] ir lá e pegar as filhas dela, eu fico, porque pra mim meu filho é tudo. Eu tenho medo de perder o meu filho. Aí, até eu provar que eu não tenho nada a ver, vai ficar difícil.

(Melissa)

Olha, eu confesso que eu não gosto de lá [bairro]. Não acho um lugar bom pra criar os filhos. [...] Claro, não é que um faz que o outro tem que fazer, mas tu ver que teus filhos tão vendo aquelas pessoas fazendo as coisas erradas, acho que de uma certa forma é um incentivo pra eles fazer também. [...] Ah, lá é um ponto de drogas [...] Olha, é uma região de muitos roubos, de, às vezes, tarde da noite, deu furdunço, deu briga. Eu sou uma que se tivesse condições eu jamais estaria morando ali até agora, criando meus filhos ali. [...]

Ainda mais porque eles vão pra escola sozinhos, voltam. Tem toda aquela preocupação né? Porque a maioria lá é errado. Então a minha quadra é uma quadra assim, bem negativada.

(Rosa)

O estudo de Bustamante e Trad (2007), com famílias de camadas populares na periferia de Salvador (BA), atendidas em Programas de Saúde da Família (PSF), a respeito dos cuidados de crianças pequenas, também identificou a preocupação das famílias quanto ao ambiente em que se desenvolviam as crianças. Conforme os autores, pais e mães reclamaram viver em um bairro violento, inadequado para a criação dos filhos, sendo necessárias

estratégias para protegê-los. Dentre as estratégias citadas, destacou-se o monitoramento das crianças pelos adultos, principalmente das meninas, devido ao entendimento de que essas seriam mais vulneráveis a riscos, além da necessidade de ensinar os filhos para que cuidassem de si mesmos.

3.1.2 Cuidados emocionais

Esta subcategoria refere-se às menções de atenção aos sentimentos e comportamentos dos filhos, à união e à demonstração de afeto para com estes, além da satisfação em acompanhar o seu desenvolvimento. Assim, as participantes do estudo demonstraram preocupação para com os sentimentos dos filhos e sensíveis a perceberem quando algo não estava bem com eles:

Sento, tento conversar, procuro entender, pergunto pra elas o que tá acontecendo. Porque tem vezes, têm crianças que não querem dizer o que tá acontecendo na escola. Aí eu converso com elas, eu peço, exijo explicação do que tá acontecendo. A mãe conhece seu filho, sabe como é que ele tá. Eu, graças a Deus, eu conheço meus filhos, então, eu sei quando eles são felizes, quando eles são tristes, e quando eles são doentes. [...] Quando têm problema, qualquer um deles, até o mais velho me procura, vem pedir a minha ajuda, o conselho. (Violeta)

Conforme as participantes, elas prezam por uma relação de confiança, em que a mãe se constitui em uma referência para os filhos: “Pelo menos quando eles têm alguma coisa, não estão bem ou estão com alguma coisa, eles vêm em mim, eles procuram eu. Tanto qualquer um deles.” (Margarida); “Quando ela [filha, 8 anos] tem algum problema, a gente pergunta e ela fala. [...] Qualquer coisa que acontece. Às vezes no colégio, alguma coisa, ela vem me falar.” (Hortênsia)

Neste tocante, Romanelli (2002) aborda que transformações experienciadas pelas famílias desencadeiam em relações familiares menos hierárquicas e mais igualitárias. A

autoridade paterna da família tradicional se enfraquece ao passo em que a materna aumenta, fundada na afetividade, sendo a mãe, em geral, a figura de referência aos filhos, a quem estes recorrem frente a dificuldades.

Constatou-se, ainda, que as mães percebem com satisfação os momentos de união e demonstração de afeto junto aos filhos, valorizam a presença junto destes, e a satisfação por acompanharem o seu desenvolvimento: “Quando eles tão calminho, que eles me escutam, que às vezes eu tô sentada, eles vêm, sentam ou me dão um beijo, me abraçam. Aquilo ali parece que, aí eu já me derreto.” (Camélia); “Ah, de ver elas crescendo, de ver elas mudando. Cada dia mudando uma coisa diferente, que elas falam, que elas fazem, é tudo de bom. Eu gosto.” (Lís)

Sábado e domingo a gente passa o dia inteiro junto. Os dois dias. Até minha patroa queria que eu fosse trabalhar no sábado e eu digo ‘olha, só em últimos casos’. [...] Eu não vou ter tempo de ficar com os meus filhos. Então, eu disse que não. Eu já trabalhei muito, trabalhava sábado, domingo direto, feriado, tudo. E eu sentia que eles sentiam mais a minha falta. (Rosa)

Estes dados relacionam-se com os achados de Bustamante e Trad (2007). Conforme os pais e mães do estudo em questão, faz-se importante demonstrar amor e afeto aos filhos, através de demonstrações de carinho ou outras atitudes que lhes lembrem o quanto são queridos aos pais. Somado a isto, cabe destacar a importância da esfera emocional nos cuidados aos filhos, a qual, conforme Hoghughi (2004) incluindo os pais atentarem, interpretarem e responderem ao seu agir de modo adequado, respeitando as crianças enquanto sujeitos e conferindo-lhes autonomia, favorecendo sua interação positiva com o ambiente e possibilitando uma vinculação segura.

3.1.3 Cuidado social

A presente subcategoria contempla a realização de atividades consideradas pelas mães

participantes do estudo como de lazer, a valorização da brincadeira e do convívio dos filhos com outras crianças, ou, ainda, a sua dificuldade de brincar ou a realização de poucas atividades sociais com os filhos. Observou-se que levar os filhos à pracinha ou à igreja, por exemplo, era considerado pelas participantes do estudo como passeios de lazer realizados na família:

Passeio, a gente foi no parque esse final de semana, é eu e a B. [filha, 9 anos]. Ela queria tanto ir ao parque, nunca tinha ido. Daí nós fomos. Aproveita. Só isso. E, lá de vez em quando, alguma coisa tipo o parque ou alguma coisa que vem daí a gente vai. Em casa ou vai ao centro, ou no mercado, alguma coisa e só. [...] Ah, e em casa é direto brincando. E gosta que a gente brinque junto. (Hortênsia)

Na pracinha. Ele tem bicicleta, daí a gente combina eu e ele, eu caminhando. Aí fizemos a quadra, ali na volta. Aí, vem no campinho, jogar bola, essas atividades que a gente faz. [...] Em casa tem pátio na frente, daí a gente brinca de vez em quando, jogar bola, coisa assim. (Jasmin)

Olha, dia de semana é meio corrido, mas geralmente no domingo a gente vai na igreja e depois a gente sai. Eles vão na pracinha. [...] Mais esse tipo de coisa assim. Conforme a verba dá, a gente vai fazendo, assim, se dá pra sair a gente sai. Ah, tenho 10 reais, mas se a gente sair gasta passagem, não vai dar pras passagem. Então, vamos comprar uma coisa diferente e vamos fazer em casa. Vamos fazer uma nega maluca, vamos fazer um pudim, uma coisa assim que eles gostam, que daí a gente faz alguma coisa diferente, se não der pra sair. Se não tiver dinheiro, não tiver coisa, a gente vai na pracinha, que não precisa pagar, que fizeram perto de casa. Aí vai pra lá, aí tem mais criança, brincam. De uma certa forma acabam se divertindo (Rosa)

As participantes reconheceram a brincadeira como importante aos filhos crianças, assim como o contato com outras crianças: “Eu tento sempre ficar distraíndo ela, com

desenho, com joguinho, sabe, brincando. Tem o pátio grande, ela tem as panelinhas dela, eu sento lá brincando com elas, dando atenção.” (Lís);

Eles brincam com os priminhos deles ali na frente de casa. De tudo que é coisa eles brincam, de pegar, brincam de boneca com a priminha. Tem uns quantos priminho ali na frente de casa, uns seis priminhos. Brincam tudo junto, eu deixo que brinquem. São criança, né. [...] Aí [quando chove] não dá pra sair pra fora, fica todo mundo dentro de casa, brincando e olhando televisão, porque não pode sair pra rua. (Dália)

Uma participante, contudo, ressaltou ter dificuldades de brincar com os filhos, apesar de valorizar esta prática:

Eu, na verdade, nunca tive esse lado de brincar. Não sei, nunca consegui interagir com eles nesse meio de brincadeira. Porque eles fazem as brincadeira meia de desenhos que eles olham, aí as vezes eu passo de frescurinha com eles: ‘Sai daqui, porque é só nós que brincamos. Mãe não brinca com criança’. [risos] Eles dizem assim e eu que vou fazer? Então, eu me retiro dali da brincadeira deles. (Camélia)

O estudo de Bustamante e Trad (2007) trouxeram resultados semelhantes a estes aspectos. Conforme os autores, as famílias atribuíam importância à brincadeira, significando-a como construtiva, educativa ou saudável à criança e como um direito desta. Para alguns dos pais e mães, a brincadeira era compreendida um espaço exclusivo das crianças, cabendo aos adultos apenas assegurar a integridade física e emocional destas enquanto brincam. Outros, por sua vez, identificaram como importante que os adultos participassem e orientassem as brincadeiras dos filhos de forma mais ativa.

Contudo, para os pais e mães participantes do estudo de Bustamante e Trad (2007), a brincadeira dentro de casa ou na rua era insuficiente ao desenvolvimento da criança, sendo considerado por eles importante o seu mais amplo convívio social. Assim, os participantes entendiam a necessidade de realizar passeios com os filhos, o que, contudo, na prática pouco

se realizava devido aos poucos recursos financeiros. Como alternativas a isto, os pais e mães levavam as crianças nas imediações das residências, nas casas de parentes ou, ainda, em visitas à igreja, conforme também identificado no presente estudo.

Cabe ressaltar que a realização de convívio social também foi considerada restrita por algumas participantes, devido aos poucos recursos presentes na comunidade ou, ainda, por questões de privação financeira: “Aqui não tem muito lugar para ir também. As crianças ficam brincando aí com os outros na rua. Eles ficam só brincando na rua.” (Margarida);

Elas brincam é aqui. É muito difícil eu levar elas pra ir no centro, porque aqui não tem pracinha perto, o único lugar que tem é pro centro, aí depende de ônibus, depende de transporte. [...] No meu caso, queria ter condições de levar elas na pracinha, levar ao cinema, mas não tenho, porque se eu pagar o cinema vai faltar o arroz, o feijão. Então, é bem puxado, é bem puxado mesmo. (Violeta)

Com relação aos aspectos sociais, Zamberlan e Alves (2008), ao pesquisarem famílias de baixa renda em Londrina, a fim de descrever aspectos do ambiente em que viviam, identificaram que estavam imersas em ambientes físicos e sociais restritos, no que se refere às condições de moradia e recursos presentes na comunidade próxima. Assim, apesar de reconhecerem a preocupação com o cuidado e desenvolvimento das crianças, estas famílias possuíam poucas maneiras de as estimularem. Em contraponto, Rosado, Teixeira, Loreto e Andrade (2011), em seus estudos sobre a administração dos diferentes domínios da vida de mães detentoras da guarda dos filhos em Viçosa (MG), constataram que algumas mães relataram realizar até mais atividades de lazer sozinhas ou em integração com os filhos, do que no período em que estavam com um companheiro, devido principalmente ao sentimento de aumento de liberdade. Contudo, outras mães reconheceram que as atividades de lazer deixaram de existir, tendo em vista a redução da renda familiar, a falta de tempo ou a necessidade de trabalharem.

3.1.4 Cuidados intelectuais

A presente subcategoria refere-se ao envolvimento das participantes com as atividades relacionadas à rotina escolar dos filhos. As participantes indicaram que organizavam as idas e vindas dos filhos à escola, procurando comparecer em reuniões ou em outras atividades escolares: “Eu levo e busco. Então, tô sempre dentro da escola Nas atividades, geralmente é comigo [...] A gente estuda junto, a gente tem o momento do estudo.” (Jasmin); “Precisa [ir à escola], às vezes tem reunião, mas as reuniões são sempre no sábado, mas eu não consigo ir no sábado porque tô trabalhando no sábado, fazendo faxina. Aí, às vezes dá ou às vezes não dá.” (Melissa)

Ainda, as participantes do estudo relataram serem responsáveis pelo acompanhamento e auxílio nas tarefas didáticas. Para algumas, contudo, tal participação não se fazia possível devido à sua baixa escolaridade. Nestes casos, as participantes relataram contar com outras pessoas para a realização desta atividade: “As irmãs uma ajuda a outra [nas tarefas escolares]. Elas ajudam entre elas... Elas mesmas, porque não tem como eu ensinar. Eu tento, mas, eu também não sei nada de leitura né... Então, se torna mais difícil.” (Violeta)

Ela [filha, 8 anos] que faz [os temas]. Ela chega do colégio e já mostra. E já vai fazer, porque ela sabe fazer. Ela sabe ler tudo, desde o primeiro ano. Só alguma coisa, ela pede ajuda. Daí eu ajudo. Ela chega, daí eu peço: ‘Tem temas filha?’. Ela diz: Tem’. ‘Então, vamos fazer’. Daí ela chega e já faz, que daí já fica pronto. (Hortênsia)

A gente faz [as tarefas escolares] quando eles chegam da escola. Aí, tipo as gurias [filhas, 13 e 7 anos] chegam mais tarde do que o C. [filho, 10 anos], porque dependem de ônibus. Daí elas chegam seis horas em casa: ‘Caderninho, vamos lá fazer os temas. Vamos comer alguma coisa, vamos pra mesa pra fazer os temas’. Já ficam ali na mesa pra fazer os temas pra ficar tudo pronto pro outro dia. Arrumar, guardar na mochila, Tá pronto. (Rosa)

O estudo de Magalhães, Cotta, Gomes, Franceschini, Batista e Soares (2011), sobre a

percepção de mulheres residentes num município do estado de Minas Gerais, cadastradas no Programa Bolsa Família e em situação de vulnerabilidade social, a respeito dos seus sonhos e das formas de enfrentamento das adversidades presentes em seu cotidiano, identificou aspectos semelhantes. Conforme os autores, se constatou uma grande valorização do estudo por parte das mulheres, sonho este não realizado por elas, o que resultava na busca por serem ativas na educação dos filhos e participativas na vida escolar destes. Esta participação se dava tanto de forma direta, ajudando nas tarefas dos filhos e participando das reuniões escolares, quanto indireta, não permitindo que o filho deixasse de comparecer às aulas e buscando prover o material escolar necessário. Tais atitudes foram entendidas, no trabalho citado, também como formas de cuidado exercidas pelas mães.

3.2 Educação e Disciplina

Essa categoria engloba aspectos relacionados à educação das regras, limites e valores, incluindo a maneira como as mães avaliam a implementação destes com os filhos, a importância que atribuem, a forma como realizam tais tarefas junto aos seus filhos ou, ainda, como outras instâncias compõem ou atravessam-se no desempenho destes âmbitos da maternidade.

3.2.1 Regras, limites e práticas educativas

Destaca-se nessa subcategoria que a colocação de regras e limites aos filhos não foi reconhecida como um problema para duas das participantes (Dália e Hortênsia). Contudo, outras evidenciaram dificuldades nesse aspecto, ressaltando a falta de respeito, desobediência e brigas recorrentes:

É que quando tão comigo, eu não puxo muito, eu não puxo o freio. Fazem gato e sapato de mim, principalmente a D. [filha, 10 anos]. [...] Tem que falar mais de 500 vezes, mil vezes, pra ela fazer alguma coisa. Colégio é uma coisa que tá sendo meio difícil. Tá meio complicado porque ela não quer copiar e quando copia, às vezes não quer fazer as coisas.

Então, tá uma coisa meio ruça pra mim ainda nesse sentido. (Magnólia)

Os meus tão bem complicados. É difícil. Tu pede: ‘Fulano, junta os brinquedos’, ‘Ah, não vou’. E assim vai, é um sacrifício. Aí acaba eu indo lá e juntando, porque eu não posso esperar, não consigo esperar. E as coisas fora do lugar, até que eles se resolvam. É bem difícil esse lado. (Camélia)

De acordo com Bem e Wagner (2006), diversos fatores estão envolvidos no processo de escolha das estratégias educativas utilizadas por pais e mães de famílias de baixo nível socioeconômico. Os autores apontam que nas famílias de classes populares a hierarquia pais-filhos é forte, sendo que a educação é praticada como exercício unilateral da autoridade. Assim, destaca-se a importância atribuída ao respeito aos mais velhos e à realização das tarefas junto à família, como as tarefas domésticas, por exemplo, conforme também identificado no presente estudo.

Com relação à autoridade exercida por pais e mães na educação dos filhos, para algumas participantes do presente estudo, o lugar paterno ou de outra figura masculina foi reconhecido como de destaque: “A gente perdeu o [meu] pai. Praticamente era o pai pra elas [filhas]. Então, a gente tenta relevar muita coisa. A gente tenta botar limite até por ali, mas eu não consigo.” (Magnólia); “Tem que dar um jeitinho. Eles não querem muito, mas tem que falar que ‘não’, daí eles não fazem. [...] Eu converso. Mas a falta do pai eles falam, sempre falam, não tem como não falar. Sempre, sempre falam.” (Dália)

Outros estudos presentes na literatura realizados com famílias monoparentais femininas também identificaram a importância atribuída à participação do pai na educação dos filhos, principalmente associada ao exercício da autoridade. Conforme Perucchi e Beirão (2007), em estudo com mulheres chefes de família residentes no interior do Estado de Santa Catarina, a ausência do pai, agregada ao estereótipo do modelo patriarcal de paternidade, ou seja, a vinculação deste modelo à figura que exerce autoridade sobre os filhos, apareceu na

fala das informantes como um elemento que dificulta a educação dos filhos. Somado a isto, apesar da importância da noção pai/provedor, a tarefa de educar se sobressaiu à de prover.

Também Cúnico e Arpini (2014a), em estudo com mulheres que compunham famílias monoparentais junto aos filhos, residentes na periferia de um município do Rio Grande do Sul, identificaram o distanciamento do pai no domínio do cuidado e educação dos filhos, atribuindo grande importância ao homem (pai) no contexto familiar, no que sua presença garantiria autoridade, moral e respeito. Por outro lado, Rosado et al. (2011) constataram que, na visão de mães detentoras da guarda dos filhos em Viçosa (MG), o papel de mãe na educação dos filhos melhorou após a separação conjugal, pois mesmo perdendo a autoridade paterna, a autoridade das mães sobre a educação comportamental dos filhos, principalmente, se fortaleceu.

Quanto às práticas educativas utilizadas pelas mães participantes do presente estudo, foi consenso entre todas recorrer ao diálogo com os filhos a fim de realizar combinações ou negociações e cobrar seus deveres. Contudo, o diálogo nem sempre se mostrou eficaz, na perspectiva de algumas mães, as quais alegam deixar os filhos de “castigo”, retirando-lhes o direito de acesso a algo que gostavam: “A gente vai tentando conversar, às vezes, quando a coisa é demais: ‘Tá de castigo. Não vai olhar televisão, não vai brincar com as coleguinhas, não vai fazer tal coisa.’” (Rosa)

Ele [filho, 2 anos e 6 meses] sabe, eu explico pra ele, converso com ele, digo que não. Às vezes, ele dá uma resmungada. Daí, quando eu vejo que tá demais, eu digo: ‘Ah é, tu vai ficar sentado. Vou te deixar de castigo e não vou sair contigo’. Aí ele para, aí ele escuta, pede desculpa. (Melissa)

Conversar bastante. E a gente procura assim, se algum dia ele tá mais maroto, não quer fazer os deveres que têm, eu digo: ‘Tu só tem duas responsabilidades, que é estudar e controlar o teu quarto’. [...] Aí se a gente vê que não tá funcionando, ou que ele não tá

fazendo certo, daí: ‘Hoje tu vai ficar sem vídeo game’, aí ele se obriga, né. (Jasmin)

Em consonância disto, Almeida (2007), em estudo com mães trabalhadoras pertencentes à classe média ou à camada popular, identificaram que as participantes também perceberam como sendo suas funções conversar, orientar e estabelecer limites aos filhos. Assim, o cuidado envolveria também estabelecer a disciplina. Por outro lado, Wottrich e Arpini (2014) realizaram um estudo com mães coletoras de material reciclável sobre os cuidados necessários à infância, num município do estado do Rio Grande do Sul, e identificaram o entendimento das mães de que a conversa e o diálogo correspondem às melhores estratégias ou às estratégias ideais na educação dos filhos. No entanto, conforme identificado pelas autoras e também abordado por Bustamante e Trad (2007), tais estratégias, apesar de consideradas ideais, nem sempre funcionam e a perda de paciência pode levar ao uso da coerção física, que, conforme as mães teria maior eficácia.

No presente estudo também foram constatadas práticas educativas como o bater e fazer ameaças: “Não bato em criança, não gosto muito de bater, mas às vezes, quando eles merecem umas palmadinhas, eles tomam, os pequenos. [...] Mas eu converso, falo com eles para eles pararem de incomodar.” (Margarida);

Ele [filho, 11 anos] faz uma choradeira, ele grita, porque não quer fazer [as tarefas escolares] e aí já começa a dizer nome. ‘Pode deixar que então eu vou ligar pra [conselheira]. Vou mandar ela ir lá no colégio’. Aí ele chora, chora, esperneia, mas aí eu entro e tá ele lá no quarto escondidinho fazendo. (Camélia)

Outros estudos também identificaram práticas parentais consideradas negativas realizadas por mães que assumem sozinhas as responsabilidades para com os filhos. Daryanani, Hamilton, Abramson e Alloy (2016), por exemplo, ao investigarem a sintomatologia de crianças criadas em famílias de mães solteiras, constataram que as mães se envolvem em comportamentos parentais negativos, o que poderia estar relacionado ao

aparecimento de psicopatologias na fase adolescente, como sintomas depressivos e problemas externalizantes. As práticas parentais negativas seriam, conforme os autores, muitas vezes comprometidas devido aos estressores vivenciados pelas mães, como o baixo status socioeconômico.

Já Costa, Cia e Barham (2007) compararam o envolvimento materno com os filhos em famílias monoparentais femininas e em famílias nucleares, numa cidade do interior de São Paulo, evidenciando a presença de comportamentos negativos, como a menor paciência com os filhos, condições de nervosismo, cansaço, entre outros aspectos, mais nas famílias monoparentais do que nas intactas. Para as autoras, estes comportamentos poderiam ter relação com o estresse e a sobrecarga pelo acúmulo de tarefas e responsabilidades.

Em contraponto, Marin e Piccinini (2007), compararam os comportamentos e práticas educativas maternas em famílias de mães solteiras e em famílias nucleares, residentes em região metropolitana do estado do Rio Grande do Sul e, não constataram diferenças importantes nos comportamentos e práticas educativas maternas entre as diferentes famílias. Apenas algumas tendências foram encontradas, como a de que as mães solteiras apresentaram mais controle coercitivo do que as mães casadas. Contudo, as mães solteiras tenderam a ser mais sensíveis que as casadas. Ainda assim, tais tendências foram inconsistentes. Faz-se importante destacar esta ausência de diferenças entre o grupo de mães solteiras e o de mães casadas a fim de assinalar que a configuração familiar por si só não explica eventuais diferenças ou problemáticas quanto aos comportamentos maternos e infantis.

Ainda, cabe destacar a fala de Camélia sobre a estratégia de fazer ameaças aos filhos de que chamaria o Conselho Tutelar para vigiar suas atitudes e reforçar seus deveres. Reflete-se sobre o quanto esta prática pode indicar a não legitimação das funções parentais em famílias de grupos populares, foco das políticas e intervenções públicas. Conforme Silva, Polli, Sobrosa, Dias e Arpini (2012), o Estado, por vezes, invade a privacidade destas

famílias, ao identificar situações de risco às crianças e adolescentes, apontando-lhes as formas corretas de criar e educar os filhos. De acordo com os autores, isto deve ser colocado em questão, tendo em vista o reconhecimento da importância da família para o desenvolvimento das crianças e adolescentes e de que o Estado deva funcionar como auxílio para que esta desempenhe suas funções de maneiras mais adequadas, sem suplantando sua autoridade ou poder.

Voltando ao foco do presente estudo, também sobre os aspectos relacionados às práticas educativas, destaca-se que apenas uma mãe indicou recompensar os filhos quando estes possuíam comportamentos considerados por ela adequados:

Quando eles tão se comportando bem, às vezes até eu digo pra eles: ‘Tem que se comportar, fazer tudo direitinho essa semana, pra final de semana ganhar o prêmio da semana’. Um passeio, uma coisa assim. Ai, tem que também incentivar; Às vezes eu achava que ‘ah tu tá comprando teu filho pra ele se comportar’. Não, eu tô incentivando ele a se comportar. (Rosa)

Este dado assemelha-se aos achados de Koulouglioti, Cole e Moskow (2011), em que as mães solteiras norte-americanas participantes descreveram diferentes estratégias que utilizam para tentar estabelecer, implementar e manter rotinas. Por exemplo, elas relataram valer-se de recompensas para que os filhos cumprissem com as atividades propostas, sendo que algumas mães mencionaram que a proposta de passeios no parque, por exemplo, foi útil.

3.2.2 *Educação de valores:*

Nesta subcategoria, destacam-se os valores que as participantes do estudo relataram importantes de estarem presentes na educação dos filhos. Assim, observaram-se menções à educação para o respeito e para as formas de os filhos se comportarem na sociedade ou cuidarem de si mesmos:

Sempre que eu vou conversando [com os filhos], eu digo, porque, a minha mãe era pobre,

mas ela me ensinou o melhor, não me deu estudo, beleza, mas me ensinou a me comportar com o mundo, com as pessoas, me ensinou a respeitar e ser respeitada também. (Violeta)

Eu ensino eles a se comportarem em tudo que é lugar, obedecer às pessoas, se falar alguma coisa, ouvir, se eles acharem que não tá certo, eles virem em mim e falarem [...] Respeitar, obedecer, se comportar, essas coisas. [...] Procuo deixar eles um pouco independentes.

Desde pequenos, já fui ensinando a fazer a comida, arrumar a cama [...] Claro que a gente tem que proteger os filhos, mas eu acho que a gente tem que ensinar porque a gente não vai durar pra sempre. [...] Tô ensinando meus filhos pra vida. Pro futuro deles. Isso é uma coisa que vão levar pra sempre (Rosa)

Bem e Wagner (2006) abordam que pais e mães possuem valores que almejam ver desenvolvidos em seus filhos. Estes, por sua vez, embasam suas metas educativas, as quais, para serem realizadas dependem das práticas (ou estratégias) de socialização, compondo o seu estilo educativo. Pais e mães pertencentes a níveis sociais mais elevados, com maior escolaridade e poder aquisitivo, tenderiam a priorizar valores como autocontrole, responsabilidade e curiosidade, ao passo em que famílias de nível socioeconômico inferior, com menor escolaridade e poder econômico, estariam mais preocupados com valores como organização, limpeza, bons modos e obediência, por exemplo.

Em sentido semelhante, o estudo de Wottrich e Arpini (2014) identificou a importância da educação de valores aos filhos na percepção das mães. Como valor imprescindível na educação apareceu a obediência e respeito aos pais/aos mais velhos. Destacou-se, ainda, a compreensão das participantes de que o ensino do discernimento entre certo e errado é um processo contínuo, buscando passar valores aos filhos. Ainda, Bustamante e Trad (2007) abordam que os modos de cuidar de crianças pequenas em famílias de camadas populares envolvem questões socialmente valorizadas, como a expectativa de que os filhos demonstrem respeito aos pais e mães, incluindo as formas de tratamento “senhor” e

“senhora”, além de apontarem a obediência como condição indispensável no cuidado dos filhos.

Contudo, percebeu-se que as principais intenções das participantes do estudo quanto à aquisição de valores, referiram-se à educação, por exemplo, para a honestidade ou para o não roubar:

Que nunca deve pegar as coisas dos outros; o que não é teu, não pega. Se não tem, não tem que ficar pegando nada dos outros. E também falo pra eles, alguma coisa se alguém faz pra eles, falar pros pais, principalmente. E que roubar não é certo, que se não tem um dia vai ter. A gente é pobre e trabalha, esperando a gente consegue, mas o certo, sempre o certo. (Hortênsia)

Eu digo: ‘é muito feio tu pegar as coisas do outro se tu tem as tuas coisas. Se tu não tem, pede pra tua mãe, pede pro pai, ou vê com o vô, alguma coisa, mas jamais pega as coisas de ninguém, porque fica feio’. [...] A gente puxa ele: falar a verdade. Aí ele fica pensando ‘Será que vão me xingar?’. Vamos xingar se não falar a verdade. A gente cobra muito dele a verdade sabe. (Jasmin)

Eu ensino para eles tudo que é bom. O que é de melhor para eles Que a minha rotina com eles é: ‘Não brigar. Não brigar com ninguém, não pegar nada de ninguém.’ É isso que eu ensino para eles. (Margarida)

Percebeu-se que para eficácia desta educação, as mães participantes do estudo reconheciam a necessidade de escolha ou controle das companhias e amizades dos filhos. Evidenciou-se a importância da boa educação destes frente ao receio de “perder” os filhos para as drogas, para a marginalidade ou, até mesmo, para a justiça:

Eu sou uma pessoa que mostra muita preocupação, tipo dessa marginalidade da ponta que a gente sabe que tem aqui. [...] Crianças da idade do E. [filho, 8 anos] fumando, se drogando, as meninas se prostituindo. É essa minha preocupação. A gente procura orientar ele: ‘Não

anda com tal pessoa. Não anda com tal companhia. Se te oferecer alguma coisa, tu não pega, não aceita nada'. São as preocupações das influências. [...] É bem assim mesmo, sou bem rígida em questão a isso. Porque eu prefiro ficar em casa do que sair, ter várias amizades, enfim levar para o mau caminho. (Jasmin)

O F. [filho, 11 anos] eu fico mais ansiada assim dele ir pro meio da rua, porque lá onde a gente mora é bem pesado. [...] Eu digo: 'Eu não tô falando as coisas pro teu mal. Amanhã ou depois, se tu continuar querendo se enturmar com essa gurizada, sabe qual vai ser o teu futuro? O caixão ou a cadeia. Porque é o que acontece com esses tipo de guri que tão fazendo esse tipo de coisa na rua. Por isso que eu não quero que tu brinque com eles'. [...] Uma coisa que eu vivo falando pra eles: 'Nunca ande com esses guris aí que usam droga, porque por mais que vocês não usem, vocês tão junto e todo mundo vai falar. E amanhã ou depois vão querer que vocês ou experimentem ou até façam vocês carregar pra eles pra algum lugar. Não façam isso, porque a polícia pega e aí é FEBEM² e presídio. É isso aí pra vocês. Porque vocês não pensem que depois os amiguinho de vocês vão lá levar um sabonete, uma coisa de comida pra vocês. Não pensem que vai acontecer isso aí pra vocês porque não vai. Quem é que vai tá lá se acontecer de vocês cair num lugar desses? É só a mãe'. (Camélia)

Szymanski (2006) encontrou resultados semelhantes em estudo com famílias moradoras em um bairro de baixa renda de São Paulo (SP) para investigar as práticas educativas implementadas pelos pais e mães com relação aos seus filhos. Conforme a autora evidenciou-se na percepção dos participantes do estudo a expectativa de que seus filhos escapassem de atitudes como o roubar, envolver-se com o tráfico ou com a violência, ou, ainda, de que não mentissem. Assim, a autora discute o quanto as práticas educativas nessas famílias encontravam-se dirigidas a evitar a formação de identidades negativas nos filhos.

² Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor. Criada através da Lei nº 5747, de 17 de janeiro de 1969, a FEBEM/RS foi substituída pela Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE), a partir da Lei Estadual nº 11.800, de 28 de maio de 2002 e do Decreto Estadual nº 41.664 – Estatuto Social, de 6 de junho de 2002.

Somado a isto, o estudo permitiu identificar a relação dos comportamentos considerados inadequados – não roubar, não mentir, não brigar – com o ambiente social de convívio das crianças e jovens, ou seja, a vizinhança ou bairro como representantes de perigo e das más companhias.

Além das preocupações para com as companhias dos filhos, constatou-se a importância atribuída a presença materna na vida destes, a fim de assegurar que fossem orientados a caminhos por elas considerados adequados: “Eu passo o melhor pros meus filhos, tento ser amiga deles em tudo. Se eles tão errados, eu corrijo, tento levantar sempre.”

(Violeta);

Tem que dar amor, tem que dar carinho, tem que dar atenção, mas tem que saber o que é certo e o que é errado, e não passar a mão por cima de coisa errada que o filho faz, porque daí se torna mais sem vergonha ainda. Porque daí futuramente vai ser bem mal visto pelos outros. (Camélia)

O estudo de Wottrich e Arpini (2014) apontou para a necessidade de responsabilização, cuidado e proteção das crianças. Segundo os autores existiria a noção de que a infância é uma etapa marcada pela vulnerabilidade e pela fragilidade, decorrendo disto o entendimento de que a criança precisa do espelhamento do adulto para se referenciar, mais especificamente, de quem exerce a função parental. Este exemplo permite refletir sobre a importância atribuída à mãe como presença na vida dos filhos, de modo a orientá-los e oferecer-lhes modelos de conduta.

A presença e cuidado com o desenvolvimento de valores considerados adequados pode ainda relacionar-se à perspectiva de futuro dos filhos. Conforme Muñoz, Sanchez, Arcos, Vollrath e Bonatti (2013), em estudo com mães de uma comunidade urbana de Santiago do Chile, vivendo em situação de vulnerabilidade, o sentimento de desesperança atrelado às condições de pobreza eram parcialmente modificadas por manifestações de esperança das

mães quanto ao futuro dos filhos, sendo que reconheciam a importância de sua presença na construção desse futuro.

Somado a isto, identificou-se o valor atribuído ao estudo, presente no que as participantes desse estudo consideravam necessário passar aos filhos, a fim de desenvolver competências e garantir um futuro melhor: “Que tem que ir para o colégio, para estudar e ser alguém. Estudar mais do que eu já estudei, principalmente para ser alguém melhor e não precisar ficar limpando e lavando pros outros. Para ter alguma coisa, um futuro melhor.” (Hortênsia); “É isso que eu ensino para eles. Que eles têm que estudar para amanhã, depois eles serem alguma coisa na vida deles. Para eles terem um bom emprego, eles têm que ter estudo.” (Margarida);

Aquilo que eu não pude ter, que eles possam adquirir, mas através de quê? Do estudo, do trabalho, nada de uma vida fácil. Porque a gente tem uma vida sofrida, porque tudo que tu passou tu não quer que teu filho passe, né. [...] Porque eles [filhos] acham que o mundo é o mar de rosas, não, não é, tem muito sofrimento, tem muitas tristezas aí fora que eles nem conhecem. Aí tem que aprender a pisar no chão, a pisar no chão. (Violeta)

A partir dos estudos de Yunes, Garcia e Albuquerque (2007) e Yunes, Mattar, Mendes e Albuquerque (2005), sobre percepções e crenças de agentes comunitários de saúde a respeito da resiliência de famílias monoparentais femininas de baixa renda e as estratégias criadas por elas para o enfrentamento das adversidades, identificou-se que apesar das mulheres chefes das famílias terem baixa escolaridade, elas atribuíam importância ao estudo dos filhos, demonstrando, por exemplo, orgulho por frequentarem a escola. Além disso, os autores identificaram o olhar positivo, a esperança de um futuro melhor e o desejo de progredir por parte das mães, apesar das perspectivas de futuro se restringirem aos filhos e/ou netos. Contudo, houve pouco reconhecimento dos profissionais em relação aos aspectos citados.

Somado a isto, Magalhães et al. (2011) também identificaram o sonho de mulheres mineiras em situação de vulnerabilidade social de que seus filhos tivessem uma vida melhor e diferente da que elas tiveram. Assim, possuíam esperanças de que eles tivessem melhores condições socioeconômicas, sem privações em relação àquilo que consideravam essencial. Para isto, as mulheres atribuíam valor especial ao estudo, destacando a referência ao ensino superior como caminho para se conquistar um bom emprego e “ser alguém na vida”.

3.3 “Ser mãe é se virar em 30, em 2 mil, 5 mil, sei lá, é muita coisa!”: os significados atribuídos à maternidade

A presente categoria contempla os significados atribuídos ao ser mãe no contexto de monoparentalidade e em situação de vulnerabilidade social pelas participantes do estudo. Constatou-se que os significados atribuídos à maternidade estavam interligados àqueles atribuídos à paternidade, bem como às experiências que as participantes tiveram com suas próprias mães ou outras mulheres que foram mães. Dessa forma, a maternidade envolve a crença de assumir e desempenhar múltiplas funções, apesar do reconhecimento da sobrecarga vivenciada.

Houve consenso entre as participantes do estudo de que a mãe é figura central, protagonista, em uma família, ainda que possam reconhecer a importância de outros sujeitos:

A mãe é um papel importante na família, principalmente pros filhos. A mãe é tudo na vida dos filhos. [...] Porque ninguém vai cuidar do mesmo jeito como a mãe. Então, se a mãe morre, se não tem a mãe, os filhos ficam atirado aí no mundo. Aí, às vezes, vira para um lado errado. E tendo a mãe junto, o filho se sente mais seguro. (Margarida)

Eu acho que [uma mãe] é importante porque é uma referência que um filho vai ter, pra crescer, pra dar conselhos, pra ser quem ele vai procurar. Claro, têm pessoas que não são da família e conseguem também. [...] Por mais que a gente esteja passando dificuldade, eu procuro sempre ser uma boa mãe. (Lís)

Neste tocante, percebeu-se que a mãe é protagonista na família, em detrimento, por exemplo, da figura paterna. Esta foi considerada pela maioria das participantes do estudo como pouco necessária ou como não sendo uma referência importante aos filhos:

Eu acho que mãe é tudo numa família, porque a mãe tem todas as responsabilidades. Por mais que tenha um pai ali presente, nada que uma mãe não faça. O pai não fica lá de noite, acordado, com filho, não leva no médico. Pelo menos não conheço pai que seja assim. [...]

Mas mãe é a figura principal dentro de uma família. (Rosa)

Mãe é tudo. Tudo precisa da mãe. Todas as coisas é a mãe, mãe pra isso, mãe pra aquilo. É uma responsabilidade. Pode ter até o pai, mas a primeira coisa que vem é a mãe na cabeça. Pra algum pedido ou ajuda dos filhos. É porque mãe é tudo, pode estar lá velhinha, eu acho que é o principal. (Hortênsia)

Eu sou importante [na vida do meu filho], porque tudo o que ele vai fazer ele pergunta para mim ou ele conta para mim. Então acho que primeiro ele vem e pergunta pra mim do que pro pai dele. [...] Eu acho que já é aquela ligação mesmo de mãe-filho. Um laço bem forte. (Jasmin)

Pra mim, mãe é o mais importante na vida. [...] Porque, bem ou mal, o pai não é tão chamado como mãe. Se é filho homem é mãe pra cá, pedir um conselho e coisa. Se é filha mulher, quer um conselho, a primeira menstruação, o que deve usar. (Melissa)

Estes dados assemelham-se aos encontrados por Cúnico e Arpini (2014b), em que as participantes, mulheres responsáveis por famílias monoparentais, atribuíam um grande valor à maternidade e uma ideia de que a mãe é quem melhor cuida dos filhos, assim, entendida como mais importante do que a figura paterna. As participantes possuíam ainda visões bastante tradicionais do que seriam atribuições paternas e maternas, sendo que, para elas, os homens não teriam preparo suficiente para serem pais, excetuando àqueles que desempenham este papel de forma efetiva. A maternidade, por sua vez, foi entendida como inerente a sua

condição feminina, atrelada ao cuidado, carinho e amor.

Em contrapartida à desqualificação do papel paterno, duas participantes do presente estudo, relataram a importância paterna na família, tendo sua ausência sentida associada à maior dificuldade em relação ao exercício da maternidade na família: “Para construir família tem que ter coragem. Assim, no meu caso, sozinha com os filhos. Agora, se a mulher tem um esposo, um marido que é vinculado ali, já é mais fácil. Na minha família é mais difícil um pouco.” (Margarida);

Ele tinha um bom salário, nunca deixou faltar nada pras criança, sempre me ajudou em tudo. [...] Ele dava conta de todas as tarefas. Ele era um bom pai. Aí depois [que deixou o lar], eu não entendo [...] parece que a família dele é como se não existisse mais, ele virou as costas pra família. O pai das crianças abandonou a casa, aí eu tive que carregar tudo sozinha. Hoje eu já vejo a vida com outro jeito, mas sofri muito, que eu tinha que trabalhar e cuidar dos pequenos tudo dentro de casa foi muito difícil. (Violeta)

Conforme já mencionado neste estudo, a ausência paterna no contexto de famílias monoparentais femininas é sentida quanto a aspectos relacionados à participação na educação e cuidados dos filhos (Cúnico & Arpini, 2014a; 2014b; 2016; Perucchi & Beirão). Além disso, Rosado et al (2011) também apontaram a carência da figura paterna no contexto familiar, tendo em vista que o domínio financeiro fica prejudicado sem a contribuição do pai. Conforme Cúnico e Arpini (2016), a paternidade desempenhada pelos ex-companheiros das mulheres responsáveis por famílias monoparentais é, de modo geral, considerada insuficiente, envolvendo distanciamento afetivo, falta de comprometimento com o cotidiano dos filhos, sua saúde e educação, além dos aspectos econômicos como o não pagamento da pensão alimentícia, por exemplo. Assim, a ausência da figura paterna é sentida, contudo, esta se referia a um pai que cumprisse de fato as funções a ele atribuídas. Assim, as mães não indicavam desejar simplesmente ter os ex-companheiros de volta, mas sim um “bom pai”,

considerado aquele participativo, afetuoso e que compartilha as responsabilidades para com os filhos.

Além do protagonismo materno na família, a maioria das participantes do estudo demonstraram visões idealizadas da maternidade, enquanto um acontecimento que dá significado à vida, uma bênção divina ou um desejo de toda mulher. Somado a isto, percebeu-se a importância atribuída à presença dos filhos em suas vidas, atrelada a sentimentos de completude: “É uma experiência ótima [a maternidade]. É uma bênção de Deus. É isso que eu sinto. Se não fosse eles [filhos] eu ia sentir um vazio. [entrevistada se emociona].” (Dália)

Eu acho que [a maternidade] é um momento mais valioso, que tem um amor. É uma explosão de felicidade. Porque tu está sempre feliz, sempre radiante com um filho. [...] Eu acho que o papel da mãe é uma coisa muito sagrada. Acho que tem que amar os filhos independente de cor, de raça, de qual país for [...] Acho que mãe é sagrado. Mãe é mãe, não adianta. (Jasmin)

Eu gosto, adoro, eu amo ser mãe. Acho que a melhor coisa que Deus me deu foram meus filhos, é o meu presente, todos eles. A família perfeita não existe, mas os meus filhos foram minha perfeição, foi o meu ponto de partida, meu ponto de chegada, os muros que eu consegui derrubar por eles. (Violeta)

Os meus filhos são a melhor coisa que eu tenho no mundo. Qualquer mulher quer ter um filho, ser mãe é um maior presente. Os meus filhos são tudo para mim. Eu sempre falo, se precisar dar a minha vida por a deles, eu dou. A mãe, quando bota filho no mundo, tem que assumir o filho. Tem que ter responsabilidade. (Margarida)

Reflete-se que a visão das mães participantes do presente estudo a respeito da maternidade parece perpassar os significados tradicionalmente atribuídos a esta. Conforme Badinter (1985), em *O mito do amor materno*, historicamente, a mulher foi associada estritamente ao “ser mãe”, sendo considerado que todas “nasciam” predeterminadas a

vivenciar a maternidade e assim a desejavam, além de possuírem um amor instintual pelos filhos. O estudo de Bustamante e Trad (2007) identificou as noções de que as crianças pequenas em famílias baianas de camadas populares precisam de cuidados em tempo integral, o que, conforme os autores, pode ser associado às concepções sociais tradicionais de que a “boa mãe” é aquela que cuida exclusivamente dos filhos, deixando de lado o investimento em outros domínios de sua vida e outros interesses, para dedicar-se somente a estes.

Foi consenso entre as participantes do presente estudo que a maternidade envolve o desempenho de múltiplas funções: “É assim, um pouco casa, um pouco mãe, um pouco professora. Tudo junto em casa. É o dia a dia, jogando como dá.” (Jasmin)

Ser mãe é se virar em 30, em 2 mil, 5 mil, sei lá, é muita coisa [...] Muita coisa. Eu tento ser o que eu posso, o máximo que eu posso. Se me pedem uma coisa hoje, eu digo: ‘Olha, não tenho dinheiro hoje’. Mas eu corro daqui, corro dali e dou um jeito. Eu digo assim: ‘Calma, que eu vou dar um jeito’. Então, eu sempre dou um jeito de conseguir alguma coisa. (Magnólia)

Toda a responsabilidade dessas crianças, de todos os cinco, é minha. Não tem outra pessoa que vá na minha frente pra resolver o problema delas. É doença, é conselho [tutelar], alguma coisa da escola. Tudo ali, com a diretora, com o professor, com aluno, com aluna, tudo é comigo. (Violeta)

Costa e Marra (2013) abordam a sobrecarga de responsabilidades assumidas por mulheres responsáveis por famílias monoparentais brasileiras em situação de pobreza, porque assumem integralmente a criação dos filhos e o sustento financeiro, que demanda jornadas de trabalho e a manutenção do lar, ou seja, um acúmulo de diferentes papéis e funções. Assim, os autores concluem que são famílias com grandes desafios, vivendo em condições desfavoráveis, mas que, no entanto, possuem grande capacidade de tomada de decisões e superação dos desafios.

Assumir múltiplas funções nas famílias monoparentais, contudo, pode ser um fator de estresse às mulheres responsáveis por estas. No presente estudo, a maternidade foi apresentada por algumas participantes como envolvendo sentimentos de cansaço, de sobrecarga e de pesar pela falta de tempo para si ou para investimentos em outros âmbitos da vida. A fim de lidar com isto, observou-se a crença de que a maternidade é, de fato, assumir múltiplas funções e necessariamente “dar conta”, aparentando estar bem, tendo coragem e não desistindo:

É muito cansativo. É vinte e quatro horas com elas [filhas]. É bem complicado. [...] Eu acho [difícil] essa responsabilidade de todo dia ter que tá sempre bem e sempre ali, sabe. Eu acho que é isso, falta de tempo pra gente mesmo, que a gente não tem, quem é mãe. [...] Porque eu deixo de cuidar de mim, às vezes, pra ficar com elas. [...] Mas eu procuro sempre mostrar que eu tô bem. Eu sei que eu sou uma boa mãe, porque eu não penso nem em mim mais, só pra pensar nelas. (Lís)

Às vezes, eu me apavoro, porque sou só eu [...] Aí eu tenho que respirar fundo pra mostrar que não tô mal pra ninguém. [...] Porque como já vim sendo sozinha, aprendendo tudo com a vida, então, eu digo que tem que meter a cara e ir, mostrar que tá sempre feliz. Se tu mostrar que tá mal, é pior. Tudo que vier, tem que encarar com alegria. [...] Pode vir qualquer coisa que eu meto a cara e vou na fé. [...] Encarar com felicidade, sempre sorrindo. Porque, se tu vai começar a chorar por cada coisa, tu entra em depressão. (Melissa)

Eu fui nas minhas metas, eu trabalhei, eu conquistei. Eu consegui várias coisas. Mas eu conquistei e conquistei sozinha, conquistei com a dignidade do meu trabalho, correndo atrás, levantando cedo, dormindo tarde, mas eu consegui. Filho é pra sempre. Não acaba, sempre tem. Todo dia uma... Mas aos poucos vai vencendo. Esses dias a minha amiga me mandou mensagem, era um negócio de mãe guerreira e ela disse que me considerava uma

mãe guerreira. E eu também me considero. Porque, por mais difícil que seja, tem que ter garra sempre. Sempre lutando pelo melhor, sempre. (Rosa)

Ser mãe, é responsabilidade, é totalmente responsabilidade. [...] Não importa tua dificuldade, não importa o que tu sofra, mas tu não tem que mostrar pra eles [filhos] o que tu tá passando, o que tu tá sofrendo, pra eles não quererem coisas ruins na vida deles também. Sempre passar o teu melhor pra eles, mesmo que de noite tu deite a cabeça no travesseiro, tu, chore, mas não demonstrar pra eles a fraqueza, nunca. (Violeta)

A isso se relacionaram os exemplos positivos de maternidade percebidos pelas participantes do estudo, seja por parte de suas próprias mães ou por outras mulheres que também foram mães. Estes exemplos foram identificados como modelos de mães fortes, batalhadoras e dedicadas aos filhos:

A minha mãe [é um modelo de mãe]. Aquela foi guerreira. Ela aguentou tudo. Eu trabalhava pra fora, praticamente eles todos [filhos] foram criado por ela. Enquanto ela tava viva, eu tive pequenas participações. Então, mãe deles, dos mais velhos, é a minha [mãe]. Eu fui ser mãe, fui ter a responsabilidade de mãe quando ela veio a falecer.

(Magnólia)

Tem a minha vizinha da frente ali [que é um exemplo de mãe]. Porque o filho dela, fez um ano que mataram ele. Ele se envolveu com droga bastante cedo. Quando ele se atirou nas drogas, por mais que o filho dela tivesse errado, ela sempre tava ali. Enquanto os outros só julgavam. [...] Ela sempre tentando, sempre lutando por ele, indo num lugar, indo no outro pra ver se conseguia clínica pra ele. [...] Por mais que ele chegasse drogado, que ele chegasse sujo ou que ele roubasse dentro de casa, ela tava sempre ali dando atenção e carinho pra ele. (Camélia)

Acho que [ser mãe] não tem explicação. Como tive a minha [mãe] até os nove [anos], desde então eu fui sozinha, aí eu passo tudo que ela deu pra mim pros meus filhos. [...] A

minha mãe não dava um tapa, nunca deu um tapa. Dava do bom e do melhor. Pra dar carinho, dar amor, não tinha tempo ruim. E se tocasse de virar qualquer coisa pra dar pra gente, ela se virava e dava. Então, ela sempre foi guerreira. (Melissa)

Meier, Musick, Flood e Dunifon (2016) realizaram um estudo com mães norte-americanas com filhos crianças, a fim de compreender as emoções nas experiências maternas e como elas variavam de acordo com *status* de emprego e de parceria (famílias monoparentais ou nucleares). Os autores identificaram que as mães solteiras, principalmente as em situação de desemprego, tendiam a ter mais sentimentos de tristeza e serem mais estressadas ou cansadas no desempenho da maternidade do que as mães que possuíam parceiros. Entretanto, o estudo também identificou que as desvantagens do bem-estar observadas por mães solteiras desempregadas não eram específicas do seu papel parental, mas provavelmente refletiam desafios sociais maiores enfrentados por esta população. Podem-se relacionar estes achados com a identificação por parte das participantes do presente estudo de dificuldades do cotidiano que ocasionam em sentimentos de cansaço, sobrecarga e falta de tempo para investimentos em outros domínios da vida, questões estas que não parecem decorrer de uma insatisfação com a maternidade, mas de encarar este desafio sozinhas e com poucos recursos.

Por outro lado, Pinto et al (2011) investigaram a condição de vida e de vulnerabilidade social de mulheres chefes de família residentes em Santos (SP), suas estratégias de sobrevivência e os impactos na sua saúde e na da família, identificando que o fato de criarem os filhos sozinhas e gerirem o sustento do lar era considerado como um fator que atribuía força a estas mulheres, assumindo uma posição ativa na família. Dessa forma, o trabalho e o sustento do lar, mesmo sobrecarregando as mulheres, adquiria um significado de afirmação enquanto mulher e de força, contribuindo na construção de suas identidades. Contudo, neste íterim de múltiplas funções, as mulheres acabam por deixar de lado o investimento no âmbito pessoal, envolvendo, por exemplo, relações de amizade, relações amorosas o tempo

para si, seus cuidados com saúde, sua feminilidade e sua sexualidade. A centralidade da vida das mulheres estava, pois, nos filhos. Os achados do presente estudo assemelham-se, portanto, ao estudo de Pinto et al (2011), demonstrando o grande valor atribuído à maternidade, apesar das dificuldades, sendo que estas fazem parte do cotidiano e também contribuem na construção de suas identidades maternas, vistas como mães guerreiras e capazes.

4 Considerações finais

O presente estudo buscou compreender o desempenho da maternidade em famílias monoparentais femininas em situação de vulnerabilidade social, a partir do conhecimento das atividades maternas cotidianas, desenvolvidas pelas mães responsáveis por estas famílias e dos significados por elas atribuídos à maternidade. Trata-se de um fenômeno complexo, tendo em vista que sujeitos e famílias são sistemas imersos em contextos históricos, sociais, culturais e relacionais amplos. Reconhecer estas mães como protagonistas de suas vidas corresponde a uma postura ética do pesquisador ou profissional que junto destes constrói sentidos e significados.

Identificou-se a potencialidade das mães no exercício de atividades de cuidado e educação dos filhos. As mães participantes do estudo realizavam múltiplas atividades relacionadas aos cuidados parentais, com destaque para a esfera física, incluindo a garantia de alimentação, higiene, vestimentas, proteção e atenção à saúde. Somado a esta foram identificados cuidados emocionais, como a atenção aos sentimentos e comportamentos dos filhos e a interação positiva com a criança, o que pode favorecer a vinculação entre mãe e filhos; e sociais, englobando assegurar o não isolamento da criança de seus pares significativos e sua integração social. Ainda, constatou-se a preocupação das mães em conferir atenção aos aspectos do funcionamento intelectual dos filhos, valorizando a aquisição de conhecimentos e as competências educacionais.

Aspectos educativos também englobaram as atividades e responsabilidades cotidianas

maternas. Destacou-se, portanto, a disciplina, através da imposição de limites, colocação de regras e atribuição de deveres aos filhos, e o ensino de valores, ou seja, as competências consideradas pelas mães como importantes para os filhos se inserirem no mundo e na sociedade, internalizando normas sociais, legais e culturais de comportamento, como o não roubar, a honestidade e o respeito aos outros.

O desempenho dos cuidados e da educação, acima indicados, atrelaram-se ao significado da maternidade, sendo considerados atribuições maternas e sua performance permeada por dificuldades e peculiaridades do contexto de monoparentalidade e da situação de vulnerabilidade social. Assim, constataram-se as noções de que a maternidade envolve o desempenho de múltiplas tarefas, sendo a mãe a figura central em uma família e a que melhor as realiza, ficando superinvestidas na esfera materna de suas vidas. Apesar das menções ao cansaço e à sobrecarga vivenciada por assumirem a responsabilização pelos filhos sem o companheiro e reconhecendo dificuldades como quando não conseguiam garantir os cuidados básicos às crianças e tinham de criá-los em ambientes não seguros, a maioria das participantes do estudo demonstrou a satisfação e o sentimento de completude em ser mãe.

Faz-se relevante reconhecer que o desempenho da parentalidade de maneira satisfatória, assegurando a sobrevivência e o pleno desenvolvimento dos filhos, requer múltiplas dimensões. Conforme Hoghughi (2004) faz-se necessária a motivação, ou seja, o desejo de investir na melhoria do estado e das condições dos seus filhos; o conhecimento e compreensão das necessidades dos filhos; a oportunidade de dispor do tempo necessário para exercer de forma adequada as atividades parentais; e os recursos, ou seja, as competências materiais e financeiras, psicológicas ou sociais dos pais e do ambiente familiar e cultural mais amplo que os circunda. Entende-se que principalmente esta última dimensão pode encontrar-se prejudicada em famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social.

Compreende-se, pois, a implicação de alguns fatores na realidade das famílias em

situação de vulnerabilidade social, os quais correspondem às peculiaridades que não podem ser negligenciadas como: o contexto de exposição a fatores de risco como pobreza, violência, proximidade ao tráfico de drogas; o nível socioeconômico e a renda familiar, ou seja, a luta para satisfazer as necessidades das crianças diante de situações de pobreza; o pouco ou nenhum acesso a espaços públicos de lazer, ficando as famílias e crianças restritas à proximidade do lar; a manutenção do agir com autoridade quando o Estado interfere e estabelece os parâmetros do que as famílias podem ou não fazer com e para os seus filhos, sem, contudo, fornecer-lhes as condições necessárias a isto; e a oportunidade de contar com redes de apoio social ou programas específicos de educação dos filhos, que contribuam com o desempenho das funções familiares.

Cabe o reconhecimento, portanto, da existência de uma falha social envolvendo o contexto macrossistêmico das famílias e da necessidade de repensar o suporte prestado pelo Estado a estas. Isto se faz importante para que visões de que a mãe é a única responsável pela saúde e bom desenvolvimento dos filhos ou de noções simplistas de que a parentalidade nas famílias de camadas populares estaria associada a déficits ou problemas nas crianças sejam superadas. Demais figuras e esferas sociais, a começar pelo pai, seguido da família extensa, comunidade, escolas, serviços de saúde e de assistência social, dentre outros, devem também responsabilizar-se pela família, crianças e adolescentes.

Entende-se que este estudo contribuiu para ampliação do conhecimento científico sobre a maternidade no contexto de famílias monoparentais, o que pode colaborar para o desenvolvimento de práticas profissionais mais efetivas junto às políticas públicas que amparam famílias em situação de vulnerabilidade social no Brasil, principalmente buscando a legitimação e o empoderamento das mães na vivência da maternidade e, assim, qualificando suas práticas parentais. Contudo, as compreensões sobre a temática em foco aqui apresentadas não esgotam a sua complexidade. Faz-se necessário reconhecer que um fenômeno abrange

diferentes versões, articuladas e integradas, não existindo verdades únicas (Morin, 2007).

Por fim, cabe o reconhecimento da diversidade de arranjos familiares presentes na contemporaneidade (família nuclear, recasada, extensa, convivente, etc.) e das diversas condições sociais, culturais e econômicas em que vivem no país, o que demanda a realização de estudos que visem compreender a maternidade em outros contextos. Somado a isto, o presente estudo contou com uma pequena amostra, não sendo representativo de toda população e não podendo oferecer dados generalizáveis. Ainda, seus resultados referem-se a um momento específico da vida das participantes e do ciclo vital de suas famílias. Sugere-se que pesquisas futuras possam superar estas limitações, investigando a temática com amostras mais amplas ou, ainda, considerando diferentes fases do ciclo vital individual e familiar.

5 Referências

- Almeida, L. S. de. (2007). Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. *Revista do Departamento de Psicologia. UFF*, 19(2), 411-422.
doi: [10.1590/S0104-80232007000200011](https://doi.org/10.1590/S0104-80232007000200011)
- Alves, A. P., Cúnico, S. D., Smaniotto, A. C., Pilecco, M. B., & Arpini, D. M. (2014). O mito do amor materno e sua implicação nas decisões judiciais. In: D. M. Arpini & S. D. Cúnico. (Orgs.). *Novos olhares sobre a família: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos*. 1 ed. (pp. 55-70). Curitiba, PR: CRV.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo*. (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70. (Texto original publicado em 1977).
- Bem, L. A., & Wagner, A. (2006). Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em famílias de baixo nível socioeconômico. *Psicologia em Estudo*, 11(1), 63-71. doi: [10.1590/S1413-73722006000100008](https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000100008)

- Bossardi, C. N., & Vieira, M. L. (2015). Ser mãe e ser pai: integração de fatores biológicos e culturais. In: E. R. Goetz & M. L. Vieira (Orgs.). *Novo pai: percursos, desafios e possibilidades*. (pp. 15-30). Curitiba: Juruá.
- Breakwell, G. M., & Rose, D. (2010). Teoria, Método e Delineamento de Pesquisa. In: G. M. Breakwell, S. Hammond, & J. A. Smith (Orgs.). *Métodos de pesquisa em psicologia*. (pp. 22-41). Porto Alegre: Artmed.
- Bustamante, V., & Trad, L. A. B. (2007). Cuidando da saúde de crianças pequenas no contexto familiar: um estudo etnográfico com famílias de camadas populares. *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(5), 1175-1184. doi: [10.1590/S1413-81232007000500014](https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000500014)
- Carloto, C. M. (2005). A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. *Revista Virtual Textos & Contextos*, X(4), 1-17. Recuperado de: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/994/774>
- Costa, C. S. L., Cia, F., & Barham, E. J. (2007). Envolvimento materno e desempenho acadêmico: comparando crianças residindo com a mãe e com ambos os pais. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)*, 11(2), 339-351. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pee/v11n2/v11n2a12.pdf>
- Costa, F. A. O., & Marra, M. M. (2013). Família brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 21(1), 141-156. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicodrama/v21n1/a11.pdf>
- Cúnico, S. D., & Arpini, D. M. (2014a). Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. *Aletheia*, 43(44), 37-49. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n43-44/n43-44a04.pdf>
- Cúnico, S. D., & Arpini, D. M. (2014b). Conjugalidade e parentalidade na perspectiva de mulheres chefes de família. *Psicologia em Estudo*, 19(4), 693-703. doi: [10.1590/1413-73722418811](https://doi.org/10.1590/1413-73722418811)

- Cúnico, S. D., & Arpini, D. M. (2016). Significados de paternidade em famílias monoparentais femininas. *Psicologia em Pesquisa*, 10(2), 40-48. doi: [10.24879/201600100020058](https://doi.org/10.24879/201600100020058)
- Daryanani, I., & Hamilton, J. L., & Abramson, L. Y., & Alloy, L. B. (2016). Single Mother Parenting and Adolescent Psychopathology. *J Abnorm Child Psychol*, 44(7), 1411-23. doi: [10.1007/s10802-016-0128-x](https://doi.org/10.1007/s10802-016-0128-x)
- Fonseca, F. F., Sena, R. K. R., & Santos, R. L. A. dos., Dias, O. V., & Costa, S. de M. (2013). As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. *Revista Paulista de Pediatria*, 31(2), 258-264. doi: [10.1590/S0103-05822013000200019](https://doi.org/10.1590/S0103-05822013000200019)
- Fontanella, B. J. B., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: Contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(1), 17-27. doi: [10.1590/S0102-311X2008000100003](https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008000100003)
- Gaskell, G. (2015). Entrevistas individuais e grupais. In: M. W. Bauer, & G. Gaskell (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. (pp. 64-89). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gil, A. C. (2010). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.
- González-Rey, F. L. (2011). *Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Cengage Learning.
- Grzybowski, L. S. (2002). Famílias monoparentais – Mulheres divorciadas chefes de família. In: A. Wagner. (Org.). *Família em cena: Tramas, Dramas e Transformações*. (pp. 39-53). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Hoghugh, M. (2004). Parenting – An introduction. In: M. Hoghugh & N. Long (Eds.). *Handbook of parenting: theory and research for practice*. (pp. 07-28). London: SAGE Publications.

- Jablonski, B. (2010). A divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(2), 262-275. doi: [10.1590/S1414-98932010000200004](https://doi.org/10.1590/S1414-98932010000200004)
- Jaeger, F. P., & Strey, M. N. (2011). Maternidade e violência em situações de opressão. In: F. P., Jaeger, C. S., Kruehl, & A. C. Siqueira. *Parentalidade e contemporaneidade: os desafios para a psicologia*. (pp. 11-31). Santa Maria: Centro Universitário Franciscano.
- Janczura, R. (2012). Risco ou vulnerabilidade social. *Textos & Contextos*, 11(2), 301-308.
Recuperado de:
<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12173/8639>
- Koulouglioti, C., Cole, R., & Moskow, M. (2011). Single Mothers' Views of Young Children's Everyday Routines: A Focus Group Study. *Journal of Community Health Nursing*, 28(X), 144-155. doi: [10.1080/07370016.2011.589236](https://doi.org/10.1080/07370016.2011.589236)
- Magalhães, K. A., Cotta, R. M. M., Gomes, K. de O., Franceschini, S. do C. C., Batista, R. S., & Soares, J. B.. (2011). Entre o conformismo e o sonho: percepções de mulheres em situação de vulnerabilidade social à luz das concepções de Amartya Sen. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 21(4), 1493-1514. doi: [10.1590/S0103-73312011000400017](https://doi.org/10.1590/S0103-73312011000400017)
- Marin, A. H., & Piccinini, C. A. (2007). Comportamentos e práticas educativas maternas em famílias de mães solteiras e famílias nucleares. *Psicologia em Estudo*, 12(1), 13-22.
Recuperado de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287122096003>
- Mattar, L. D., & Diniz, C. S. G. (2012). Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 16(40), 107-120. doi: [10.1590/S1414-32832012005000001](https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000001)
- Meier, A., Musick, K., Flood, M., & Dunifon, R. (2016). Mothering Experiences: How Single Parenthood and Employment Structure the Emotional Valence of Parenting. *Population Association of America Demography*, 53(X), 649-674. doi: [10.1007/s13524-016-0474-x](https://doi.org/10.1007/s13524-016-0474-x)

- Minayo, M. C. S. (2014). *O Desafio do conhecimento*. 14a Ed. São Paulo: Hucitec.
- Morin, E. (2015). *Introdução ao pensamento complexo*. 5a Ed. Porto Alegre: Sulina.
- Muñoz, L. A., Sanchez, X., Arcos, E., Vollrath, A., & Bonatti, C. (2013). Vivenciando a maternidade em contextos de vulnerabilidade social: uma abordagem compreensiva da fenomenologia social. *Revista Latino Americana de enfermagem*, 21(4): [07telas]. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281427992012>
- Oliveira, T. M. V. de. (2001). Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. *Administração OnLine*, 2(3), X. Recuperado de: http://www.fecap.br/adm_online/art23/tania2.htm
- Perucchi, J., & Beirão, A. M. (2007). Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. *Psicologia Clínica*, 19(2), 57-69. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652007000200005>
- Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. (2016, 07 de abril). Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Recuperado de: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. (2012, 12 de dezembro). Dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos. Recuperado de: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
- Rosado, A. P. N., Teixeira, K. M. D., Loreto, M. D. S., & Andrade, V. D. A. (2011). Administração dos diferentes domínios da vida: vivências e percepções das detentoras da guarda dos filhos. *Textos & Contextos*, 10(2), 371-387. Recuperado de: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/9558/7340>
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Sarti, C. (2015). Famílias enredadas. In: A. R. Acosta, & F. M. A. Vitale (Orgs.). *Família: redes, laços e políticas públicas*. 6ed. São Paulo: Cortez.

- Silva, M. L., Polli, R. G., Sobrosa, G. M. R., Arpini, D. M., & Dias, A. C. (2012). Da normatização à compreensão: caminhos construídos para a intervenção familiar. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 20(1-2), 13-21. doi: [10.15603/2176-1019/mud.v20n1-2p13-21](https://doi.org/10.15603/2176-1019/mud.v20n1-2p13-21)
- Szymanski, H. (2006). Práticas educativas familiares e o sentido da constituição identitária. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 16(33), 81-90. doi: [10.1590/S0103-863X2006000100011](https://doi.org/10.1590/S0103-863X2006000100011)
- Tobias, M., Kokaua, J., Gerritsen, S., & Templeton, R. (2010). The health of children in sole-parent families in New Zealand: results of a population-based cross-sectional survey. *Australian and New Zealand Journal of Public Health*, 34(3), 274-280. doi: [10.1111/j.1753-6405.2010.00526.x](https://doi.org/10.1111/j.1753-6405.2010.00526.x)
- Vasconcellos, M. J. E. (2009). *Pensamento sistêmico - O novo paradigma da ciência*. 8a Ed. Campinas, SP: Papyrus.
- Verza, F., Sattler, M. K., & Strey, M. N. (2015). Mãe, mulher e Chefe de Família: Perspectivas de Gênero na Terapia Familiar. *Pensando Famílias*, 19(1), 46-60. Recuperado em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n1/v19n1a05.pdf>
- Wottrich, S. H., & Arpini, D. M. (2014). Cuidados Necessários à Infância: um estudo com mães coletadoras de material reciclável. *Temas em Psicologia*, 22(2), 471-482. doi: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2014.2-16>
- Yazbek, M. C. (2001). Pobreza e exclusão: expressões da questão social no Brasil. *Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. 2(3), 33-40.
- Yunes, M. A. M., Garcia, N. M., & Albuquerque, B. M. (2007). Monoparentalidade, Pobreza e Resiliência: entre as crenças dos profissionais e as possibilidades de convivência familiar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 444-453. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722007000300012>

- Yunes, M. A. M., Mendes, N. F., & Albuquerque, B. (2005). Percepções e crenças de agentes comunitários de saúde sobre resiliência em famílias monoparentais pobres. *Texto e Contexto Enfermagem*, 14(X), 24-31. doi: [10.1590/S0104-07072005000500003](https://doi.org/10.1590/S0104-07072005000500003)
- Zamberlan, M. A. T., & Alves, Z. M. (2008). Ambientes domiciliares de famílias de baixa renda de área urbana: aspectos físicos e psicossociais. (pp. 81-109). In: M. A. T., Zamberlan, & Z. M. Alves (Orgs.). *Interações familiares: teoria, pesquisa e subsídios à intervenção*. Londrina: EDUEL.

Tabela 1. Caracterização geral das participantes

Participante	Idade	Escolaridade	Ocupação	Reside com	Renda materna
Magnólia	42	Ensino Médio completo	Cuidadora de idosos	Filhas (10, 11 e 17 anos) e filho (18 anos)	<Salário mínimo
Camélia	35	Ensino Fundamental incompleto	Doméstica	Filhos (6 e 11 anos; 11 meses), sogra, cunhada e sobrinho	<Salário mínimo
Lís	22	Ensino Médio incompleto	Do lar	Filhas (11 meses; 3 anos), irmãos, irmã e mãe	<Salário mínimo
Dália	29	Ensino fundamental completo	Do lar	Filhas (10 meses; 8 anos) e filhos (9 e 13 anos)	=Salário mínimo
Hortênsia	37	Ensino médio incompleto	Do lar	Filha (8 anos), filho (16 anos), mãe e tia	<Salário Mínimo
Jasmin	27	Ensino médio completo	Doméstica e vendedora	Filho (9 anos)	<Salário mínimo
Melissa	23	Ensino fundamental incompleto	Doméstica	Filho (2 anos e 5 meses)	<Salário mínimo
Rosa	32	Ensino Fundamental completo	Doméstica e babá	Filhas (7 e 13 anos) e filho (10 anos)	=Salário mínimo
Violeta	41	Ensino fundamental incompleto	Doméstica	Filhas (7, 9 e 11 anos) e filhos (14 e 17 anos)	<Salário mínimo
Margarida	41	Ensino fundamental incompleto	Desempregada	Filhos (3 e 11 anos) e filhas (5, 10 e 14 anos)	<Salário mínimo

ARTIGO 2

Redes Pessoais Significativas de Mulheres responsáveis por Famílias Monoparentais em Vulnerabilidade Social³**Redes, monoparentalidade e vulnerabilidade****Significant personal networks of women responsible for monoparent families in social vulnerability****Resumo**

Este estudo objetivou compreender a dinâmica das redes pessoais significativas para o desempenho da maternidade em famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social. Participaram dez mulheres com filhos crianças, responsáveis por famílias cadastradas em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município do Rio Grande do Sul. Aplicou-se um Questionário Sociodemográfico, uma Entrevista semiestruturada e o Mapa de Redes. Os dados foram tratados conjuntamente a partir de análises descritiva e de conteúdo. Constatou-se que familiares, amigos, vizinhos, “patrões” e profissionais/serviços conferem apoio ao desempenho da maternidade. Destacaram-se funções como: ajuda material, companhia social, apoio emocional, guia de conselhos e regulação social. Ampliar o conhecimento das redes pessoais significativas pode fomentar práticas profissionais que as incluam nas intervenções.

Palavras-chave: Maternidade; Monoparentalidade; Redes sociais; Vulnerabilidade

Abstract

This study aimed to understand the dynamics of significant personal networks for the

³ Artigo formatado segundo as normas da revista *Psicologia: teoria e prática* (UnB) (Qualis A1).

performance of motherhood in single parents in situations of social vulnerability. Ten women with children, responsible for families enrolled in Social Assistance Referral Centers (CRAS) of a municipality of Rio Grande do Sul, participated. A Sociodemographic Questionnaire, a semi-structured Interview and the Network Map were applied. The data were treated together from descriptive and content analyzes. It was found that family, friends, neighbors, "bosses" and professionals / services support the performance of motherhood. These included functions such as material help, social company, emotional support, advice and social regulation. Expanding knowledge of significant personal networks can foster professional practices that include them in interventions.

Keywords: Maternity; Single parenting; Social networks; Vulnerability.

Transformações sociais, históricas e culturais, nas últimas décadas, resultaram na pluralidade de configurações familiares e em novas formas de estrutura e funcionamento vivenciadas no interior das famílias. Assim, seus membros se deparam com novas maneiras de vivenciar, por exemplo, a paternidade e a maternidade nos diferentes arranjos (Kehl, 2003). As famílias de configuração monoparental compõem parte do cenário de diversidade de organizações familiares, referindo-se àquelas em que existe apenas um adulto, sem o cônjuge, residindo junto a crianças e/ou adolescentes sob sua guarda, com ou sem outros adultos presentes no lar (Moreira, 2013).

No contexto brasileiro, a maioria das famílias monoparentais configura-se como feminina, ou seja, formada pela mãe, sem cônjuge, responsável pelos filhos. Em 2015, estas representavam uma parcela significativa de famílias, representando 11,6 milhões, ou seja, 26,8% dentre os arranjos familiares com filhos, ao passo em que correspondia a apenas 3,6% o número de arranjos monoparentais masculinos, no mesmo período (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016). A vivência da maternidade solteira, nesse contexto de

monoparentalidade, pode englobar importantes desafios.

Estudos vêm construindo saberes sobre as famílias monoparentais femininas, identificando características e aspectos do funcionamento destas. Tais estudos evidenciam as dificuldades vivenciadas pelas mulheres/mães ao assumirem sozinhas os lares e a educação dos filhos, na ausência do cônjuge, buscando conciliar tais responsabilidades com a necessidade de trabalhar pelo sustento do lar (Carloto, 2005; Costa & Marra, 2013; Cúnico & Arpini, 2014a/2014b/2016; Perucchi & Beirão, 2007; Pinto, Micheletti, Bernardes, Fernandes, Monteiro, Silva, Barreira, Makhoul & Cohn, 2011; Rosado, Teixeira, Loreto & Andrade, 2011).

Neste tocante, a condição de monoparentalidade tende a envolver maior complexidade e organização da rotina familiar. Conforme Rosado et al. (2011), as mulheres responsáveis por famílias monoparentais precisam reestabelecer suas prioridades, reestruturar o tempo de investimento nas diferentes esferas de suas vidas, adotar novos papéis e funções dentro da família, a fim de suprirem as demandas familiares.

Somado a esses aspectos, têm-se que muitas dessas mulheres e suas famílias vivem em situação de vulnerabilidade social, o que implica em outras peculiaridades e desafios. Conforme Yazbek (2001), a vulnerabilidade social corresponde à condição de pessoas ou grupos estarem mais suscetíveis a fatores desfavoráveis à qualidade de vida, devido a questões econômicas, educacionais, culturais, étnicas, políticas, de saúde ou de classe social. Estes fatores impactam o acesso e a garantia de direitos dos sujeitos, envolvendo, por exemplo, a fragilização dos vínculos de convivência, a proximidade ou vivência de situações de violência, a pouca estrutura das moradias e a falta de acesso a serviços públicos ou espaços de lazer (Fonseca, Sena, Santos, Dias & Costa, 2013; Yazbek, 2001).

Famílias monoparentais femininas em situação de vulnerabilidade social, portanto, vivenciam contextos permeados por fragilidades. Conforme o estudo realizado por Pinto et al.

(2011), na cidade de Santos (SP), as histórias de vida das mulheres responsáveis por famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social são marcadas por rupturas, violências e exclusão social, sendo suas identidades maternas construídas frente a essas dificuldades. Contudo, ressalta-se que muitas famílias desenvolvem recursos e, também, resiliência nesse contexto, mantendo olhares positivos sobre a vida e o futuro, valorizando a união familiar e a presença de figuras de apoio, além do trabalho e do estudo (Yunes, Garcia & Albuquerque, 2007).

A situação de vulnerabilidade social, portanto, interpõe fragilidades que podem impactar no exercício das funções parentais e na saúde dos membros das famílias, tornando essencial a existência de redes de apoio à maternidade. No que concerne ao apoio recebido em famílias monoparentais femininas, frente às dificuldades enfrentadas, destaca-se a importância de redes para o enfrentamento de privações financeiras, para a educação dos filhos (Perucchi & Beirão, 2007) e para o fornecimento de amparo e suporte diante das modificações na vida das mulheres e de suas famílias (Rosado et al., 2011). Somado a isto, a não divisão das funções parentais com um parceiro ou outras pessoas pode desencadear o sentimento de desamparo. Assim, mães que contam com redes sociais de apoio podem apresentar comportamento materno mais adequado ao sentirem-se mais amparadas no exercício da função parental (Verza, Sattler & Strey, 2015).

Conforme Hoghughi (2004), as redes sociais de apoio para a parentalidade referem-se à presença e ao envolvimento de, por exemplo, familiares, amigos, vizinhos, ou outros, sendo que as habilidades dos pais podem ser aumentadas conforme a atuação e a capacidade de resposta das redes. Sobre redes sociais, Sluzki (1997) as compreende como a totalidade de vínculos com os quais um sujeito interage, sendo a rede pessoal significativa “a soma de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas ou define como diferenciadas da massa anônima da sociedade” (p. 41), podendo incluir família, amigos, relações de trabalho

ou de estudo, além da comunidade. Esta rede pode atuar em momentos de crise, contribuindo ao bem-estar individual ou familiar (Sluzki, 1997).

A partir do exposto e considerando a insuficiência de estudos na literatura brasileira a respeito das redes sociais no contexto de famílias monoparentais femininas em vulnerabilidade social, o objetivo deste estudo foi compreender a dinâmica das redes pessoais significativas para o desempenho da maternidade em famílias monoparentais femininas em situação de vulnerabilidade social. Espera-se contribuir para o entendimento da dinâmica das redes, principalmente através das funções desempenhadas pelos seus membros, considerando que isto possa qualificar estratégias de intervenção profissionais e empoderar mulheres/mães responsáveis por famílias em situação de vulnerabilidade social.

Método

Participantes

Participaram deste estudo dez mulheres responsáveis por famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social, com filhos crianças e adolescentes, as quais serão mencionadas a partir de nomes fictícios. As famílias das mulheres possuíam vínculo com algum dos três Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de um município do interior do Rio Grande do Sul. Destaca-se que as participantes foram identificadas através dos cadastros e registros presentes nos serviços, caracterizando a amostragem como não probabilística e por conveniência (Oliveira, 2001), e que a coleta de dados obedeceu ao critério de saturação (Fontanella, Ricas, & Turato, 2008; Guest, Bunce & Johnson, 2006).

As participantes possuíam idades entre 22 e 42 anos (M: 32,9) e baixa ou nenhuma escolaridade, sendo que apenas duas haviam completado o Ensino Médio. Suas ocupações variaram entre domésticas (5), do lar (3), cuidadora de idosos (1) e vendedora (1). A renda individual das participantes variou de menos do que um salário mínimo a igual a um salário mínimo, sendo que nesta estavam inclusos os ganhos provenientes de trabalho (seis

participantes), bolsa família (seis participantes), pensão por viuvez (uma participante) e/ou pensão de alimentos (quatro participantes).

Com relação às configurações familiares das participantes, sete famílias caracterizaram-se como monoparental feminina simples, formadas pela mãe e seus filhos sem a presença de um cônjuge; e outras três famílias, como monoparental feminina extensa, formada pela mãe, seus filhos e outros adultos (parentes ou não) residindo no lar, mas sem o cônjuge, sendo que esta classificação guiou-se pelos modelos propostos por Moreira (2013). As razões para a monoparentalidade incluíram a dissolução de suas uniões com os ex-companheiros (Magnólia, Hortênsia, Jasmin, Melissa, Rosa e Margarida), falecimento dos esposos (Lís e Dália), abandono do lar por parte do ex-companheiro (Violeta) ou situação de privação de liberdade do companheiro (Camélia). As participantes possuíam em média três filhos que residiam com elas e as idades destes variaram entre 11 meses e 18 anos, sendo a maioria crianças de até 12 anos.

Delineamento e procedimentos

O presente estudo possui delineamento qualitativo, descritivo e exploratório. A pesquisa qualitativa dirige-se à compreensão do ser humano e suas relações, a partir dos significados que atribui a suas experiências (González-Rey, 2011; Minayo, 2014). Possui caráter exploratório, por buscar um conhecimento mais amplo e profundo acerca de uma temática ainda pouco explorada; e descritivo, por visar à caracterização de populações ou fenômenos, através de técnicas padronizadas (Gil, 2010). Como referencial epistemológico destacam-se os pressupostos do Pensamento Sistêmico (Vasconcellos, 2003), e do Pensamento Complexo (Morin, 2015), considerando a complexidade, instabilidade e intersubjetividade dos fenômenos. Assim, entende-se que compreender a dinâmica das redes pessoais significativas para o desempenho da maternidade de mulheres responsáveis por famílias monoparentais femininas em situação de vulnerabilidade social envolve considerar

um fenômeno complexo em que convergem diversos elementos que se articulam e se relacionam mutuamente.

As participantes foram convidadas a participar da pesquisa mediante contato telefônico (oito) ou diretamente em suas residências (duas), após apresentação e explicação acerca do estudo. Com a manifestação prévia de interesse em participar, agendou-se de forma individual um momento para realização da coleta de dados, que ocorreu seguida da formalização do aceite através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Ressalta-se que com duas mães o encontro para a coleta de dados ocorreu em suas residências e com outras oito mães nas dependências dos CRAS, próximos às suas residências, conforme conveniência, e que as entrevistas tiveram duração média de uma hora e 30 minutos.

Instrumentos

Cada participante deste estudo respondeu de forma individual a três instrumentos. O primeiro correspondeu a um Questionário Sociodemográfico, empregado com a finalidade de obter uma caracterização geral das participantes e de suas famílias. Então, as mães foram convidadas a responderem a uma entrevista semiestruturada sobre Redes Sociais e Maternidade em Famílias Monoparentais em Vulnerabilidade Social, a qual permitiu a exploração da temática, através de perguntas preestabelecidas pela pesquisadora, mas sem necessidade de restrição absoluta a estas (Minayo, 2014). Destaca-se que esta entrevista também subsidiou a construção do Mapa de Rede (Sluzki, 1997), permitindo a compreensão do desempenho da maternidade, bem como da relação deste com as redes pessoais significativas das participantes.

O terceiro instrumento utilizado referiu-se, então, ao Mapa de Rede. O Mapa de Rede ou Mapa Mínimo das Relações (Sluzki, 1997) corresponde a um instrumento para a identificação da rede pessoal significativa de um indivíduo, através de uma representação gráfica que indica o conjunto de todas as relações que este percebe como significativas e/ou

diferenciadas do restante. Sua estrutura representa as diferentes relações sociais (família, amizades, relações de trabalho ou escolares e relações comunitárias ou de credo, subdividida em sistemas de saúde e agências sociais) e a proximidade das relações (próximas, intermediárias ou distantes). O conjunto de todos os indivíduos que compõem o mapa mínimo corresponde, portanto, à rede pessoal significativa do informante.

A aplicação do Mapa de Rede permitiu um conhecimento sobre as redes pessoais significativas das participantes, no que se refere, principalmente, à sua organização e estrutura, como seu tamanho, composição, densidade ou acessibilidade e enfocando o nível de relacionamento (intensidade/intimidade) e as funções dos vínculos que as auxiliavam no desempenho da maternidade (Sluzki, 1997).

As funções dos vínculos que compõem as redes referem-se à: (a) companhia ou apoio social, ou seja, referem-se ao compartilhamento da rotina cotidiana, à realização de atividades conjuntas ou ao incentivo e acompanhamento em lugares de convivência social; (b) ao apoio emocional, ou seja, caracterizado pela compreensão e empatia, disponibilidade para escutar e o acolhimento ou conforto ofertados; (c) ao guia cognitivo e de conselhos, quando há compartilhamento de informações pessoais ou vivências e o fornecimento de modelos de conduta ou reflexões, impressões e sugestões sobre estado e hábitos de vida; (d) à regulação ou controle social, em que as interações reafirmam responsabilidades e papéis, neutralizam desvios de comportamento ou estabelecem limites em relação à exposição a fatores de risco; (e) à ajuda material e de serviços, ou seja, ao empréstimo ou doação de dinheiro, comida ou objetos, ou, ainda, à ajuda prática prestada em determinadas situações; e, por fim, (f) ao acesso a novos contatos, que favorece a abertura para novas relações, que até então não compunham a rede da participante.

Análise dos dados

Os dados coletados através dos diferentes instrumentos foram analisados

conjuntamente, através da Análise de Conteúdo. Conforme Bardin (1977/2009), esta corresponde à procura por sentidos e compreensões comuns aos dados coletados e à identificação de categorias a serem analisadas e discutidas. Em sua modalidade temática, a análise de conteúdo busca descobrir os núcleos de sentido significantes presentes numa comunicação, por meio de diferentes etapas:

(1) Pré-análise: em que se buscou descobrir os núcleos de sentido significantes presentes nas transcrições, através da leitura compreensiva de parte do material coletado, sistematização das ideias iniciais e da retomada dos objetivos da pesquisa, com a finalidade de elaboração de categorias. Três pesquisadoras voluntárias realizaram este processo em separado e os desacordos foram discutidos e resolvidos por consenso ou com o auxílio de uma quarta pesquisadora, tendo como resultado uma proposta de categorias temáticas;

(2) Exploração do material: a pesquisadora responsável realizou o recorte das transcrições e dispôs as unidades de registro em tabelas para serem codificadas em relação às categorias estabelecidas. Para isto, a análise contou com duas juízas independentes, a fim de conferir maior credibilidade à análise. Estas classificaram separadamente o material transcrito nas categorias e, posteriormente, as discordâncias ou dúvidas foram sanadas em conjunto e por consenso. Foi possível atestar tanto a adequação do sistema de categorias proposto ao conjunto de material coletado, quanto o grau de concordância entre as juízas a partir do cálculo do coeficiente Kappa (87,1%) (Lima, 2013);

(3) Tratamento dos resultados: a partir dos dados foi possível realizar inferências e, por fim, interpretações. Destaca-se que as categorias referentes à análise de conteúdo foram definidas *a priori*, a partir dos conhecimentos teóricos sobre a temática, mas sofreram modificações em vista da pesquisadora levar em consideração todos os elementos significativos surgidos na coleta de dados, correspondendo, portanto, ao *modelo misto* (Laville & Dionne, 1999).

Juntamente à análise dos materiais transcritos, realizou-se a análise dos mapas de rede. Inicialmente, os mapas foram reunidos em conjuntos que permitiram a identificação de características estruturais da rede. A observação destes aspectos foi possível a partir dos significados atribuídos pelas mães aos vínculos e às redes. Ou seja, os dados obtidos de forma gráfica nos mapas e os categorizados através da análise de conteúdo das entrevistas foram tratados em conjunto, a fim de se elaborar uma síntese interpretativa, relacionando as temáticas identificadas com os objetivos e pressupostos do estudo. Apresentar-se-ão os resultados através de categorias temáticas identificadas e de forma gráfica, a partir de um mapa geral contemplando os resultados das dez participantes do estudo em relação às suas redes pessoais significativas.

Considerações éticas

Os preceitos da Resolução nº 510/2016, que regulamentam as condições da pesquisa com seres humanos em ciências humanas e sociais, e da Resolução 466/2012, que dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), foram contemplados em todas as etapas deste estudo. Obtiveram-se os Termos de Autorização Institucional das instituições que aceitaram colaborar com o estudo e os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido das participantes, os quais lhes garantiam o direito à privacidade e à livre decisão pela interrupção da pesquisa sem prejuízos. Somado a isso, os riscos e benefícios da participação no estudo foram devidamente informados às participantes, sendo que uma delas foi encaminhada, a seu pedido, para atendimento psicológico. Ademais, a pesquisa foi apreciada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa de uma universidade pública de ensino superior, sob o número CAAE: 81489417.9.0000.5346.

Resultados e Discussões

Identificou-se uma pluralidade de sujeitos compondo as redes sociais significativas das

participantes do presente estudo, bem como de tipos de auxílio prestados pelos membros destas redes, os quais foram relacionados a cada função delineada por Sluzki (1997) e adaptada para este estudo. O mapa geral (Figura 1) compila as informações das redes do conjunto de participantes do presente estudo.

[Inserir Figura 1]

As participantes do presente estudo contavam, em média, com aproximadamente 12 vínculos em sua rede pessoal significativa total. Considerando o somatório dos vínculos indicados pelas 10 participantes, o quadrante com mais relações observadas foi o das relações familiares (46), seguido das relações de amizade (27) e relações com sistemas de saúde e agências sociais (26), relações comunitárias (16) e, por último, relações de trabalho ou estudo (11). Os vínculos foram prioritariamente caracterizados como próximos (74), seguidos de intermediários (42) e, por fim, distantes (10). No que diz respeito às funções dos vínculos, predominou a ajuda material e de serviços (73), seguida de companhia social (62), apoio emocional (45), guia cognitivo e de conselhos (34), regulação social (24) e acesso a novos contatos (5), sendo que um mesmo vínculo poderia desempenhar mais de uma função.

Percebeu-se que a área mais afetada (com menos vínculos) na rede das participantes do estudo foi a das relações de trabalho, reflexo, possivelmente, da situação de desemprego ou de serviços pontuais destas. As relações comunitárias que podem sinalizar relações de solidariedade entre os vizinhos, por exemplo, foi a segunda área com menos vínculos, o que pode indicar o isolamento das participantes do convívio comunitário. A terceira área com mais vínculos indicados foi a das relações com sistemas de saúde e agências sociais, demonstrando o quanto estas instâncias compõem a vida das famílias das participantes. A segunda área com mais vínculos, por sua vez, foi a das relações de amizade, em que se reconheceu a importância das amigas principalmente com outras mulheres e mães, mas muitos vínculos sinalizados como presentes em momentos pontuais de suas vidas.

Por fim, a área das relações familiares se sobressaiu em quantidade de vínculos indicados, com predominância dos parentes mais próximos e menos referências à família extensa.

Os resultados apresentados nas categorias a seguir contemplam aspectos relacionados às redes pessoais significativas para o desempenho da maternidade no contexto de vulnerabilidade social. Assim, serão enfatizados os vínculos reconhecidos como significativos para as participantes do estudo e que contribuem/contribuem na criação e educação de seus filhos. Os resultados serão apresentados nas categorias: (1) relações familiares, (2) relações de amizade, (3) relações comunitárias, (4) relações de trabalho ou estudo e (5) ausência ou insuficiência de redes pessoais. Ressalta-se que se discutirão os resultados encontrados, reunindo elementos sobre as redes pessoais significativas das participantes no que se refere, principalmente, à sua organização e estrutura, enfocando o nível de relacionamento e as funções dos vínculos que as auxiliam no desempenho da maternidade.

1. Relações familiares

Nesta categoria são contempladas as referências às pessoas consideradas pelas participantes como significativas para o desempenho da maternidade e que faziam parte de suas famílias, incluindo tanto os familiares próximos (30) como os da família extensa (16). Em média foram incluídas enquanto relações familiares aproximadamente cinco pessoas nas redes das participantes. Apenas uma destas (Melissa) não reconheceu vínculos nesta área. As relações caracterizaram-se predominantemente como próximas (32), seguidas de intermediárias (13) e apenas uma relação familiar foi caracterizada como distante (1).

As redes familiares relacionaram-se, principalmente, com a função de companhia social (35), ou seja, caracterizando-se como as relações que compartilhavam da rotina cotidiana das participantes; seguidas de ajuda material e de serviços (30), indicando a participação dos diferentes familiares na manutenção da família; apoio emocional (24), sendo

relações dispostas a acolher, demonstrar interesse e preocupação pelas participantes; e, por fim, guia cognitivo e de conselhos (15), através da orientação, aconselhamento ou fornecimento de opiniões sobre seus modos de vida e funcionamento de suas famílias.

No que se refere aos familiares próximos, as participantes destacaram como fundamentais o apoio de seus filhos mais velhos (8), mães (5), irmãs(ãos) (13) e avós (2), sendo estes os vínculos, em geral, reconhecidos como de maior intensidade ou intimidade. Conforme Amazonas, Damasceno, Terto e Silva (2003) é comum que em famílias de baixa renda os cuidados com as crianças sejam desempenhados pelos diferentes membros, como irmãos mais velhos e avós das crianças. Assim, as famílias organizam-se de forma que todos os membros participam da manutenção familiar, tanto no que se refere à garantia das necessidades básicas quanto ao cuidado com os diferentes membros, caracterizando relações de solidariedade.

Quanto aos filhos mais velhos das participantes, estes foram destacados como cuidadores dos seus irmãos mais novos, executando tarefas de cuidados básicos e até apoio em aspectos relacionados à educação e disciplina. Além disso, alguns filhos mais velhos foram reconhecidos como importantes para o sustento financeiro do lar:

O mais velho [filho, 13 anos] ajuda muito com a pequena. A que tem oito [filha, 8 anos] já aprendeu a mudar também. Eles me ajudam a trocar ela. E o [filho, 9 anos] de nove ele faz mamã. Um muda e o outro faz mamã. Já ajuda bastante. (Dália)

Esse [filho, 20 anos] é bem importante. É, ele me ajuda também a corrigir eles [filhos, 3, 5, 10 e 11 anos], a educar eles. [...] Eles respeitam mais ele do que eu. Então, ele fala com eles, eles ficam quieto. Eles obedecem mais ele. Aí ele me ajuda assim. Não deixa eles fazer marotice nem nada. E também ajuda materialmente quando preciso de alguma coisa. Eu não tenho, eu peço para ele. É assim. (Margarida)

Ela [filha, 13 anos] faz as tarefas diárias. Passar a vassoura na casa, lavar a loucinha

do almoço, lavar a loucinha do café. Isso é uma coisa que ela faz. Geralmente, até a roupa ela bota na máquina pra lavar, lava uma roupinha. (Rosa)

Nesse tocante, percebe-se que os filhos mais velhos contribuem não apenas para a manutenção do lar, mas também exercendo funções parentais. Costa e Marra (2013) discutem que, nas famílias monoparentais femininas, os filhos, principalmente os adolescentes, podem auxiliar a família partilhando de algumas tarefas, como os cuidados com os irmãos menores, e até trabalhando para auxiliar no sustento da casa. Por outro lado, devido a isto, estes podem vivenciar prejuízos nos estudos, frente ao eventual abandono escolar para assumir as questões familiares e de sobrevivência. Um estudo internacional também enfatizou a participação dos irmãos mais velhos como fontes de ajuda para a criação das crianças e para a realização de atividades cotidianas no contexto de famílias monoparentais norte-americanas (Koulouglioti, Cole & Moskow, 2011).

Somado a isto, Almeida (2007), em estudo com mães trabalhadoras pertencentes à classe média e à camada popular, residentes no Rio de Janeiro (RJ), identificou nos relatos das mães a necessidade de o filho mais velho assumir a responsabilidade sobre o cuidar dos irmãos mais novos na ausência de um familiar próximo ou ainda de vizinhos. Também o estudo de Wottrich e Arpini (2014), realizado com mães coletadoras de material reciclável com filhos crianças e residentes no interior do Rio Grande do Sul, evidenciaram o apoio dos filhos mais velhos nos cuidados com os menores, devido, principalmente, às dificuldades financeiras, as quais são constantes e levam à necessidade de buscar nas ruas o sustento para prover as necessidades básicas.

Sobre a relação das participantes com suas próprias mães, destaca-se que esta figura não foi incluída na rede de cinco participantes, seja por falecimento desta ou por perda de vínculo. Nas demais redes, as mães das participantes foram indicadas como próximas às participantes (3) ou como relações intermediárias (2). Constatou-se que as mães das

participantes exerciam funções de ajuda material e de serviços, companhia social, apoio emocional e guia cognitivo e de conselhos. Destaca-se que três participantes (Camélia, Lís e Rosa) relataram possuir relações conflituosas com suas mães, mas as incluíram nas suas redes pessoais significativas, enquanto vínculos relacionados à ajuda material e de serviços e/ou companhia social:

Ela [mãe] é importante por tudo. Se eu precisar, ela está aí. [...] Ah são várias coisas [risos]. Cuidando dos meus filhos, acho que das opiniões, das conversas. Me ajudando dando conselhos, me ajuda quando tem alguma conta que eu preciso pagar. [...] A gente conversa, olha televisão. Tem uma coisa, tem outra. (Hortênsia)

A mãe, bem ou mal, mãe é mãe. A gente conversa, só que, sempre quando a gente tenta conversar sobre uma coisa, sempre acaba dando uma briga. Porque, às vezes, ela fala uma coisa eu não concordo, eu falo uma coisa e ela não concorda. Por isso que, às vezes, eu sou assim de não falar muito com ela sobre as coisas [...] Ajuda sim, só que ela ajuda materialmente. [...] Mas é que eu e a mãe, nossa convivência não é muito boa. Aí eu já nem peço muito pra ela reparar as crianças. (Lís)

Estudos presentes na literatura demonstram a participação das avós maternas das crianças em seus cuidados. Soares e Pedrosa (2014), por exemplo, em estudo realizado com cuidadores (familiares e não familiares) de crianças, residentes de uma comunidade de baixa renda de uma cidade do Recife, identificaram o envolvimento principalmente de figuras femininas, como a avó materna, nos cuidados básicos às crianças. Especificando o contexto das famílias monoparentais, o estudo de Shook, Jones, Forehand e Dorsey (2010) constatou que mulheres responsáveis por famílias monoparentais norte-americanas de baixa renda identificaram as avós maternas da criança como o segundo principal cuidador, além do pai biológico, nos casos em que este se fazia participativo, tia materna, irmã adulta ou outros parentes. Somado a isto, o estudo de Wottrich e Arpini (2014) também identificou a

importância do lugar ocupado pela avó materna das crianças, sendo ela a corresponsável por prover os cuidados necessários às crianças, aparecendo também como alguém que a família pode contar nos momentos de dificuldade financeira.

Destaca-se que a menção ao pai da participante ocorreu em apenas uma rede, sendo suas funções reconhecidas como de apoio emocional, companhia social ou ajuda material. Em outra, por sua vez, apareceu a figura do padrasto relacionada ao aconselhamento: *“O meu padrasto, bem próximo. Me dá bastante conselho. Pros meus filhos também dá bastante conselhos. Conversa bastante com eles. Muito importante.”* (Dália);

O meu pai está sempre na volta, tanto na questão de eu, filha, como o neto. Mas ele está sempre: ‘Filha, tu estás bem? Tu tá precisando de alguma coisa?’. É aquele pai, tipo toda a manhã de manhã é largar o E. [filho, 9 anos], eu estou subindo e o meu pai me ligando: ‘Está tudo bem com vocês? Como é que amanheceram hoje? Estão bem? Dormiram bem?’. São aquelas coisas de paizão mesmo. ‘E aí precisam de alguma coisa?’, De manhã é sagrado. (Jasmin)

Devido à quase inexistente referência à figura paterna das participantes, reflete-se sobre a ausência destas figuras ao longo de suas trajetórias. Conforme Pinto et al. (2011), em estudo sobre a história de vida das mulheres responsáveis por famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social residentes em Santos (SP), nas narrativas de vida destas mulheres a figura materna foi destaque, embora relacionada a questões de violência e sentimentos negativos, ao passo em que a figura paterna foi retratada como ausente ou negativa e relacionada à força e à autoridade.

Quanto aos irmãos ou irmãs das participantes e suas avós maternas, também mencionados como componentes das redes, destacou-se o apoio emocional prestado, o aconselhamento, a companhia social e a ajuda material:

A Margarida [irmã] e o meu irmão, os únicos mais próximos de mim. [A Margarida]

Pelo companheirismo, pela forma de sofrer junto. [...] A gente toma mate, conversa, convive junto. É porque as únicas mais próximas mesmos somos só nós duas, aí a gente, se tem alguma atividade que é perto, que a gente possa levar as crianças, a gente vai junto. [...] Ah sim, ela dá os conselho, se tá errada ela diz: 'Não é assim'. Eu dou os conselhos pra ela. É, somos, além de irmãs, amigas. Se uma tá sofrendo com alguma coisa, a gente vai lá, conversa, senta e conversa, uma apoia a outra nos sentimento. Que nem tudo dá certo na vida da gente, nem tudo. [...] Ah o meu irmão, ele ajuda a gente, ele traz, porque ele planta. Não só porque ele traz as coisas pra gente comer, a verdura, a fruta, as coisas assim, ele é amigo. [...] A gente se tornou mais amigo por tudo, pela ajuda dele assim. (Violeta)

A minha avó, se eu preciso de alguma coisa de alimentação, roupa pras crianças, ela me ajuda. Ela me empresta o cartão, eu vou e compro, aí depois eu pago ela. Nessa parte aí ela me ajuda bastante, até se eu precisar de um remédio alguma coisa. (Camélia)

Minha avó. Ela me criou desde que eu nasci. É um pouco minha mãe também. A gente conversa sempre, sempre. Todo dia. Ela já tem 74 anos. Dá muito conselho bom. Ela fala pra fazer as coisas certas e não as erradas. (Dália)

Neste tocante, Isotton e Falcke (2014), em revisão da literatura sobre famílias monoparentais no pós-divórcio, identificaram ser comum a necessidade de reorganização da vida familiar após a separação, incluindo o âmbito dos cuidados básicos e educação dos filhos. Assim, é possível ocorrer uma aproximação da família de origem ou ampliada, auxiliando na educação dos filhos ou financeiramente.

No que se refere às menções aos parentes da família extensa, destacaram-se tios(as) (4), primos(as) (2), genros (2), cunhadas (2) e sobrinha (1). Estes, em sua maioria, foram caracterizados como vínculos próximos às participantes e em alguns casos figuras que

residiam junto às participantes (Lís e Hortênsia). Outros vínculos da família extensa foram indicados como não tão próximos ou mais distantes das participantes. Os membros da família extensa foram reconhecidos como relevantes ao desempenho da maternidade das participantes do estudo devido, principalmente, ao auxílio material: *“A minha tia, ela também me ajuda comprando comida. Me dá dinheiro quando falta alguma coisa”*. (Hortênsia)

De fato, a escassez de recursos financeiros, atribuída a fatores econômicos e sociais, corresponde a uma dificuldade presente na realidade de famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social. Perucchi e Beirão (2007), em seu estudo com mulheres, responsáveis pelo sustento de seus filhos, chefes de famílias monoparentais e residentes no interior do estado de Santa Catarina, evidenciaram a responsabilidade exclusiva por parte destas mulheres no sustento de seus dependentes. Assim, as redes sociais familiares podem auxiliar de modo a complementar esporadicamente o sustento, no que tange, principalmente, às necessidades das crianças.

Contudo, além do auxílio material, destacaram-se as menções às funções de apoio emocional e de guia cognitivo e de conselhos como também relacionadas à família extensa: *“Ele [genro] me deu muito apoio quando eu precisei, quando o pai faleceu. Muito, muito apoio, muito mesmo. Até, agora pro meu aniversário, tá vendo de fazer um churrasco”*. (Magnólia);

Tem meu tio que também é muito importante, bem próximo. Porque é uma pessoa que tá sempre a disposição pro que tu precisar. Ele tá sempre ali disposto a te ajudar. Sempre sempre. De dar conselho quando eu vou fazer uma coisa errada. Ele fala: ‘Não faz isso’. Ele é muito importante. (Dália)

O apoio em aspectos emocionais e psicológicos também foi apontado pelas famílias monoparentais, em situação de pobreza, no município de Rio Grande (RS), estudadas por Yunes, Garcia e Albuquerque (2007). Conforme os autores, a possibilidade de obter *ajuda de*

outros através da mobilização da família extensa e pessoas significativas, tidas como apoio afetivo e instrumental, bem como a presença de coesão familiar mostraram-se essencial para amenizar as dificuldades encontradas no cotidiano.

Para algumas participantes, vínculos relacionados à família paterna de seus filhos também foram reconhecidos como significativos, como (ex) sogra(o) (2), (ex) cunhada(o) (1) ou bisavós dos filhos (2). Estes também desempenhavam funções de ajuda material e de serviços, guia cognitivo e de conselhos e apoio emocional:

Eu e minha cunhada nos revezamos na terça-feira pra ela cuidar dos guris pra eu poder ir ganhar um dinheirinho. Aí, às cinco e meia daí, é a minha cunhada que busca os guris no colégio. [...] Daí nós já fizemos o acordo né, eu levo e ela busca [na escola]. [...] E elas [sogra e cunhada], assim, psicologicamente elas tão me ajudando bastante. Elas fazem assim como se tua autoestima levante (Camélia)

Eu acho que alguém que eu posso contar mesmo pra qualquer coisa que eu precisar é por parte da família dele [falecido marido]. O vô delas tem as gurias como filhas deles. [...] Ele [ex sogro] já deu muito conselho. A gente já foi próximo quando eu fui casada [com o falecido marido]. É uma pessoa que eu acho que eu posso contar, mas pras gurias né, quando elas precisarem. (Lís)

No entanto, apenas na rede de uma participante foi indicada a figura paterna em relação ao filho. Neste caso, observou-se a relevância atribuída à participação paterna na vida do filho, bem como o compartilhamento de seus cuidados pela dupla parental:

Eu e o pai dele a gente divide bem, ele dá um valor em dinheiro e a ajuda com roupas. [...] Tem gente que diz até que ele e eu não separamos porque a gente está sempre unidos, mas tudo em prol do E. [filho, 9 anos]. [...] Se ele tem alguma apresentação, eu digo: 'Oh, o E. tem apresentação'. Ele dá um jeito de ir com a gente, fica lá, sempre participando, sempre junto. Dia da visita também vem e pega. [...] Final de

semana ou senão dia da semana, conforme o serviço dele, pega pra posar, leva na escola, depois eu pego ou ele me traz. [...] Liga também para saber dele, como é que está, se estamos precisando de alguma coisa. (Jasmin)

A literatura aponta para a pouca ou ausente participação paterna na vida dos filhos no contexto das famílias monoparentais femininas, sobretudo as que vivem em situação de pobreza ou vulnerabilidade social. As mulheres responsáveis por famílias monoparentais vivendo em contexto de periferia de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, estudadas por Cúnico e Arpini (2014a; 2014b; 2016), apontaram para essa ausência paterna no contexto familiar, referindo não poder contar com o apoio do ex-companheiro seja em nível afetivo e de cuidados na sua relação com os filhos, ou em nível de responsabilidades financeiras. Para estas mulheres, um “bom pai” seria aquele que está em casa, é carinhoso com os filhos e compartilha das tarefas parentais, ou seja, elas valorizavam o pai participativo e presente e não apenas provedor.

Por fim, ressalta-se que uma das participantes não indicou nenhum vínculo familiar:

Da minha família não tem. São só meus filhos mesmo, mais ninguém. [...] Eu sempre fui sozinha. Eu me juntei com 12 anos pra 13. Então, eu fui casada 11 anos. Eu fugi de casa, então, eu não tenho família. Eu fugi de casa porque eu tomava muito pau e coisa. São só meus filhos mesmo. [...] Ah, eu acho que fico triste por não ter [no mapa de rede] os meus familiares. E não ter minha mãe pra tá ali pra contar. (Melissa)

Percebeu-se a fragilidade dos vínculos familiares de Melissa e o pesar da participante por não contar com uma rede significativa composta por familiares. Em sentido semelhante, ao investigar processos de resiliência de famílias monoparentais femininas de baixa renda da cidade de Rio Grande (RS), Yunes, Garcia e Albuquerque (2007) perceberam nas histórias das mulheres a presença de situações adversas, relacionadas a rupturas de vínculos e violências. Frente a isto, contudo, os autores identificaram que as famílias são capazes de ter

olhares positivos sobre a vida, bem como perspectivas de futuro relacionadas a uma vida com mais qualidade.

2. Relações de amizade

Na presente categoria são incluídos os vínculos reconhecidos como amizades. Em média foram reconhecidas aproximadamente três amizades nas redes das participantes. As relações caracterizaram-se predominantemente como próximas (16), seguidas de intermediárias (7) ou distantes (4). Embora tenha havido predominância de vínculos indicados como próximos, observou-se que, no geral, estes eram mais pontuais, ou seja, estiveram presentes e auxiliaram em determinadas situações ou períodos de suas vidas, ou que foram indicados como pessoas significativas, mas que, no período da participação neste estudo possuíam pouco contato pessoal com as participantes.

A intensidade ou grau de intimidade entre os membros difere da frequência com que mantém contato. Porém, de acordo com Sluzki (1997), estas são variáveis interdependentes entre si. Assim como pode fazer-se necessária à manutenção ativa do contato para garantir a intensidade do vínculo, muitas relações são facilmente reativadas em intensidade ainda que com significativos espaçamentos nos períodos de contato. Conforme Sluzki (1997), “a estabilidade e confiabilidade do vínculo, portanto, resultam de uma combinação de funções” (p. 58).

As redes de amizade relacionaram-se, principalmente, com a função de companhia social (21), seguidas de apoio emocional (15); ajuda material e de serviços (14) e, ainda, guia cognitivo e de conselhos (11). Observou-se a predominância de mulheres (23) em detrimento de homens (4) nas redes de amizade das participantes. Destacaram-se as amizades com outras mulheres que também são mães, cujas funções dos vínculos foram reconhecidas como apoio emocional, guia cognitivo e de conselhos, companhia social, em relações de convivência, trocas de experiências, compartilhamento de dúvidas, anseios ou dificuldades relacionadas à

maternidade:

Tem a S. [amiga]. De todas, ela é a mais amiga. Ela que me arruma as limpeza de casa. [...] Ai ela é apoio em tudo, ela é uma amigona mesmo. [...] Bem próxima. [...] Me dá conselho, ela me apoia, chora comigo, sofre comigo, é amiga mesmo. . Porque às vezes, assim, tem problemas meus que eu não desabafo com a minha família, mas desabafo com ela. [...] E ela me entende, ela me compreende, daí levanta a moral, ela me ensina muita coisa. Temos bastante contato. (Violeta)

A B. [amiga]. Apoia a gente também, conversa, dá conselho. A gente se dá bem aqui. [...] A gente está sempre conversando tomando chimarrão juntas sempre. [...] Quando ela tem algum problema, ela me fala. Quando eu tenho alguma coisa, eu falo para ela. E assim nós vamos. (Margarida)

Tem uma mãe da coleguinha da G. [filha, 7 anos] que tá sempre me perguntando: ‘Como é que tu tá? Como tão as crianças?’. A gente acabou se tornando amigas através das crianças que eram colegas na creche. Daí a gente conversa pelo Facebook, de perguntar como é que uma tá, como é que os filhos da outra tão. [...] São pessoas que, não digo que são próximas, que eu conte a minha vida, mas são pessoas que me oferecem apoio. (Rosa)

De amiga que já viram eu passar por tudo que eu passei e que eu sempre conversei, é a T. [amiga] e a V. [amiga], a filha dela. Elas me ajudaram muito com as crianças. [...] Porque tudo que eu passei elas sempre tiveram ali junto comigo, muitas vezes me aconselharam e muitas vezes eu não dei ouvidos e fiz coisa errada. Mas assim como muitas vezes elas me aconselharam e eu seguia o que elas me falavam. [...] Porque da última vez, do jeito que eu tava, se não fosse elas, porque eu andava abaixo de remédio. Chegava a andar abobada de remédio, mas eu nunca deixei de fazer as coisas pras crianças, porque se não fossem elas... (Camélia)

Somado a isso, identificou-se que as relações de amizade também se caracterizaram pela função de ajuda material e de serviços. Ou seja, foram consideradas pelas participantes aquelas pessoas que auxiliavam no cuidado das crianças, na ajuda com comida, roupas ou materiais para casa, contribuindo ao bem-estar, saúde e sobrevivência familiar:

Muita amizade. Porque quando no Natal e no Ano Novo, ano passado, eu tava sem emprego, ela me ajudou muito. Ela deu a ceia de Natal e Ano Novo pra mim e pras crianças. [...] Ela entregou nas minhas mãos. Nas minhas mãos! (Magnólia)

Tem a Z. [amiga], ela cuidou dos guris por anos pra mim. Assim, se eu preciso também, já ela várias vezes levou os guris no médico. Às vezes, eu não podia sair do serviço, ela já levava no médico, ela já, praticamente, resolvia ali a situação. [...]

Mas, mesmo depois que ela parou de cuidar os guris, várias vezes precisei que ela ficasse. Assim, tá doente, eu ligava pra ela, ela levava no postinho, levava pra tomar uma vacina. Porque tem dias, tem horários essas coisas. Porque eu não podia fazer depois que chegasse. Ela já cansou de me ajudar. [...] A gente é bem próxima. Teve certas vezes, me abri com ela, contei certas coisas pra ela. A gente conversava. Agora ela se mudou, faz tempo que a gente não se vê. A gente se fala por mensagem. (Rosa)

O Pedro ficou doente e ela me ligou nesse meio tempo: 'Não vou poder atender, porque o P. [filho, 9 anos] está com um febrão e eu tô aqui correndo, fazendo compressa com ele'. Quando viu ela bateu lá em casa: 'O que tu vai fazer? Compressas? Nós vamos levar ele direto para o hospital'. Daí, então, a gente ficou mais próximas ainda, porque ela demonstrou... Bom, ela passou a manhã inteira comigo lá, não quis arredar o pé de jeito nenhum. Então, são coisas que para mim também são muito importantes. (Jasmin)

Constatou-se, portanto, que as participantes do presente estudo indicaram relações de amizade bastante relacionadas aos seus filhos, tendo sido criadas em função destes ou que se

tornaram significativas devido ao auxílio prestado em relação a estes. Por outro lado, identificaram-se também menções aos vínculos de amizade que se perderam após o nascimento dos filhos:

Eu tinha uma amiga, só que agora ela se afastou. Depois que eu tive as gurias [filhas] e ela também teve, a gente se afastou. A gente até se falou esses tempos, mas não é mais aquela coisa assim de amizade. A gente conversava, desde o colégio a gente era bastante amiga, próxima. Eu só tinha ela mais pra conversar assim. (Lís)

De minhas amigas é a R. [amiga], que no caso é mulher do primo dele [ex companheiro]. Então, vou lá às vezes, converso com ela, ela pergunta das novidades. Tudo que eu conto pra ela, ela não conta pra outra pessoa, tipo, uma amizade secreta, sabe? Ah, eu considero ela bem próxima de mim. [...] A gente saía, depois ela ganhou neném daí não deu mais. Mas eu vou lá, eu tomo mate, converso com ela. (Melissa)

A família possui um ciclo vital, ou seja, estágios de seu desenvolvimento em que diferentes demandas estão envolvidas. Na família com filhos pequenos, por exemplo, deve existir o amplo engajamento das figuras parentais no cuidado e educação dos filhos, somado às tarefas domésticas e de sustento financeiro da família. Assim, este corresponde a um estágio do ciclo de vida familiar em que a família tende a se voltar para si mesma, a fim de responder às demandas, por vezes, afastando-se do convívio social (Bradt, 1995; Carter & McGoldrick, 1995). Somado a isto, pode-se refletir que a dissolução de um relacionamento amoroso também envolva a perda de vínculos sociais de amizade aos sujeitos envolvidos, sendo que, quando se constitui um casal a rede social de ambos os sujeitos que o compõem amplia-se (Sluzki, 1997).

3. Relações comunitárias

Nesta categoria são contempladas as referências tanto de pessoas da vizinhança, comunidade, bem como de profissionais ou serviços (de saúde ou assistência) reconhecidos

como significativos para o desempenho da maternidade das participantes do estudo. Em média foram incluídas, enquanto relações comunitárias, quatro pessoas nas redes das participantes. Estas relações caracterizaram-se como próximas (19), intermediárias (19) ou distantes (4). Identificou-se a presença de vizinhos(as) (13), profissionais ou serviços da área da saúde (15) ou da assistência social (10), além de vínculos relacionados à escola dos filhos (4). Tais vínculos relacionaram-se com as funções de regulação social (22), ajuda material e de serviços (18), apoio emocional (4), companhia social (6), acesso a novos contatos (5) e guia cognitivo e de conselhos (2).

Quanto aos vizinhos(as) das participantes, destaca-se que estes foram reconhecidos como desempenhando funções de ajuda material e de serviços (10), companhia social (5), guia cognitivo e de conselhos (2), acesso a novos contatos (2), além de apoio emocional (1). Quanto à ajuda material e de serviços, observou-se o auxílio material prestado pela vizinhança, através do fornecimento de roupas, calçados e alimentos e a prestação de serviços ou favores, como levar os filhos na escola ou cuidar deles para que as participantes pudessem desempenhar outras atividades. Este tipo de ajuda caracterizou-se como fundamental à manutenção familiar:

Eu tenho sim quem ajude. Tem gente lá na minha rua que me ajudou muito, agora que eu tava sem, não tava ganhando nada nem de dinheiro [...] Eu tava sem nada e não tinha da onde tirar, então, eles [vizinhos] me ajudaram. Toda semana davam e ainda dão, sempre tão trazendo coisas pras gurias. É o M., um senhorzinho lá que ajuda bastante e a N. que sempre tá dando também roupinha pras gurias e me ajudou bastante também com roupa. A gente conversa, mas eles sempre tão conversando com as gurias quando a gente passa na frente da casa deles, eles brincam com as gurias.
(Lís)

Então, eu sempre dei sorte de arrumar pessoas boas pra tá perto de mim. [...] Às vezes

que eu tenho que trabalhar, daí tem uma senhora [vizinha] que se eu tenho um serviço que vai todo mês, [...] aí eu peço pra ela cuidar o A. [filho, 2 anos e 6 meses], pegar ele [na creche]. E ela cuida com amor e carinho, dá banho nele e tudo. (Melissa)

Que possam me amparar na hora que eu preciso? Bah é só essa senhora [vizinha]. É a única. Aí ela me ajuda, porque o esposo dela trabalha com gás, aí ela me ajuda com uma sacola de comida, ela me ajuda com bujão de gás. Daí eu vou lá na casa dela fazer uma coisinha pra ela. Ela dá o dinheiro pra comprar uma carne, as fruta pras criança. Ela é um modelo pra mim, um modelo de ajuda. (Violeta)

Em consonância disto, o estudo de Soares e Pedrosa (2014), realizado com cuidadores (familiares e não familiares) de crianças, residentes de uma comunidade de baixa renda de uma cidade do Recife, identificou a colaboração dos vizinhos no cuidado das crianças, embora os principais cuidadores fossem familiares. Conforme Azeredo (2010), mulheres responsáveis por famílias monoparentais contam com redes de solidariedade para o enfrentamento das dificuldades vivenciadas no dia a dia, em geral, mulheres que são parentes ou vizinhas. Conforme o autor, isto se relaciona à condição de vulnerabilidade acentuada, em que as mulheres estabeleceriam redes de apoio com os mais próximos, seja para o cuidado de seus filhos, como para a realização das tarefas domésticas ou fora da casa, driblando inseguranças e dificuldades impostas pela condição de pobreza.

Em sentido semelhante, Bem e Wagner (2006) abordam que, frente às frequentes rupturas dos relacionamentos conjugais e da instabilidade do trabalho, famílias de baixa renda necessitam desenvolver formas de sobrevivência que favoreçam o desenvolvimento de seus membros. Assim, é comum que recorram à sua rede familiar mais ampla e aos vizinhos, formando uma rede de solidariedade. Ainda que esta rede nem sempre se consolide, quando se materializa, torna-se um recurso fundamental para que estas famílias enfrentem sua condição social e garantam a sobrevivência diante de um contexto social que as oprime.

Além disso, pessoas da vizinhança mostraram-se presentes na rotina cotidiana das participantes do presente estudo e algumas lhes prestaram apoio emocional e através de conselhos, tanto através do acolhimento e da disponibilidade de escutar, como da atenção às suas condições de vida e de suas famílias, oferecendo sugestões ou recomendações a respeito:

Ah, a vizinha aqui da frente. A gente conversa por ser vizinha, só assim. Pode botar ela bem no meio aí [posição no mapa]. [...] Ela conversa. Sempre ela dá conselho também. Porque tudo é bem vindo. Às vezes, a hora que tá precisando, chama a pessoa e fala: 'Bah sinto muito alguma coisa'. É um abraço amigo. É uma ajuda já.
(Margarida)

Às vezes, até eu vou lá e converso com a T. [vizinha] e ela diz assim: 'Camélia, cuida muito bem do F. [filho, 11 anos], porque ele é muito cabeça leviana'. Sempre quando ela vê os guris agora, ela conversa bastante com eles. E ela sempre dá o exemplo do P. [filho dela, que foi assassinado por traficantes]. Do que aconteceu com ele.
(Camélia)

Nunes e Ayala-Nunes (2015), em estudo com pais e mães cujos filhos eram atendidos em instituições para atendimento de crianças em risco psicossocial na região do Algarve (Portugal), constataram que mais de metade das famílias vivia na pobreza e enfrentava problemas econômicos, laborais, diagnóstico de doença mental, dentre outros. Quanto ao apoio percebido pelas famílias, constatou-se uma predominância de apoio emocional, (compreendido no estudo como pessoas com quem podiam contar para falar sobre os seus sentimentos, além de conviverem e possuírem momentos de lazer), sendo que a maioria das pessoas que compunham esta rede emocional eram familiares e não familiares (ex.: amigos, colegas de trabalho e vizinhos).

Já no que se refere aos profissionais ou serviços indicados nas relações comunitárias, houve menção aos profissionais da área da saúde, como enfermeiros (3), médicos (psiquiatras,

traumatologistas, pediatras, clínicos gerais) (5), fisioterapeuta (1), agente comunitário de saúde (1) e psicólogo (1), ou, ainda, serviços da área, como Postos de Saúde (2), Unidade de Pronto Atendimento (1) e Hospital Universitário (1). Estes vínculos foram reconhecidos como, principalmente, de regulação social (12), seguido de ajuda material e de serviços (3), embora alguns também tenham sido caracterizados como apoio emocional (1) e acesso a novos contatos (2). Esta última função refere-se a vínculos que mediam o acesso das participantes a novos contatos, importantes em determinadas situações ou momentos de suas vidas: “Com a D. [filha, 10 anos] sim, muito ela [psiquiatra] tem me ajudado. [...] Desde que eu trouxe a D., ela que me ajuda, ela conversa com a D. [Ajuda em] como eu tenho que lidar com ela!” (Magnólia);

Geralmente é assim, se acontece alguma situação fora do previsto, tem a agente de saúde. [...] Ela está sempre perguntando se precisa de alguma coisa, se o E. [filho, 9 anos] está bem de saúde, se está precisando fazer algum exame. Está sempre cumprindo o papel dela mesmo, mas a gente já tem uma amizade, além disso. [...] Próxima, eu acho que próximo [posição no mapa]. (Jasmin)

Olha, a vez que eu tava assim mal que eu fui lá no postinho que eu conversei com a L. [enfermeira], que ela assim conversou bastante, eu gostei. Gostei porque eu consegui conversar com ela, por mais que ela seja uma enfermeira. Ela disse que quando eu precisasse voltasse lá. (Rosa)

O estudo de Yunes, Mendes e Albuquerque (2005), com agentes comunitários de saúde da cidade de Rio Grande (RS), visou conhecer as percepções destes profissionais sobre famílias monoparentais femininas de baixa renda. A pesquisa identificou que os agentes reconhecem que prestam um trabalho em nível de conscientização sobre doenças orgânicas, através da transmissão de informações e orientação das famílias, conforme também identificado no presente estudo. Sobre ações de caráter assistencialista pelos agentes, não

houve consenso entre os profissionais sobre a adequação desta prática.

Já o estudo de Muñoz, Sanchez, Arcos, Vollrath e Bonatti (2013), com mães de uma comunidade urbana em situação de vulnerabilidade, de Santiago do Chile, identificou dificuldades na comunicação com as equipes de saúde na percepção de algumas mães e, também, a satisfação com a atenção e cuidado prestado pelos profissionais. Algumas mães sentiam-se satisfeitas com os serviços prestados por serem acolhidas e ouvidas.

Também foram observadas no estudo menções das participantes sobre a relação com profissionais ou serviços da área da assistência social. Estas relações eram compostas por assistentes sociais (5), conselheiros tutelares (3), além do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) (1) como um serviço de referência. Tais relações foram também reconhecidas, predominantemente, como possuindo funções de regulação social (9), ajuda material e de serviços (4), apoio emocional (2), e duas delas, como acesso a novos contatos:

A U. [assistente social do CRAS]. Depois que eu conversei com ela me aliviou bastante Porque muitas vezes minha mãe me ameaçava de dar parte no conselho porque eu tava com o pai do H. [filho, 11 meses], aí fazia um terror na minha cabeça. Aí deu um problema com a minha guria, que eu claro passei dos limites, só que assim, ela tava errada e eu fui conversar e ela se botou em mim. Aí eu perdi a cabeça e dei um relhaço na perna dela. Aí ela veio no conselho e registrou uma parte de mim no conselho. Aí foi marcada uma reunião com a assistente social. [...] E depois que eu conversei com a U. aquela vez, muita coisa que eu pensava mudou. Parece que aquilo me abriu o jeito de lidar com as brigas. Porque a primeira coisa eu dava uma chinelada e levava por diante. Agora não, agora eu converso, converso. (Camélia)

Tem a K. [assistente social do CRAS]. Ajudou com conselhos, conversou bastante. [...] Ela deu conselho pra ver do bolsa família, deu conselho sobre as crianças, tudo. Comida também que ela conseguiu aqui pra mim. Que eu tava só por ajuda mesmo.

Ela ajudou também. Ela conseguiu e chamou pra eu vir buscar as coisas. Tudo. Foi muito importante. (Dália)

A I. [conselheira tutelar] é conselheira das crianças. [...] [É importante] porque todas as vezes que tentaram tirar as crianças, afastar meus filhos de mim, por causa da separação, do que eu tive que trabalha pra sustentar eles, ela sempre interferiu, ela sempre me ajudou, não deixou tirar aquilo que era meu. Não sei se ela é mãe ou não, mas ela nunca deixou afastarem. Porque as pessoas tinham prazer de ligar pra lá, aí inventavam cada coisa pra ela. Tentava vir na casa conversar comigo, com as crianças, foi bastante amiga. [...] Ela tomou a frente por nós, não deixou as pessoas dominar, nos afastar a família. Uma conselheira muito boa. (Violeta)

Acho que aqui mesmo [CRAS]. Depois que aconteceu o que aconteceu [falecimento do companheiro], eu vim aqui, porque eu queria conseguir o bolsa família. Aí eu não sabia que aqui tinha o profissional pra conversar e coisa, assim pra resolver assuntos de família. Aí eu vim aqui e procurei a V. [assistente social]. Conversou muito comigo, me ajudou muito e aí eu consegui resolver todos os meus problemas por causa dela. Porque eu não sabia por onde começar. E daí ela me ajudou muito, conseguiu advogado, porque eu tava com medo do vô delas que quisesse a guarda delas, das gurias. E ela conversou, chamou ele e a gente conseguiu resolver tudo. (Lís)

Devido à quantidade significativa de menções aos profissionais e serviços, seja de saúde ou de assistência social, percebe-se que agências sociais e de saúde fazem-se presentes de forma significativa na vida de famílias em situação de vulnerabilidade social. Conforme Sluzki (1997), comumente atribui-se o rótulo de “famílias multiproblemáticas” àquelas que vivem contextos socioeconômicos precários, nos quais há a presença ativa de diferentes instâncias sociais. Conforme Gómez, Muñoz e Haz (2007), as famílias multiproblemáticas correspondem àquelas consideradas em situação de risco social e caracterizadas por um

sistema influenciado tanto por mecanismos internos quanto por externos que potencializam disfuncionalidades. Assim, podem vivenciar aspectos como a desorganização, má comunicação, abandono das funções parentais ou isolamento social.

De fato, instâncias sociais devem responsabilizar-se por prover e facilitar o acesso a serviços de apoio e sobrevivência, bem como a inclusão das famílias em redes sociais de atendimento e de solidariedade. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005), a qual orienta o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), preconiza ações aos sujeitos e grupos que vivenciam situações de risco e vulnerabilidade. O CRAS integra a unidade de referência para a proteção social básica, desenvolvendo serviços com a finalidade de garantir os direitos sociais aos cidadãos, como os articulados à saúde, previdência e outras políticas públicas. Objetiva-se, com isto, a prevenção de situações de risco através do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e do desenvolvimento de potencialidades nos sujeitos e grupos.

Contudo, a respeito do auxílio prestado por profissionais e serviços, cabe destacar as percepções das participantes sobre este ser esporádico, pouco constante ou, por vezes, considerado inadequado, conforme exemplificado na fala de Rosa:

No conselho eu já tinha falado: ‘Olha, eu não tenho condições, eu não vou poder mandar minha filha [pra escola]’. E eles: ‘ah, se tu não mandar a escola vai nos informar e nós vamos ter que ir lá recolher tua filha’. Aí eu até disse pro meu patrão: ‘engraçado, né, porque pra ir recolher um filho que não tá indo na escola eles vão. Pra me chamarem lá porque a J. [filha, 13 anos] não tava indo na escola, eles vão. Mas eles não fizeram assim’. Pra eles tanto faz da onde que eu ia tirar pra levar minha filha na escola, o importante pra eles é que ela tivesse na escola. [...] Aí eu achei um descaso, porque pra certas coisas eles puderam ir na minha casa, mas agora no momento que eu precisei... (Rosa)

Sluzki (1997) discute que, por vezes, as relações construídas por agências e instituições sociais com indivíduos ou famílias em situações de pobreza ou vulnerabilidade social reforçam o sentimento de falta de controle das famílias sobre seu meio. Isto porque muitos dos procedimentos e interações são baseados em relações estigmatizantes e de poder, colocando as famílias na posição de quem carece do controle exercido pelas instâncias sociais. Entende-se, com isto, que a condição de vulnerabilidade social destes sujeitos é reforçada, visto que a noção de poder relaciona-se à capacidade de acessar a recursos e de serem pró-ativos. Contudo, quando aos sujeitos não é reconhecida a capacidade de desenvolver ações ou de sentir-se competente, gera-se a falta de esperança e de confiança em si mesmo e conseqüente redução das capacidades relacionais (Sluzki, 1997).

Com relação a isto, Muñoz et al. (2013) entendem que pode haver distanciamento e falta de compreensão por parte dos profissionais quanto à condição de vulnerabilidade e pobreza das famílias, o que resultaria da interação atravessada por relações assimétricas e superficiais. Assim, os autores destacam a necessidade de maior compreensão das vivências das mães e demais coletivos vulneráveis, tanto em nível de prevenção e promoção de práticas parentais, quanto em construção de espaços que permitam a comunicação e o respeito por seus direitos humanos.

Sobre isso, ainda cabe destacar a predominância da função de regulação social por parte dos profissionais dos serviços, seja de saúde ou de assistência, a qual se refere à reafirmação de responsabilidades e papéis, neutralização de desvios de comportamento ou estabelecimento de limites em relação à exposição a fatores de risco. Conforme Sluzki (1997), tal função é importante para favorecer a resolução de conflitos e proteger a família de situações de risco. Isto porque, conforme o autor, o olhar do próximo contribui para controlar ou questionar os comportamentos desviados, sendo que em famílias com muita rigidez de fronteiras ou pobreza de rede ocorre a redução de pressão para a manutenção de normas

sociais, gerando condições que favorecem comportamentos desviados, violências ou outros fatores de risco.

Por fim, as participantes do presente estudo indicaram como relações comunitárias alguns educadores, ao exemplo de professoras (3) e diretora (1), ou seja, vínculos criados a partir das relações escolares dos filhos. Estes foram identificados como de significância às participantes devido à sua participação na educação de seus filhos, exercendo funções de regulação social (2), mas também de ajuda material e de serviços (1) e acesso a novos contatos (1): *“Ela [professora] conseguiu uma consulta pros meus óculos, que eu não tinha. É mais distante, mas foi muito importante. [Estava] precisando bastante do óculos, outro que eu tinha já não enxergava direito. Ela que correu com os papel tudo.”* (Dália)

Aqui do colégio aqui das crianças que eles gostam bastante ali é da professora W. da outra que esqueci o nome. Também ajuda na educação deles, das crianças, né. E fala com eles, fala comigo. Me chama lá. É, as pessoas importantes que estão sempre auxiliando, me ajudando. [...] É, isso, orientar e conversar sobre eles na aula. Ter paciência com eles. (Margarida)

Ela é professora e vereadora. Porque quando a G. [filha, 7 anos] pegou vaga na escola pro primeiro ano lá no [bairro] não teria como eu levar e buscar ela na escola, aí eu não consegui transferência pra ela. [...] Daí, ela [professora e vereadora] foi lá e ligou pra escola e conseguiu uma vaga. [...] Aí ela disse que conseguiu as passagens também. Eu sabia que ela era vereadora, sabia que ela era da escola, ela conseguia. [...] Então, foi uma pessoa que eu senti que se interessou em ajudar. [...] Uma pessoa que eu sei que quando eu precisar, questão de escola essas coisas, eu posso contar com ela. (Rosa)

Em sentido semelhante, Nunes e Ayala-Nunes (2015) encontraram que alguns pais e mães com filhos, amparados por instituições para crianças em situação de risco psicossocial,

mencionaram profissionais (ex.: psicólogo, advogado e professor dos filhos) como membros da rede de apoio social, principalmente no que se refere à rede informativa. Tal rede é compreendida no estudo como pessoas que lhes ofereciam conselhos e/ou *feedbacks* a respeito de suas vidas.

4. Relações de trabalho ou estudo

Na presente categoria foram contemplados apenas os vínculos relacionados ao trabalho das participantes, tendo em vista que nenhuma delas possuía relações de estudo. Em média, as participantes do estudo reconheceram uma pessoa nesta área, sendo que três participantes não indicaram nenhum vínculo de trabalho e três participantes indicaram antigos patrões ou patroas que exerceram funções de apoio enquanto tais participantes estavam trabalhando. Assim, foram identificados patrões ou patroas (11) que exerciam ou exerceram funções reconhecidas como de ajuda material e de serviços (10), guia cognitivo e de conselhos (5), apoio emocional (2) e/ou companhia social (1). No que concerne à ajuda material e de serviços, destacou-se a importância dos “patrões” e “patroas”, desde o simples fato de terem oferecido a oportunidade de emprego às participantes do estudo, até suas contribuições com doações de roupas ou alimentos à família destas:

Olha, apareceu em boa hora esse serviço dela [patroa], já vai me ajudar um pouquinho mais. [...] Já foi uma ajuda, porque eu tava apavorada como é que eu fazer com 350 [reais], porque pra três guris, né. Porque eu pego a pensão só do F. [filho, 11 anos], e o pai do H. [filho, 11 meses] preso. (Camélia)

[Patrões] Ajudam materialmente, ajudam bastante. Ah, em tudo. Roupa, calçado, materiais pra dentro de casa, tudo, Comida, dinheiro, tudo, tudo, eles ajudam. (Violeta)

Tem meus patrão, que desde que eu entrei lá, eles sempre me ajudaram. Se precisasse faltar, se eu precisasse adiantamento, se eu precisasse que eles pegassem remédio [...]

Se precisava de remédio, eles me adiantam o salário pra eu poder comprar. (Rosa)

Além dos deveres relacionados ao pagamento pelos serviços prestados ou às doações oferecidas, alguns patrões auxiliavam as mulheres do presente estudo através da compreensão, consolo e empatia às suas fragilidades e de suas famílias, demonstrando-se interessados e preocupados com sua situação. Além disso, lhes forneciam modelos de conduta, dividindo opiniões, sugestões e recomendações a respeito de seus modos de vida:

A M. [patroa] é um exemplo. É uma pessoa que sempre que eu preciso tal coisa, ela 'Ai Melissa, eu te adotei como minha filha'. E, bem ou mal, quando a gente tá conversando, eu peço conselho pra ela. Eu adotei eles como a minha família, com quem eu tô sempre conversando, sempre dando risada. (Melissa)

Tem a minha patroa. Ela me ajudou quando a D. tava com uns bichinho na cabeça. Meu guri me ligou sábado dizendo que ela tava chorando de dor de cabeça. [...] Bom, ela [patroa] pegou e me mandou de tele moto aqui pra casa pra cuidar dela. . Aí ela [patroa] foi muito importante (Magnólia)

Tem, a Y. [ex patroa]. Dentro do círculo bem mais perto. [...] O importante dela é que ela não me tratava como empregada, me tratava como alguém da família. Ela não via em mim só a limpeza da casa dela, ela via amizade. Ela era muito problemática, então, ela desabafava comigo coisas que ela não conseguia desabafar com ninguém. [...] Tinha uma relação muito boa, muito boa mesmo. E tudo que ela podia me ajudar ela me ajudava, e o que ela também não podia, ela tentava achar uma forma de ajudar. Material, espiritual, conselhos, moral ela tentava levantar. (Violeta)

Sobre esses aspectos, o estudo de Álvares (2003) com mulheres/mães chefes de família na cidade de Uberaba (MG) também evidenciou que os patrões destas mulheres contribuíam de forma material com a manutenção de suas famílias. Assim, o auxílio prestado referia-se a doação de objetos, roupas, calçados e alimentos. Também Favaro (2009)

identificou que mulheres chefes de famílias monoparentais de baixa renda em Campinas (SP) podiam contar com a ajuda de pessoas com quem trabalhavam ou trabalharam em suas redes sociais. O auxílio recebido referia-se principalmente a alimentos ou dinheiro (adiantamento do salário), mas houve casos em que as mulheres também contaram com ajuda para, por exemplo, recolher as informações e a documentação necessária para a participação de sorteios de casas populares, o que pode demonstrar preocupação para com as condições de vida de suas famílias.

Faz-se necessário destacar que a área de relações de trabalho foi a com menos vínculos identificados nas redes das participantes em geral, o que permite exemplificar a realidade do desemprego ou fragilidade das ocupações de muitas destas: *“É difícil ter um serviço de carteira assinada pra ganhar um pouco mais”*. (Camélia)

O que falta mesmo é serviço fixo, muito bom, pra sair do vermelho, daí melhora [risos]. [...] A dificuldade é mais no de trabalho, pra poder manter a casa, pra ter as coisas. E trabalhando tu tens como ter as coisas que tu queres fazer. [...] O bom seria se fosse um trabalho fixo. Que daí com certeza tu tem os teus direitos que tu vai receber. Porque, às vezes, chamam a gente, mas não tem nada, te pagam pouco. Agora mesmo essa semana, cuidei de um gurizinho de uma amiga minha por 14 dias que a parente dela ia sair de férias. É pouco, mas já dá. (Hortênsia)

Entende-se que a dificuldade em conseguir vínculo empregatício pode envolver fatores como a baixa escolaridade das mulheres responsáveis por famílias em situação de vulnerabilidade social ou a necessidade de flexibilidade de horários, tendo em vista a necessidade de atender as demandas familiares. Neste tocante, Perucchi e Beirão (2007), identificaram que, frente à responsabilidade de sustento do lar, mulheres chefes de família catarinenses assumiam múltiplas jornadas de trabalho, em trabalhos formais e informais, de atividades com e sem registro na carteira de trabalho e, geralmente, na área de prestação de

serviços. Ainda, Pinto et al. (2011) evidenciaram que um possível empecilho às mulheres chefes de família residentes em Santos (SP) para conseguirem trabalhos melhores era a necessidade de cuidar dos filhos, precisando de horários mais flexíveis.

5. Ausência ou insuficiência das redes pessoais

Esta categoria engloba indicadores que demonstram a ausência ou a insuficiência das redes pessoais, o distanciamento ou a pouca busca pela rede por parte das participantes, bem como os indicativos de pouco convívio social, mencionados nas diferentes relações das participantes (familiares, amizades, comunitárias ou de trabalho):

Foi o que eu te disse no começo, ia sair meia dúzia de gato pingado [no mapa de rede]. [...] Eu sei que é [pouco]. Eu sei que não fazem por mim. Fazem por causa deles [filhos], não por mim. Ninguém faz nada por mim. (Magnólia)

Pessoas pra ajudar nunca têm. É difícil. [...] São essas pessoas [no mapa de redes], é poucos, mas é só [risos]. Mas são só esses que eu converso. São só esses. Eu sair de casa mesmo, não saio de casa. É bem difícil. Só dentro de casa mesmo. (Hortênsia)

Neste tocante, Grzybowski (2002), em estudo com mulheres porto-alegrenses divorciadas que compunham famílias monoparentais junto aos filhos, evidenciou a insatisfação com o apoio recebido, seja proveniente de profissionais, familiares ou de amizades. Conforme a autora, as mulheres não se apresentavam satisfeitas com os relacionamentos sociais e, assim, demonstravam tendência a centrarem-se no relacionamento com o(s) filho(s), vivenciando um superinvestimento na maternidade. Já o estudo de Hudson, Campbell-Grossman, Keating-Lefler e Cline (2008), realizado com mães solteiras norte americanas de baixo nível socioeconômico, constatou que estas apresentavam sofrimento, frente ao pouco apoio que recebiam durante a transição para a maternidade, ao desconhecimento dos recursos existentes na comunidade ou de como acessá-los efetivamente.

Por outro lado, cabe refletir a respeito das fronteiras do sistema familiar das participantes do estudo. Conforme Minuchin (1982), os limiões e delimitações entre o sistema família em relação a outros sistemas circundantes, por exemplo, correspondem às fronteiras, ou seja, às marcações que delimitam tanto o que não deve ser ultrapassado, quanto às condições em que pode existir maior permeabilidade. Assim, as fronteiras correspondem às regras que definem quem participa e de que maneira na vida familiar, possuindo a função de proteger a diferenciação do sistema (Minuchin, 1982). Entende-se, portanto, que as redes pessoais configuradas serão maiores ou menores dependendo do tipo de fronteira. Assim, apesar das participantes do presente estudo não terem indicado de forma direta fechamento ou pouca permeabilidade de suas redes, pode-se refletir sobre em que medida admitem a entrada de pessoas em suas redes e quais as condições desta participação, tendo em vista que podem sentir-se julgadas ou questionadas quanto a forma com que desempenham a maternidade, por exemplo.

Por fim, pode-se refletir sobre a forma como a própria situação de vulnerabilidade social pode reduzir as capacidades relacionais dos sujeitos e famílias. Conforme Cronemberger e Teixeira (2013), a situação de vulnerabilidade social caracterizada por condições adversas de vida, somada à luta pela sobrevivência diante da pobreza e miséria, levam à quebra ou enfraquecimento de vínculos relacionais, sociais e familiares, ao abandono ou à ausência de cuidados.

Constatou-se que a insuficiência de apoio recebido desencadeava sentimentos de solidão e desamparo em algumas das participantes do presente estudo:

Eu me considero sozinha. Por mais que eu esteja morando lá [ao lado da mãe e irmãos], eu tô sozinha. Por que às vezes a gente pede assim: 'Ah, fica com ela', pra eu poder fazer alguma coisa, já fazem cara feia. É assim. Então, eu acho que eu moro com eles, mas eu me considero sozinha mesmo. (Lís)

Para mim foi bom [participar dessa entrevista], porque às vezes é necessário tu conversar com alguém, principalmente eu que me sinto muito oprimida, assim, dentro de casa. Não tem ninguém. Tu te sente sozinha. Aí, então, quando chega alguém para conversar, que tu possa contar um pouco da tu vida, já um momento em que tu desabafa um pouco. [...] Eu não saio de casa. Fico só aqui no pátio. Não sou de andar na casa dos outros, nada assim. Ninguém vem aqui também. É só 'oi, tudo bom' na rua e deu. [...] [Impressões sobre o mapa de rede] Eu gostaria de ter mais pessoas que pudesse falar, mas não tem. De amizade, da vizinhança, mais família próxima também. Porque têm muitas famílias que são unidas e a minha não é assim.

(Margarida)

Sobre o impacto da ausência ou precariedade das redes sociais nas famílias monoparentais norte americanas de baixa renda, o estudo de Green e Rodgers (2001) apontou para a importância do sentimento de pertença como fator de proteção e promoção de saúde. Isto porque os resultados do estudo sugeriram que a incapacidade de formar e manter relações seguras pode resultar em uma variedade de problemas psicológicos, como aumento do estresse, ansiedade e depressão nas mães solteiras que vivem nesse contexto.

Sentimentos de sobrecarga e cansaço relacionados a um acúmulo de funções frente à insuficiência de recursos a serem acionados pelas participantes do estudo foram constatados:

Ah, tem dias que a cabeça roda. Tem dias que eu fico bem cansada [...] Tem dias que até o psicológico tá... Tem dias que eu levanto já com aquela ansiedade, aquela vontade de chorar. Porque é difícil tu estar, muitas vezes, dependendo dos outros. [...] Muitas vezes faltava até alimento pras crianças, porque eu não podia fazer uma faxina, porque não me ajudavam a cuidar das crianças pra eu poder ir fazer.

(Camélia)

[Como você se sente com isso?] *Cansada. É bem complicado, porque a gente tem que fazer uma coisa, tem que ficar pensando como é que a gente vai fazer, com quem que vai deixar, pra quem vai ter que pedir. [...] É difícil. Porque por mais que eu tenha gente lá comigo, eles não perguntam pra mim: 'Ah, deixa que eu fico um pouquinho pra ti descansar [sem os filhos], pra ti tomar um café'. Não, não é assim. [...] Eu sei que eu tô fazendo as coisas certas, mas é que às vezes é difícil. Eu tô sozinha. [emoção]. [...] Eu acho que devia ter mais pessoas [no mapa de rede]. Não sei, acho que deveria ter mais. (Lís)*

Mulheres responsáveis por famílias monoparentais femininas, sobretudo em situação de vulnerabilidade social, vivenciam sobrecarga de funções, no que precisam assumir o sustento do lar e a educação dos filhos, frente a empregos mal remunerados e sem o suporte paterno para a partilha das responsabilidades no cuidado com estes (Cúnico & Arpini, 2014; Perucchi & Beirão, 2007). Somado a isto, a condição de monoparentalidade demanda a organização dos diferentes domínios da vida das mulheres responsáveis por estas, bem como uma logística mais complexa e elaborada da rotina familiar (Verza, Sattler & Strey, 2015), reorganização do tempo e adoção de diferentes funções a fim de contemplar as demandas familiares (Rosado et al, 2011).

A respeito do cansaço evidenciado por algumas participantes do presente estudo, relacionado à sobrecarga e frente à insuficiência de apoio, o estudo norte-americano de Koulouglot, Cole e Moskow (2011), ao abordar os desafios da manutenção das rotinas diárias nas famílias monoparentais também identificou que as figuras maternas se deparavam com a falta de energia para gerenciarem as demandas de seus filhos. Somado a isto, fatores como a falta de apoio familiar e a pressão financeira exacerbavam suas dificuldades cotidianas. Ainda, Olhaberry e Farkas (2012), em estudo realizado com díades (mães e criança) chilenas, comparou o estresse materno vivenciado durante a criação dos filhos em famílias nucleares e

em famílias monoparentais, constatando maiores níveis de estresse em mães de famílias monoparentais de baixo nível socioeconômico. O estresse estava predominantemente relacionado à percepção de si em seu papel materno e a dificuldades na interação com a criança.

Frente às dificuldades vivenciadas e ao pouco apoio recebido, ressalta-se que uma das participantes deste estudo evidenciou a busca pela espiritualidade e a religião como um fator de amparo e conforto:

Sou só eu pra cuidar, pra tudo. Então não tem, não adianta contar com ninguém, somente sou eu mesmo. [...] É muito difícil. É difícil tu ordenar a casa e ordenar eles, é muito puxado. Tem horas que tu entra em desespero, mas é como eu te disse, aí tu busca ajuda em Deus. É a única coisa que me levanta, que me ajuda, é a parte da evangelização. Me dá o apoio que eu necessito, porque no ser humano tu não encontrou aquele apoio que tu precisava. [...] E eu não gosto muito de tá pedindo pra parente. Eu gosto de ir a luta por mim. Lutar, trabalhar, é isso que eu gosto, adoro fazer isso. É o que eu mais gosto de dizer: 'Eu tô dando o alimento pros meus filhos'. Não vai chegar ninguém no meu portão dizendo que tá sustentando meus filhos por mim. Eu sustento, eu posso trabalhar. Enquanto Deus me der saúde e força, eu vou vencendo as batalha dessa vida. (Violeta)

Em consonância, o estudo de Rosado et al. (2011) sobre a administração dos diferentes domínios da vida de mulheres detentoras da guarda dos filhos, residentes no município de Viçosa (MG), também revelou que a condição de monoparentalidade e dificuldades vivenciadas levou-as à busca pela espiritualidade, sendo que as participantes do estudo aumentaram sua frequência à igreja, o que impactou positivamente em suas vidas conforme suas percepções.

Considerações finais

Tendo em vista a presença de famílias monoparentais femininas vivendo em situação de vulnerabilidade social dentre as configurações familiares brasileiras, este estudo buscou entender, em termos de estrutura, organização e funções, a dinâmica das redes pessoais significativas para o desempenho da maternidade das mulheres/mães responsáveis por estas famílias. A importância das redes sociais significativas nesse contexto foi reconhecida, sendo que familiares, amigos, vizinhos, patrões e profissionais/serviços participavam de diferentes formas na manutenção das famílias e no desempenho da maternidade.

Pode-se destacar, principalmente, a ajuda material e de serviços, através do fornecimento de alimentos, roupas e calçados, por exemplo, importantes à manutenção e sobrevivência familiar; a companhia social, caracterizando o compartilhamento com as participantes da sua rotina cotidiana; o apoio emocional, relevante ao enfrentamento dos sentimentos de sobrecarga e às histórias de vida marcadas por fragilidades mediante o acolhimento e empatia para com estas questões; o auxílio como guia de conselhos, importante à educação dos filhos; e a regulação social, reafirmando os papéis e as responsabilidades das mães para com seus filhos e prevenindo-os de situações de risco. Contudo, o isolamento social, sentimentos de solidão e de que as redes eram insuficientes também foram verificados a partir das percepções das participantes.

Considera-se importante conferir visibilidade às redes pessoais significativas das mulheres responsáveis por famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social, no que estas redes se encontram atreladas à promoção de saúde e desenvolvimento em contextos adversos. Assim, entende-se que as redes possam favorecer o empoderamento dessas mulheres, sendo reconhecidas enquanto potencialidades presentes no contexto de suas próprias famílias e tendo em vista a possível fragilização de seus vínculos de convivência. Além disso, considera-se que o apoio ofertado pelas redes sociais pode repercutir de maneira positiva no comportamento materno, no que as mulheres/mães podem se sentir mais

amparadas ou legitimadas no exercício das funções parentais.

Somado a isto, entende-se a relevância de se ampliar os estudos sobre as redes pessoais significativas a fim de fomentar práticas profissionais que as incluam nas intervenções e estratégias. Em especial, defende-se a consideração das redes no fazer dos profissionais que atuam com famílias em situação de vulnerabilidade social na política de assistência, tendo em vista o seu compromisso com o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Neste tocante, faz-se necessário superar noções que pessoalizam na mulher a responsabilidade familiar, pelo lar e pelos filhos, o que contribui para a sua sobrecarga e ao superinvestimento na maternidade, entendendo que demais esferas sociais, como o pai, a família extensa, a comunidade, as escolas, as agências de saúde e assistência social e o Estado devem ser também responsabilizados.

Entende-se que o presente estudo avançou em conhecimento científico relacionado às redes sociais à maternidade em famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social. Contudo, cabe ressaltar que os resultados da presente pesquisa referem-se a um momento específico na vida das participantes e que pesquisas futuras podem concentrar-se em diferentes períodos de tempo, a fim de verificar a mobilização das redes conforme o passar do tempo e modificação das demandas do ciclo vital das famílias. Ainda, entende-se que são válidos e necessários estudos que investiguem a dinâmica das redes em outros contextos familiares, sociais, culturais e econômicos, tendo em vista a ampla diversidade de arranjos familiares e seus contextos de vida no Brasil.

Referências

Álvarez, L. C. (2003). *Famílias monoparentais femininas: um olhar sobre este arranjo familiar na cidade de Uberaba – MG*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós - Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista - UNESP, Franca, SP, Brasil. Recuperado de: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/98552>

- Almeida, L. S. de. (2007). Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. *Revista do Departamento de Psicologia. UFF*, 19(2), 411-422.
doi: [10.1590/S0104-80232007000200011](https://doi.org/10.1590/S0104-80232007000200011)
- Azeredo, V. G. (2010). Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres. *Serviço Social & Sociedade*, (103), 576-590. doi: [10.1590/S0101-66282010000300009](https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000300009)
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bardin, L. (2006). *Análise de conteúdo*. (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70. (Texto original publicado em 1977).
- Bem, L. A., & Wagner, A. (2006). Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em famílias de baixo nível socioeconômico. *Psicologia em Estudo*, 11(1), 63-71. doi: [10.1590/S1413-73722006000100008](https://doi.org/10.1590/S1413-73722006000100008)
- Bradt, J. O. (1995). Tornando-se pais: famílias com filhos pequenos. (pp.206-222). In: B. Carter, & M. McGoldrick. (Orgs.). *As mudanças no Ciclo de Vida Familiar: Uma estrutura para a terapia familiar*. 2 ed. Porto Alegre: Artmed.
- Carloto, C. M. (2005). A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. *Revista Virtual Textos & Contextos*, X(4), 1-17. Recuperado de: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/994/774>
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. (pp. 07-28). In B. Carter, & M. McGoldrick (Orgs.). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed.
- Costa, F. A. O., & Marra, M. M. (2013). Família brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 21(1), 141-156. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicodrama/v21n1/a11.pdf>

- Cronemberger, I. H. G. M., & Teixeira, S. M. (2013). Famílias vulneráveis como expressão da questão social, à luz da política de assistência social. *Revista eletrônica Informe Econômico*, 1(1), 17-26. Recuperado de:
<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/economiaufpi/article/view/1267/990>
- Cúnico, S. D., & Arpini, D. M. (2014a). Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. *Aletheia*, 43(44), 37-49. Recuperado de:
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n43-44/n43-44a04.pdf>
- Cúnico, S. D., & Arpini, D. M. (2014b). Conjugalidade e parentalidade na perspectiva de mulheres chefes de família. *Psicologia em Estudo*, 19(4), 693-703. doi: [10.1590/1413-73722418811](https://doi.org/10.1590/1413-73722418811)
- Cúnico, S. D., & Arpini, D. M. (2016). Significados de paternidade em famílias monoparentais femininas. *Psicologia em Pesquisa*, 10(2), 40-48. doi: [10.24879/201600100020058](https://doi.org/10.24879/201600100020058)
- Fonseca, F. F., Sena, R. K. R., & Santos, R. L. A. dos., Dias, O. V., & Costa, S. de M. (2013). As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. *Revista Paulista de Pediatria*, 31(2), 258-264. doi: [10.1590/S0103-05822013000200019](https://doi.org/10.1590/S0103-05822013000200019)
- Fontanella, B. J. B., Ricas, J., & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: Contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, 24(1), 17-27. doi: [10.1590/S0102-311X2008000100003](https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008000100003)
- Gil, A. C. (2010). *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 5ª ed. São Paulo: Atlas.
- Gómez, E., Muñoz, M. M., & Haz, A. M. (2007). Familias Multiproblemáticas y en Riesgo Social: Características e Intervención. *Psykhé (Santiago)*, 16(2), 43-54.
doi: [10.4067/S0718-22282007000200004](https://doi.org/10.4067/S0718-22282007000200004)
- González-Rey, F. L. (2011). *Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios*. São

- Paulo: Cengage Learning.
- Green, B. L., & Rodgers, A. (2001). Determinants of Social Support Among Low-Income Mothers: A Longitudinal Analysis. *American Journal of Community Psychology*, 29(3), 419-440. doi: [10.1023/A:1010371830131](https://doi.org/10.1023/A:1010371830131)
- Grzybowski, L. S. (2002). Famílias monoparentais – Mulheres divorciadas chefes de família. (pp. 39-53). In: A. Wagner. (Org.). *Família em cena: Tramas, Dramas e Transformações*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Guest, G., Bunce, A., & Johnson, L. (2006). How many interviews are enough? An experiment with data saturation and variability. *Field Methods*, 18(1), 59-82. doi: [10.1177/1525822X05279903](https://doi.org/10.1177/1525822X05279903)
- Hoghugh, M. (2004). Parenting – An introduction. (pp. 07-28). In: M. Hoghugh & N. Long (Eds.). *Handbook of parenting: theory and research for practice*. London: SAGE Publications.
- Hudson, D. B., Campbell-Grossman, C., Keating-Lefler, R., & Cline, P. (2008). New mothers network: the development of an internet-based social support intervention for African American mothers. *Issues in Comprehensive Pediatric Nursing*, 31(X), 23-35. doi: [10.1080/01460860701877183](https://doi.org/10.1080/01460860701877183)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2016). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado de: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>
- Isotton, R., & Falcke, D. (2014). Quando um dos Genitores Detém a Guarda dos Filhos: Que Configuração Familiar É Essa? *Pensando Famílias*, 18(1), 92-106. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v18n1/v18n1a09.pdf>
- Kehl, M. R. (2003). Em defesa da família tentacular. (pp. 163-176). In: G. C. Groeninga, & R.

- C., Pereira (Orgs.), *Direito de Família e Psicanálise: Rumo a uma nova epistemologia*. Rio de Janeiro: Imago.
- Koulouglioti, C., Cole, R., & Moskow, M. (2011). Single Mothers' Views of Young Children's Everyday Routines: A Focus Group Study. *Journal of Community Health Nursing*, 28(X), 144-155. doi: [10.1080/07370016.2011.589236](https://doi.org/10.1080/07370016.2011.589236)
- Laville, C., & Dionne, J. (1999). *A construção do saber*. Belo Horizonte: UFMG.
- Lima, J. Á. (2013). Por uma análise de conteúdo mais fiável. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 47(1), 7-29. Recuperado de <http://impactum-journals.uc.pt/rppedagogia/article/view/1794>
- Minayo, M. C. S. (2014). *O Desafio do conhecimento*. 14a Ed. São Paulo: Hucitec.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2005). *Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004)*. Recuperado de: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: funcionamento & tratamento*. (Trad. Jurema Alcides Cunha). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Moreira, M. I. C. (2013). *Novos rumos para o trabalho com famílias*. São Paulo: Associação dos Pesquisadores de Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente – NECA. Recuperado de: <http://www.neca.org.br/wpcontent/uploads/novos%20rumos%20para%20o%20trabalho%20com%20familias.pdf>
- Morin, E. (2015). *Introdução ao pensamento complexo*. 5a Ed. Porto Alegre: Sulina.
- Muñoz, L. A., Sanchez, X., Arcos, E., Vollrath, A., & Bonatti, C. (2013). Vivenciando a maternidade em contextos de vulnerabilidade social: uma abordagem compreensiva da fenomenologia social. *Revista Latino Americana de enfermagem*, 21(4): [07telas].

Recuperado de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281427992012>

Nunes, C., & Ayala-Nunes, L. (2015). Famílias em risco psicossocial: desafios para a avaliação e intervenção. *Psicologia da Criança e do Adolescente*, 6(1), 95-107.

Recuperado de: <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/rpca/article/view/1973/2090>

Olhaberry, M., & Farkas, C. (2012). Estrés materno y configuración familiar: estudio comparativo em famílias chilenas monoparentales y nucleares de bajos ingresos.

Universitas Psychologica, 11(4), 1317-1326. Recuperado de:

<http://www.scielo.org.co/pdf/rups/v11n4/v11n4a24.pdf>

Oliveira, T. M. V. de. (2001). Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. *Administração*

OnLine, 2(3), X. Recuperado de: http://www.fecap.br/adm_online/art23/tania2.htm

Perucchi, J., & Beirão, A. M. (2007). Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. *Psicologia Clínica*, 19(2), 57-69. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652007000200005>

Pinto, R. M. F., Micheletti, F. A. B. O., Bernardes, L. M., Fernandes, J. M. P. A., Monteiro, G. V., Silva, M. L. N, Barreira, T. M. H. M., Makhoul, A. F., & Cohn, A. (2011).

Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social.

Serviço Social & Sociedade, (105). 167-179. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101->

[66282011000100010](http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000100010)

Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. (2016, 07 de abril). Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Conselho Nacional de Saúde.

Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Recuperado de:

<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>

Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. (2012, 12 de dezembro). Dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos. Conselho Nacional de Saúde.

Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Recuperado de:

<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>

Rosado, A. P. N., Teixeira, K. M. D., Loreto, M. D. S., & Andrade, V. D. A. (2011).

Administração dos diferentes domínios da vida: vivências e percepções das detentoras da guarda dos filhos. *Textos & Contextos*, 10(2), 371-387. Recuperado de:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/9558/7340>

Romanelli, G. (2002). Autoridade e poder na família. (pp. 73-88). In: M. C. B. Carvalho (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Educ; Cortez.

Shook, S. E., Jones, D. J., Forehand, R., & Dorsey, S. (2010). The mother-coparent relationship and youth adjustment: a study of African American single-mother families. *Journal of Family Psychology*, 24(3), 243-251. doi: [10.1037/a0019630](https://doi.org/10.1037/a0019630)

Sluzki, C. E. (1997). *A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Soares, S. da S., Pedrosa, M. I. P. de C. (2014). *A rede de cuidadores de crianças em uma comunidade de baixa Renda*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil. Recuperado de:

<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16576>

Vasconcellos, M. J. E. (2009). *Pensamento sistêmico - O novo paradigma da ciência*. 8a Ed. Campinas, SP: Papyrus.

Verza, F., Sattler, M. K., & Strey, M. N. (2015). Mãe, mulher e Chefe de Família: Perspectivas de Gênero na Terapia Familiar. *Pensando Famílias*, 19(1), 46-60. Recuperado em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n1/v19n1a05.pdf>

Wottrich, S. H., & Arpini, D. M. (2014). Cuidados Necessários à Infância: um estudo com mães coletadoras de material reciclável. *Temas em Psicologia*, 22(2), 471-482. doi:

<http://dx.doi.org/10.9788/TP2014.2-16>

Yazbek, M. C. (2001). Pobreza e exclusão: expressões da questão social no Brasil.

Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social,
2(3), 33-40.

Yunes, M. A. M., Garcia, N. M., & Albuquerque, B. M. (2007). Monoparentalidade, Pobreza e Resiliência: entre as crenças dos profissionais e as possibilidades de convivência familiar.

Psicologia: Reflexão e Crítica, 20(3), 444-453. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722007000300012>

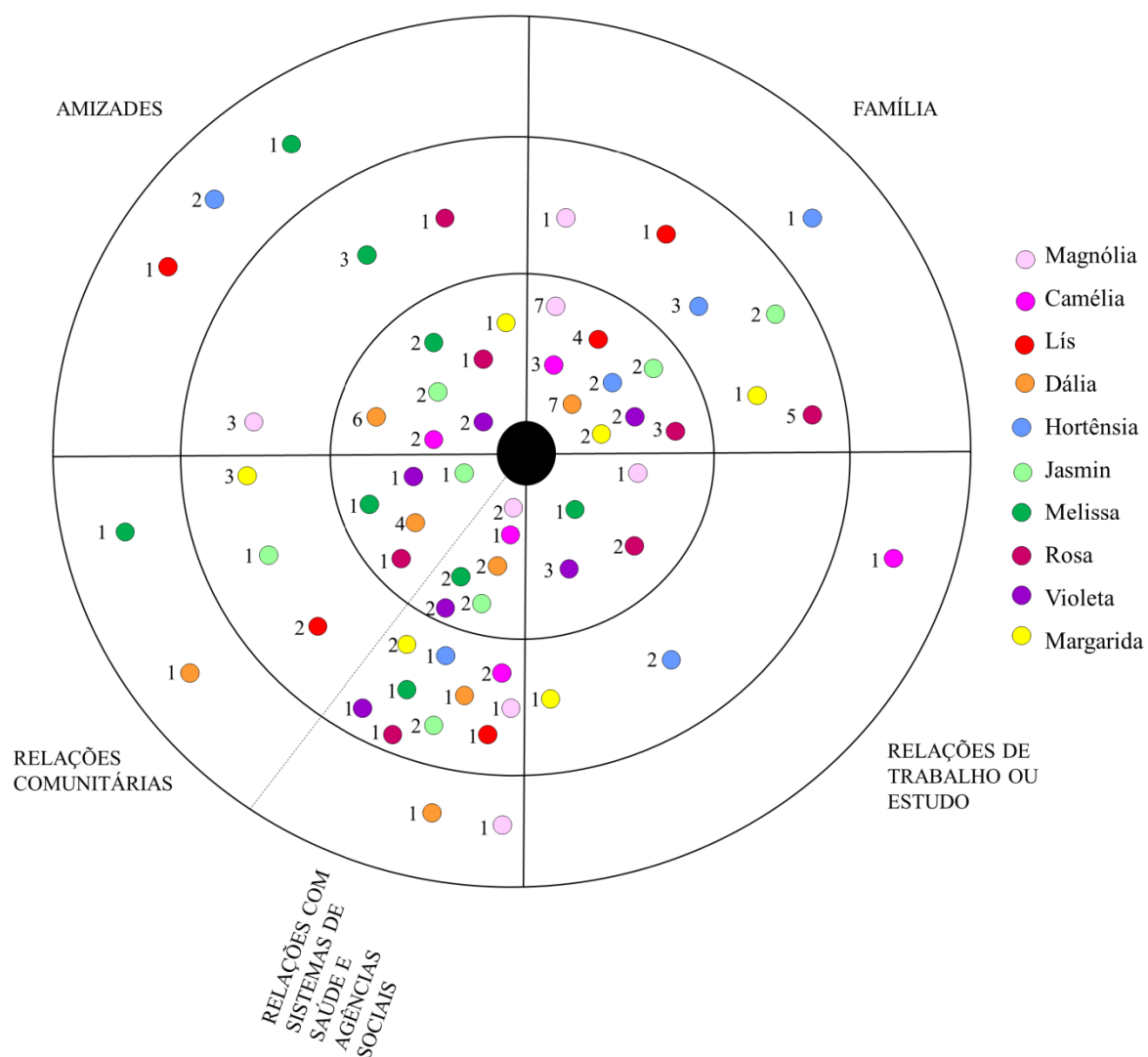


Figura 1 Mapa Geral das participantes

As participantes do estudo estão representadas no Mapa Geral através de diferentes cores, conforme a legenda. A frequência de aparição dos vínculos que compõem suas redes, por sua vez, é apresentada com os numerais correspondentes e respeitando o posicionamento indicado pelas participantes com base no nível de relacionamento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender a dinâmica das redes pessoais significativas para o desempenho da maternidade em famílias monoparentais femininas em situação de vulnerabilidade social. Para isto, buscou-se conhecer as atividades cotidianas maternas desenvolvidas pelas mulheres/mães responsáveis por estas famílias e os significados por elas atribuídos à maternidade.

Quanto às atividades parentais desenvolvidas pelas mães no cotidiano junto aos filhos, tiveram destaque os cuidados físicos desempenhados, ou seja, àqueles relacionados à sobrevivência, incluindo a alimentação, a higiene, vestimentas, prevenção de doenças e a proteção quanto ao ambiente. Somado a isto, destaca-se que as mães puderam extrapolar estes cuidados básicos, também conferindo importância e empenhando-se nos cuidados emocionais, sociais e intelectuais para com os filhos. Assim, buscavam estar atentas aos sentimentos e comportamentos dos filhos, respeitando-os enquanto sujeitos, conferir-lhes afeto e carinho, favorecendo a interação e vinculação com eles. Também asseguravam o não isolamento de seus filhos, encorajando sua convivência com outras crianças e parentes, a prática do brincar e o convívio em espaços externos à casa. Ainda, as mães demonstraram preocupação em acompanhar os estudos e tarefas escolares dos filhos, a fim de que estes adquirissem conhecimentos educacionais e futuras competências valorizadas pelo mercado de trabalho.

Também, identificou-se que o desempenho da maternidade das participantes do estudo envolveu a educação de regras e limites, relacionados à disciplina e valores aos filhos. Observou-se a dificuldade no âmbito disciplinar na criação dos filhos para algumas mães e menções à (não) participação de figuras masculinas como referências de autoridade. Apesar de algumas mães relatarem práticas parentais como ameaças e o bater, considera-se relevante o entendimento da maioria de que estas estratégias não deveriam ser as primeiras opções, valendo priorizar o diálogo com os filhos, ainda que reconhecessem essa última estratégia como pouco eficaz em algumas situações. Quanto à educação de valores, as mães atribuíram grande importância ao estudo como garantia de melhores condições de vida no futuro e destacaram a busca por ensinar valores de honestidade, respeito e maneiras de se portarem no mundo e na sociedade.

Aos aspectos de cuidados e educação referidos estavam atrelados os significados da maternidade. As participantes do estudo consideravam o desempenho de múltiplas tarefas como funções maternas, sendo outros atores, como o pai, secundários nesse aspecto. A figura materna foi, portanto, considerada central na família. Contudo, assim como as mães

reconheciam a importância de suas atribuições e a satisfação em serem mães, elas também evidenciaram as dificuldades em criar os filhos na ausência dos companheiros e frente à situação de vulnerabilidade social, expostas à pobreza e à ambientes de violência e drogadição, por exemplo. Identificou-se, contudo, a potencialidade das mães no exercício das funções de cuidado, proteção e educação dos filhos, ainda que suas famílias estivessem expostas a fatores de risco.

A grande relevância das redes sociais significativas pode ser reconhecida no contexto estudado, sendo que se constatou que familiares, amigos, vizinhos, patrões e profissionais/serviços participavam de diferentes formas no desempenho da maternidade para as participantes do estudo. Recebeu destaque a ajuda material e de serviços, através do fornecimento de alimentos, roupas e calçados, por exemplo, importantes à manutenção e sobrevivência familiar. Contudo, também se demonstraram essenciais no cotidiano das famílias o apoio emocional, mediante o acolhimento e empatia, relevante ao enfrentamento dos sentimentos de sobrecarga e às histórias de vida marcadas por fragilidades; o auxílio como guia de conselhos, importante à educação dos filhos; e a regulação social, reafirmando os papéis e as responsabilidades das mães para com seus filhos e prevenindo-os de situações de risco.

Contudo, não se pode desconsiderar o sentimento de solidão expresso pelas mães participantes e a percepção de que as redes que dispunham eram insuficientes. Entende-se a importância de conferir visibilidade às redes pessoais significativas das mulheres responsáveis por famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social, no que estas se encontram atreladas à promoção de saúde e desenvolvimento em contextos adversos. Assim, reconhece-se que as redes contribuem com o desempenho das atividades parentais de cuidados e educação, favorecendo o desenvolvimento dos filhos, além de poderem ser relacionadas ao empoderamento das mulheres na vivência de suas maternidades e ao empoderamento das famílias, tendo em vista o reconhecimento de potencialidades e estratégias, como as redes pessoais, no seu próprio contexto para resolução de suas problemáticas.

Ainda, entende-se a necessidade de não responsabilização única das mães pela boa saúde e desenvolvimento dos filhos. Percebeu-se no estudo o quanto as mães participantes relataram acreditar que precisam suportar tantas tarefas e demandas sozinhas, sendo que não deveriam precisar suportá-las sem auxílio. Faz-se necessário contrapor discursos que pessoalizem na mulher e mãe a responsabilidade familiar, incluindo o sucesso ou insucesso da família, ao passo em que desresponsabilizam demais esferas sociais, a começar pelo pai, seguido da família, comunidade, escolas, agências de saúde e assistência social.

Ainda, faz-se essencial o reconhecimento de que as famílias vivenciam uma falha social, macro sistêmica, relacionada ao contexto social amplo, que precisaria ser mais reconhecida e foco de ações de apoio mais efetivas por parte do Estado. Assim, deve-se fornecer suporte às famílias em situação de vulnerabilidade social e de camadas populares, superando noções simplistas de que a parentalidade nestas estaria associada em si a *déficits* ou a problemas, ainda que devam ser reconhecidos os fatores de risco ao desenvolvimento dos sujeitos imersos em contextos adversos.

Entende-se, portanto, o desafio de construção da maternidade no contexto de monoparentalidade e em situação de vulnerabilidade. Pode-se conjecturar que as mulheres que se dispuseram a participar deste estudo foram aquelas que avaliavam desempenhar a maternidade de forma satisfatória, ao passo que outras mães que não se dispuseram a participar eventualmente compreendessem suas vivências como passíveis de questionamentos ou julgamentos. Em relação a isto, cabe considerar a dificuldade de identificar participantes para este estudo a partir dos CRAS. Tal dificuldade se deveu ao pouco conhecimento dos profissionais em relação às famílias vinculadas ao território de abrangência do CRAS, devido às trocas de equipe ocorridas no período das coletas, à baixa procura das famílias aos serviços e ao possível olhar das participantes para as agências sociais como órgãos de controle e até mesmo de punição, associado, então, à pesquisadora.

Como contribuições do presente estudo, considera-se que este possibilitou a ampliação do conhecimento científico sobre a dinâmica das redes pessoais significativas para o desempenho da maternidade nas famílias monoparentais femininas em situação de vulnerabilidade social. Entende-se que isto pode colaborar para o desenvolvimento de práticas profissionais mais efetivas junto às políticas públicas que amparam famílias em situação de vulnerabilidade social no Brasil, as quais venham a considerar, por exemplo: as diferentes esferas sociais (instituições, escolas, família extensa, por exemplo), importantes à manutenção familiar, que podem ser acionadas; e a necessidade de desenvolver programas parentais a fim de amparar as mães no exercício de suas funções e que favoreçam a maior legitimação social da maternidade solteira por elas vivenciada.

Por fim, cabe destacar que as compreensões sobre a temática em foco aqui apresentadas não esgotam a sua complexidade, fazendo-se necessária a realização de novos estudos. Somado a isto, algumas sugestões podem ser indicadas para se avançar em pesquisas futuras: (a) ampliação da amostra estudada, com a finalidade de oferecer dados generalizáveis; (b) novos estudos concentrarem-se em diferentes períodos de tempo, a fim de verificar a mobilização das redes conforme a modificação das demandas do ciclo vital das

famílias; e (c) investigação da dinâmica das redes em outros contextos familiares, sociais, culturais e econômicos, devido ao reconhecimento da diversidade de arranjos familiares presentes na contemporaneidade e das diversas condições em que vivem no país, visando a compreensão a maternidade também em outros contextos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. P.; CÚNICO, S. D.; SMANIOTTO, A. C.; PILECCO, M. B.; ARPINI, D. M. O mito do amor materno e sua implicação nas decisões judiciais. In: ARPINI, D. M.; CÚNICO, S. D. (Orgs.). **Novos olhares sobre a família**: aspectos psicológicos, sociais e jurídicos. 1 ed. Curitiba, PR: CRV, 2014, p. 55-70.
- AMAZONAS, M. C. L. de A.; DAMASCENO, P. R., TERTO, L. de M. de S.; SILVA, R. R. da. Arranjos familiares de crianças das camadas populares. **Psicologia em Estudo**, v. 8, n. X, p. 11-20, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722003000300003&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 10 novembro 2017.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2 ed. (D. Flaskman, Trad.). Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 2006.
- BEM, L. A.; WAGNER, A. Reflexões sobre a construção da parentalidade e o uso de estratégias educativas em famílias de baixo nível socioeconômico. **Psicologia em Estudo**, v. 11, n. 1, p. 63-71, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n1/v11n1a08.pdf>. Acesso em 01 dezembro 2018.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 17 junho 2017.
- BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da União**. Brasília: DF, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em 17 junho 2017.
- BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Conselho Nacional de Saúde. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em 17 junho 2017.
- BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Conselho Nacional de Saúde. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em 17 junho 2017
- BRASIL. Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Brasília, DF, 2005.
- BÖING, E.; CREPALDI, M. A.; MORÉ, C. L. O. O. A epistemologia sistêmica como substrato à atuação do psicólogo na atenção básica. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 29, n. 4, p. 813-845, 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n4/v29n4a13.pdf>. Acesso em: 22 novembro 2017.

BOSSARDI, C. N.; VIEIRA, M. L. Ser mãe e ser pai: integração de fatores biológicos e culturais. In GOETZ, E. R.; VIEIRA, M. L. (Orgs.). **Novo pai**: percursos, desafios e possibilidades. Curitiba: Juruá, 2015, p. 15-30.

BRADT, J. O. Tornando-se pais: famílias com filhos pequenos. In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. (Orgs.) (2 ed.), **As mudanças no Ciclo de Vida Familiar**: Uma estrutura para a terapia familiar. Porto Alegre, RS: Artmed, 1995, p.206-222.

BREAKWELL, G. M.; ROSE, D. Teoria, Método e Delineamento de Pesquisa. In: BREAKWELL, G. M.; HAMMOND, S.; SMITH, J. A. (Orgs.). **Métodos de pesquisa em psicologia**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010, p. 22-41.

CAIRNEY, J.; BOYLE, M.; OFFORD, D. R.; RACINE, Y. Stress, social support and depression in single and married mothers. **Soc Psychiatry Psychiatr Epidemiol**, v. 38, n. X, p. 442-449, 2003. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12910340>. Acesso em: 06 novembro 2017.

CAMPOS, E. P. **Quem cuida do cuidador?** Uma proposta para os profissionais da saúde. 2. ed. Teresópolis: Unifeso; São Paulo: Pontocom, 2016, 175 f.

CARLOTO, C. M. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. **Revista Virtual Textos & Contextos**, v. X, n. 4, p. 1-17, 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/994/774>>. Acesso em: 17 junho 2017.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar. In CARTER, B.; MCGOLDRICK, M (Orgs.). **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1995, p. 07-28.

CHESTER, C.; JONES, D. J.; ZALOT, A.; STERRETT, E. The Psychosocial Adjustment of African American Youth from Single Mother Homes: The Relative Contribution of Parents and Peers. **Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology**, v. 36, n. 3, p. 356-366, 2007. Disponível em <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17658980>>. Acesso em 03 novembro 2017.

COPELAND, D. B.; HARBAUGH, B. L. Psychosocial differences related to parenting infants among single and married mothers. **Issues in Comprehensive Pediatric Nursing**, v. 33, p. 126-148, 2010. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20649379>. Acesso em: 03 novembro 2017.

COSTA, C. S. L.; CIA, F.; BARHAM, E. J. Envolvimento materno e desempenho acadêmico: comparando crianças residindo com a mãe e com ambos os pais. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**, v. 11, n. 2, p. 339-351, 2007. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pee/v11n2/v11n2a12.pdf>>. Acesso em: 01 outubro 2017.

COSTA, F. A. O.; MARRA, M. M. Família brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. **Revista Brasileira de Psicodrama**, v. 21, n. 1, p. 141-156, 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicodrama/v21n1/a11.pdf>>. Acesso em: 17 junho 2017.

CRONEMBERGER, I. H. G. M.; TEIXEIRA, S. M. Famílias vulneráveis como expressão da questão social, à luz da política de assistência social. *Revista eletrônica informe econômico*. v. 1, n. 1, p. 17-26, 2013. Disponível em: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/economiaufpi/article/view/1267/990>. Acesso em: 05 janeiro 2019.

CÚNICO, S. D.; ARPINI, D. M. Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. **Aletheia**, v. 43, n. 44, p. 37-49, 2014a. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n43-44/n43-44a04.pdf>>. Acesso em: 17 junho 2017.

CÚNICO, S. D.; ARPINI, D. M. Conjugalidade e parentalidade na perspectiva de mulheres chefes de família. **Psicologia em Estudo**, v. 19, n. 4, p. 693-703, 2014b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v19n4/1413-7372-pe-19-04-00693.pdf>>. Acesso em: 17 junho 2017.

CÚNICO, S. D.; ARPINI, D. M. Significados de paternidade em famílias monoparentais femininas. **Psicologia em Pesquisa**, v. 10, n. 2, p. 40-48, 2016. Disponível em: <<https://psicologiaempesquisa.ufjf.emnuvens.com.br/psicologiaempesquisa/article/view/58/33>>. Acesso em: 17 junho 2017.

DARYANANI, I.; HAMILTON, J. L.; ABRAMSON, L. Y.; ALLOY, L. B. Single Mother Parenting and Adolescent Psychopathology. **J Abnorm Child Psychol**, v. 44, n. 7, p. 1411-23, 2016. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/26767832>>. Acesso em: 04 novembro 2017.

DIAS, M. B. **Manual de direito das famílias**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

FONTANELLA, B. J. B., LUCHESI, B. M., SAIDEL, M. G. B., RICAS, J., TURATO, E. R., MELO, D. G. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cadernos de Saúde Pública**. v. 27, n. 2, p. 389-394, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v27n2/20.pdf>>. Acesso em: 27 julho 2018.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, G.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cad. Saúde Pública**, v. 24, n. 1, p.17-27, 2008.

FONSECA, F. F.; SENA, R. K. R.; SANTOS, R. L. A. dos; DIAS, O. V.; COSTA, S. de M. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 31, n. 2, p. 258-264, 2013.

FONSECA, R.; SILVA, P.; SILVA, R. Acordo inter-juízes: o caso do coeficiente Kappa. **Laboratório de Psicologia**, v. 5, n. 1, p. 81-90, 2007.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes,

2015, p. 64-89.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GREEN, B. L.; RODGERS, A. Determinants of Social Support Among Low-Income Mothers: A Longitudinal Analysis. **American Journal of Community Psychology**, v. 29, n. 3, p. 419-440, 2001. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11469115>>. Acesso em: 05 novembro 2017.

GRZYBOWSKI, L. S. Famílias monoparentais – Mulheres divorciadas chefes de família. In: WAGNER, A. (Org.), **Família em cena: Tramas, Dramas e Transformações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 39-53.

GOMES, A. G.; MARIN, A. H.; PICCININI, C. A.; LOPES, R. C. S. Expectativas e sentimentos de gestantes solteiras em relação aos seus bebês. **Temas em Psicologia**, v. 23 n. 2, p. 399-411, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000200011>. Acesso em: 30 setembro 2017.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 79-108.

GONZÁLEZ-REY, F. L. **Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2011, 188 f.

GUEST, G.; BUNCE, A.; JOHNSON, L. How many interviews are enough? An experiment with data saturation and variability. **Field Methods**, v. 18, n. 1, p. 59-82, 2006.

HOGHUGH, M. Parenting – An introduction. In: HOGHUGH, M.; LONG, N. (Eds.). **Handbook of parenting: theory and research for practice**. London, SAGE Publications, 2004, p. 07-28.

HUDSON, D. B.; CAMPBELL-GROSSMAN, C.; KEATING-LEFLER, R.; CLINE, P. New mothers network: the development of an internet-based social support intervention for African American mothers. **Issues in Comprehensive Pediatric Nursing**, v. 31, p. 23-35, 2008. Disponível em <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/18300060>>. Acesso em 02 novembro 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Famílias e domicílios. Resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 203 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/97/cd_2010_familias_domicilios_amostra.pdf>. Acesso em 17 junho 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Gênero: Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 162 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>>. Acesso em 28 outubro 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 146 p. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>>. Acesso em 28 outubro 2018.

ISOTTON, R.; FALCKE, D. Quando um dos Genitores Detém a Guarda dos Filhos: Que Configuração Familiar É Essa? **Pensando Famílias**, v. 18, n. 1, p. 92-106, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000100009>. Acesso em: 25 setembro 2017.

JABLONSKI, B. (2010). A divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. **Psicologia Ciência e Profissão**, 30(2), 262-275.

JAEGER, F. P.; STREY, M. N. Maternidade e violência em situações de opressão. In: JAEGER, F. P.; KRUEL, C. S.; SIQUEIRA, A. C. **Parentalidade e contemporaneidade**: os desafios para a psicologia. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2011, p. 11-31.

JANCZURA, R. Risco ou vulnerabilidade social. v. 11, n. 2, p. 301-308, 2012. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/12173/8639>. Acesso em: 18 dezembro 2018.

KEATING-LEFLER, R.; HUDSON, D. B.; CAMPBELL-GROSSMAN, C.; FLECK, M. O.; WESTFALL, J. Needs, concerns, and social support of single, low-income mothers. **Issue in Mental Health Nursing**, v. 25, n. X, p. 381-401, 2004. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15204900>>. Acesso em: 05 novembro 2017.

KEHL, M. R. Em defesa da família tentacular. In: GROENINGA, G. C.; PEREIRA, R. C. (Orgs.), **Direito de Família e Psicanálise**: Rumo a uma nova epistemologia. Rio de Janeiro: Imago, 2003, p. 163-176.

KOULOGLIOTI, C.; COLE, R.; MOSKOW, M. Single Mothers' Views of Young Children's Everyday Routines: A Focus Group Study. **Journal of Community Health Nursing**, v. 28, n. X, p. 144-155, 2011. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/21809930>. Acesso em: 05 novembro 2017.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEÃO, F. E.; DALLA PORTA, D.; PAULI, C. G.; ANTONIAZZI, M. P.; SIQUEIRA, A. C. Reflexões teóricas sobre maternidade e adoção no contexto da monoparentalidade feminina. **Pensando famílias**, v. 21, n. 2, p. 45-59, 2017. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v21n2/v21n2a05.pdf>>. Acesso em 6 fevereiro 2019

LEVY, L.; FÉRES-CARNEIRO, T. Famílias monoparentais femininas: um estudo sobre a motivação de mulheres que adotam. **Interação em Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 243-250. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3312/2656>>. Acesso em: 30 setembro 2017.

LIMA, J. Á. Por uma análise de conteúdo mais fiável. **Revista Portuguesa de Pedagogia**, v. 47, n. 1, p. 7-29, 2013. Disponível em: <<http://impactum->

journals.uc.pt/rppedagogia/article/view/1794>. Acesso em: 21 abril 2018.

MINAYO, M.C. S. O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 12ª edição. São Paulo: **Hucitec-Abrasco**. 2014.

MINUCHIN, S. **Famílias: funcionamento & tratamento**. (Trad. Jurema Alcides Cunha). Porto Alegre: Artes Médicas, 1982. 238 p.

MINUCHIN, P.; COLAPINTO, J.; MINUCHIN, S. **Trabalhando com famílias pobres**. Porto Alegre: Artmed, 1999. 224 p.

MARIN, A. H.; DONELLI, T. M. S.; LOPES, R. C. S.; PICCININI, C. A. Expectativas e sentimentos de mães solteiras sobre a experiência do parto. **Aletheia**, v. X, n. 29, p. 57-72, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942009000100006>. Acesso em: 30 setembro 2017.

MARIN, A. H., GOMES, A. G., LOPES, R. C. S.; PICCININI, C. A. A constituição da maternidade em gestantes solteiras. **Psico**, v. 42, n. 2, p. 246-254, 2011. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/5379/6528>. Acesso em: 10 novembro 2018.

MARIN, A. H.; PICCININI, C. A. Comportamentos e práticas educativas maternas em famílias de mães solteiras e famílias nucleares. **Psicol. Estud.**, v. 12, n. 1, p.13-22, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722007000100003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 30 setembro 2017.

MORÉ, C. L. O. O. (2005). As redes sociais significativas como instrumento de intervenção psicológica no contexto comunitário. **Revista Paideia**, v. 15, n. 31, p. 267-297.

MORÉ, C. L. O. O.; CREPALDI, M. A. O mapa de rede social significativa como instrumento de investigação no contexto da pesquisa qualitativa. **Nova Perspectiva Sistêmica**, v. X, n. 43, p. 84-98, 2012.

MONTEIRO, S. R. R. P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em debate**. v. 17, n. 2, p. 29-40, 2011. Disponível em: <<http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/695>>. Acesso em: 22 março 2018.

MOREIRA, M. I. C. **Novos rumos para o trabalho com famílias**. Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente - NECA, São Paulo, 2013. 56 p. Disponível em: <<http://www.neca.org.br/wpcontent/uploads/novos%20rumos%20para%20o%20trabalho%20com%20familias.pdf>>. Acesso em: 17 junho 2017.

MORIN, E. Introdução ao Pensamento Complexo. 5 Ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015. 120 p.

MOURA, S. M. S. R.; ARAUJO, M. F. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 24, n 1, p. 44-55, 2004.

NUNES, C.; AYALA-NUNES, L. Famílias em risco psicossocial: desafios para a avaliação e

intervenção. **Psicologia da Criança e do Adolescente**, v. 6, n. 1, p. 95-107, 2015. Disponível em: <<http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/rpca/article/view/1973/2090>>. Acesso em: 02 fevereiro 2019.

OLIVEIRA, T. M. V. de. Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e quotas. **Administração OnLine**, v. 2, n. 3, p. X, 2001. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art23/tania2.htm>. Acesso em: 21 novembro 2017.

ORNELAS, J. **Psicologia Comunitária**. Lisboa: Fim de século, 2008.

OSÓRIO, L. C. **Casais e famílias: uma visão contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2002. 199 p.

PERUCCHI, J.; BEIRÃO, A. M. Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. **Psic. Clin.**, v. 19, n. 2, p. 57-69, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pc/v19n2/a05v19n2.pdf>>. Acesso em 17 junho 2017.

PICCININI, C. A.; MARIN, A. H.; ALVARENGA, P.; LOPES, R. C. S.; TUDGE, J. R. Responsividade materna em famílias de mães solteiras e famílias nucleares no terceiro mês de vida da criança. **Estudos de Psicologia**, v. 12, n. 2, p.109-117, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-294X2007000200002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 30 setembro 2017.

PICCININI, C. A.; MARIN, A. H.; GOMES, A. G.; LOPES, R. C. S. A constituição da maternidade em gestantes solteiras. **Revista Psico**, v. 42, n. 2, p. 246-254, 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/ojs/index.php/revistapsico/article/view/5379/6528>>. Acesso em: 30 setembro 2017.

PINTO, R. M. F.; MICHELETTI, F. A. B. O.; BERNARDES, L. M.; FERNANDES, J. M. P. A.; MONTEIRO, G. V.; SILVA, M. L. N.; BARREIRA, T. M. H. M.; MAKHOUL, A. F.; COHN, A. Condição feminina de mulheres chefes de família em situação de vulnerabilidade social. **Serv. Soc. São Paulo**, v. X, n. 105, p. 167-179, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n105/10.pdf>>. Acesso em: 17 junho 2017.

RIBAS, A. F. P.; RIBAS JUNIOR, R. C.; VALENTE, A. A. Bem-estar emocional de mães e pais e o exercício do papel parental: uma investigação empírica. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 16, n. 3, p. 28-38, 2006. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v16n3/05.pdf>>. Acesso em: 01 dezembro 2018.

ROSADO, A. P. N.; TEIXEIRA, K. M. D.; LORETO, M. D. S.; ANDRADE, V. D. A. Administração dos diferentes domínios da vida: vivências e percepções das detentoras da guarda dos filhos. **Textos & Contextos**, v. 10, n. 2, p. 371-387, 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/9558/7340>>. Acesso em 15 dezembro 2018.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. 199 p.

SANTOS, C. P.; FONSÊCA, M. C. S. M.; FONSÊCA, C. M. S. M. S.; DIAS, C. M. S. B.

Adoção por pais solteiros: desafios e peculiaridades dessa experiência. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 13, n. 2. p. 89-102, 2011. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/3039/2979>. Acesso em: 06 janeiro 2019.

SARTI, C. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F (Orgs.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 6ed. São Paulo: Cortez, 2015.

SHOOK, S. E.; JONES, D. J.; FOREHAND, R.; DORSEY, S. The mother-coparent relationship and youth adjustment: a study of African American single-mother families. **Journal of Family Psychology**, v. 24, n. 3, p. 243-251, 2010. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20545397>. Acesso em: 05 novembro 2017.

SLUZKI, C. E. **A rede social na prática sistêmica**. (C. Berliner, Trad.). São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

STASEVSKAS, K. O.; SCHORS, N. Uma mulher de família. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 10, n. 2, p. 73-77, 2000.

SZAPIRO, A. M.; FÉRES-CARNEIRO, T. Construções do feminino pós anos sessenta: o caso da maternidade como produção independente. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 15, n. 1, p. 179-188, 2002. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722002000100019&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 30 setembro de 2017.

TOBIAS, M.; KOKAUA, J.; GERRITSEN, S.; TEMPLETON, R. The health of children in sole-parent families in New Zealand: results of a population-based cross-sectional survey. **Australian and New Zealand Journal of Public Health**, v. 34, n. 3, p. 274-280, 2010. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20618269>. Acesso em: 05 novembro 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Manual de Elaboração de Dissertações e Teses: estrutura e apresentação. Santa Maria, RS: Editora da UFSM, 2015. 88 p.

USANDIVARAS, C. M. D. El ciclo del divorcio em la vida familiar. **Sistemas Familiares**, v. 1, n.15, p. 15-35, Buenos Aires, 1996.

VASCONCELLOS, M. J. E. **Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência**. 10. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

VERZA, F.; SATTLER, M. K.; STREY, M. N. Mãe, mulher e Chefe de Família: Perspectivas de Gênero na Terapia Familiar. **Pensando Famílias**. V. 19, n. 1, p. 46-60, 2015. Disponível em: < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n1/v19n1a05.pdf>>. Acesso em: 17 junho 2017.

WAGNER, A. Possibilidades e potencialidades da família: a construção de novos arranjos a partir do recasamento. In: WAGNER, A. (Org.), **Família em cena: Tramas, Dramas e Transformações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 23-38.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. V. 2, n. 3, p. 33-40, 2001.

YUNES, M. A. M.; GARCIA, N. M.; ALBUQUERQUE, B. M. Monoparentalidade, Pobreza e Resiliência: entre as crenças dos profissionais e as possibilidades de convivência familiar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 20, n. 3, p. 444-453, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722007000300012>. Acesso em: 17 junho de 2017.

YUNES, M. A. M.; N. F. MENDES; ALBUQUERQUE, B. Percepções e crenças de agentes comunitários de saúde sobre resiliência em famílias monoparentais pobres. **Texto e Contexto Enfermagem**, v. 14, n. X, p. 24-31, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072005000500003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 17 julho 2017.

ZORNIG, S. M. A-J. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. **Tempo psicanalítico**, v. 42, n. 2, p. 453-470, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0101-48382010000200010&script=sci_abstract>. Acesso em: 9 setembro de 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Título do estudo: Redes pessoais significativas e maternidade em famílias monoparentais em vulnerabilidade social.

Pesquisadoras responsáveis: Mestranda Mônica Sperb Machado e Prof^a Dr^a Caroline Rubin Rossato Pereira.

Endereço: Avenida Roraima, nº 1000, prédio 74B, sala 3206A, Camobi, Santa Maria/RS.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, _____, responsável pelo Centro de Referência em Assistência Social (indicar localidade), do município de Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul, autorizo a realização do estudo intitulado “Redes pessoais significativas em famílias monoparentais femininas em vulnerabilidade social”, sob a responsabilidade da pesquisadora Mônica Sperb Machado, junto a algumas mulheres responsáveis por famílias monoparentais assistidas neste CRAS.

Informo que fui esclarecido(a) sobre o objetivo do estudo – compreender a dinâmica das redes pessoais significativas no desempenho da maternidade em famílias monoparentais femininas, em situação de vulnerabilidade social – bem como dos procedimentos a serem realizados para a coleta de dados, que acontecerá de forma individual com cada uma das participantes, no CRAS ou no local sugerido por estas, sendo estes: 1) apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; 2) aplicação de um Questionário Sociodemográfico; 3) realização de uma Entrevista sobre Redes Sociais e Maternidade em

Famílias Monoparentais em Vulnerabilidade Social, a qual será gravada em áudio; 4) aplicação do instrumento Mapa Mínimo das Relações (MMR).

Estou ciente, também, de que este projeto de pesquisa apenas será executado após aprovação plena pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), sendo que serão tomados todos os cuidados necessários para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade das participantes bem como das instituições envolvidas. Além disso, tenho conhecimento de que todo o material desta pesquisa ficará arquivado por cinco anos na Universidade Federal de Santa Maria, no seguinte endereço: Avenida Roraima, nº 1000, UFSM, Centro de Ciências Sociais e Humanas, prédio 74B, sala 3206A, Bairro Camobi, Santa Maria/RS, de modo que, após este período o material será destruído.

Santa Maria, ____ de _____ de 2017.

Assinatura e carimbo do responsável institucional

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Título do estudo: Redes pessoais significativas em famílias monoparentais femininas em vulnerabilidade social.

Pesquisadoras responsáveis: Mestranda Mônica Sperb Machado e Prof^a Dr^a Caroline Rubin Rossato Pereira.

Endereço: Avenida Roraima, nº 1000, prédio 74B, sala 3206A, Camobi, Santa Maria/RS.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO⁴

Este estudo tem como objetivo compreender a dinâmica das redes pessoais significativas no desempenho da maternidade em famílias monoparentais femininas em situação de vulnerabilidade social. Isso significa que pretendemos entender como você exerce a função de mãe na sua família e com que pessoas ou serviços você pode contar para lhe auxiliar nisso. Participarão desta pesquisa também outras mães, que assim como você, são responsáveis por famílias monoparentais em situação de vulnerabilidade social que estão cadastradas em algum CRAS de um município do interior do Estado, que convivam com ao menos um filho criança (ou seja, que tenha até 12 anos).

A sua visão sobre o assunto e a das demais participantes será coletada através de uma Entrevista Semiestruturada, individual, que será gravada em áudio e, posteriormente, transcrita para o papel. Esta entrevista terá como objetivo compreender a sua percepção sobre o desempenho da maternidade no contexto de monoparentalidade e vulnerabilidade social que você vivencia. Além disso, será utilizado um Questionário Sociodemográfico a fim de obter alguns dados gerais sobre você, como sua: idade, escolaridade, profissão, entre

⁴ Comitê de Ética em Pesquisa – Universidade Federal de Santa Maria. Av. Roraima, nº 1000. 2º andar do prédio da Reitoria. CEP: 97105-900. Santa Maria – RS. Telefone: (55) 3220-9362. E-mail: cep.ufsm@gmail.com. Web: www.ufsm.br/cep

outras informações. Por fim, será utilizado um instrumento denominado Mapa de Rede ou Mapa Mínimo das Relações para mapear a sua rede de apoio significativa para o desempenho da maternidade.

A sua identidade será mantida em sigilo e as informações colhidas neste estudo serão utilizadas somente para fins de pesquisa, sendo arquivadas, por um período de cinco anos, na Universidade Federal de Santa Maria, no seguinte endereço: Avenida Roraima, nº 1000, UFSM, Centro de Ciências Sociais e Humanas, prédio 74B, sala 3206A, Bairro Camobi, Santa Maria/RS. Após este prazo, todas as informações coletadas são eliminadas.

Você poderá solicitar esclarecimentos sobre os procedimentos desse estudo, tirar dúvidas ou interromper sua participação em qualquer momento da realização da pesquisa, sem qualquer prejuízo. A sua participação neste estudo é voluntária e não remunerada. Esta pesquisa não possui objetivo de testar e nem experimentar nenhum procedimento novo, sendo considerada de risco mínimo para você e as outras participantes. Entretanto, caso sejam observadas situações que lhe causem desconforto, nós nos comprometemos por avaliar a situação, podendo interromper a continuidade das atividades e, se for necessário, podemos realizar outros encontros com você, a fim de atender às questões mobilizadas, ou, ainda, podemos encaminhá-la ao projeto Enlaces, que disponibiliza atendimentos psicológicos para famílias na UFSM.

Apesar de não haver benefícios diretos por sua participação neste estudo, considera-se que este seja capaz de lhe possibilitar um momento de reflexão sobre sua condição de mãe e mulher responsável por uma família monoparental no contexto de vulnerabilidade social. Ressaltamos que sua participação tem muito a contribuir para com a comunidade acadêmica, científica, bem como com outras mulheres que vivenciam uma situação parecida com a sua.

Agradecemos a sua colaboração na produção desta pesquisa e nos colocamos à disposição para outros esclarecimentos com a pesquisadora/orientadora do projeto, Prof^ª. Dr^ª. Caroline Rubin Rossato Pereira e a pesquisadora Mônica Sperb Machado, que podem ser contatadas pelo telefone (55)3220-9233, bem como com o Comitê de Ética da UFSM⁵ que aprovou a realização desta pesquisa. Por fim, salientamos que este Termo de Consentimento foi elaborado em duas vias, sendo que uma destas ficará com você e, a outra, conosco.

⁵ Comitê de Ética em Pesquisa – Universidade Federal de Santa Maria. Av. Roraima, nº 1000. 2º andar do prédio da Reitoria. CEP: 97105-900. Santa Maria – RS. Telefone: (55) 3220-9362. E-mail: cep.ufsm@gmail.com. Web: www.ufsm.br/cep

Autorização

Eu, _____, após a leitura ou a escuta da leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável para esclarecer todas as minhas dúvidas, estou suficientemente informado, ficando claro para que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade. Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo e assino este termo em duas vias, uma das quais me foi entregue.⁶

Data: ____/____/____

Participante

Pesquisadora

Professora Responsável pelo Projeto

⁶ Comitê de Ética em Pesquisa – Universidade Federal de Santa Maria. Av. Roraima, nº 1000. 2º andar do prédio da Reitoria. CEP: 97105-900. Santa Maria – RS. Telefone: (55) 3220-9362. E-mail: cep.ufsm@gmail.com. Web: www.ufsm.br/cep

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Título do estudo: Redes pessoais significativas e maternidade em famílias monoparentais em vulnerabilidade social.

Data da aplicação: ____/____/____

Nome completo: _____

Idade: _____

CRAS de referência: _____

Telefone Residencial: _____ Celular: _____

Endereço: _____

Profissão/ocupação: _____ Renda: _____

Possui algum auxílio? Qual? (Bolsa Família, pensão etc) _____

Turno e Carga Horária de trabalho: _____

Escolaridade: () não escolarizado () Ensino Fundamental () Ensino Médio ()

Ensino Superior.

Obs.: _____

Religião: _____ Estado civil: _____

Motivo que levou à monoparentalidade: _____

Há quanto tempo estão nessa configuração? _____

Em caso de separação, possui a guarda (unilateral) dos filhos? () Sim. () Não.

Existe participação paterna na vida dos filhos? Se sim, descrever.

Quem você considera parte de sua família?

Nome	Idade	Ocupação	Parentesco	Reside junto?

Mais alguém mora com você?

Nome	Idade	Relação

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
ROTEIRO DE ENTREVISTA

**Redes Pessoais Significativas e Maternidade em Famílias Monoparentais em
Vulnerabilidade Social**

A maternidade em famílias monoparentais em vulnerabilidade social

1. Eu gostaria que você me contasse um pouco mais sobre a sua vida como mãe:
 - a) Você poderia me descrever um dia comum da rotina da sua família? E um dia incomum, quando algo dá errado (por exemplo, alguém fica doente)?
 - b) Quais as tarefas que você realiza com os seus filhos? Quais as suas responsabilidades com eles? Como você se sente em relação a isso?
 - c) Quanto tempo você passa com seus filhos por dia? Que outras tarefas você desenvolve durante o dia?
 - d) Quem cuida da(s) criança(s)? De que forma cuida(m)? Por exemplo, com relação às (aos):
 - i. Cuidados com alimentação e higiene (ex: preparo das refeições, organização do banho, entre outros);
 - ii. Cuidados com a saúde (ex.: acompanhamento dos atendimentos clínicos, do uso de medicações, entre outros);
 - iii. Atividades escolares (ex.: levar à escola, auxiliar nos estudos, entre outras);
 - iv. Cuidado emocional (ex.: quando a criança aparenta não estar bem –triste ou agitada – ou tem algum problema);
Ensino das regras e limites (educação);
 - e) Sobre o ensino das regras e limites, quem faz? De que forma?
 - f) Sobre o ensino dos valores, quem faz? De que forma?
 - g) Quanto à realização de atividades de lazer (ex.: brincar, passeios, entre outros), quem faz? De que forma?

- h) Pensando em tudo o que você contou sobre as tarefas que tem com seus filhos, tem algo que você ache mais difícil? Por quê? Como você se sente com isso?
 - i) Essas tarefas e cuidados que você tem com seus filhos sempre foram assim? Em algum momento da sua vida você pode dividi-los com outras pessoas? (ex.: pai ou avós das crianças ou outros); Como você se sente com isso?
2. Sobre ser mãe:
- a) O que é ser mãe para você?
 - b) Qual a importância da mãe para uma família? E qual você acredita ser a sua importância para a sua família?
 - c) Pensando as mães que você conhece, tem alguma que te inspire no seu jeito de ser mãe? Por quê?
 - d) Tem algo que mais lhe agrada no fato de ser mãe?
 - e) O que é mais difícil para você em ser mãe?
3. Sobre você ser mãe vivendo em uma região como a(o) (nome da bairro em que vive a participante), sendo a pessoa responsável pela sua família:
- a) Sobre a sua experiência, quais poderiam ser os pontos positivos de criar os seus filhos aqui?
 - b) Do contato que você tem com outras mães que você conhece, o que elas lhes falam ou o que você percebe sobre dificuldades que possuam em criar seus filhos nessa região?
 - c) Em sua opinião, quais seriam os pontos negativos?
 - i. Você encontra alguma dificuldade?
 - ii. Quais são as suas principais preocupações ou necessidades? Como você se sente com isso?
 - iii. Quando você encontra alguma dificuldade, com quem você pode contar para lhe ajudar?
 - d) Seus familiares (pais, mães, filhos mais velhos...) ou outras pessoas (ex. da vizinhança, dos serviços de saúde ou de assistência, da escola, entre outros) participam de alguma forma no cuidado com a(s) criança(s)? Como você se sente com isso?

A rede pessoal significativa para o desempenho da maternidade

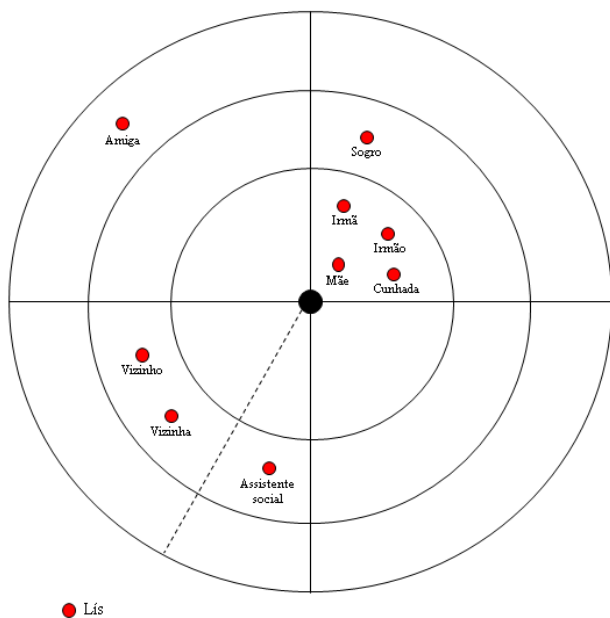
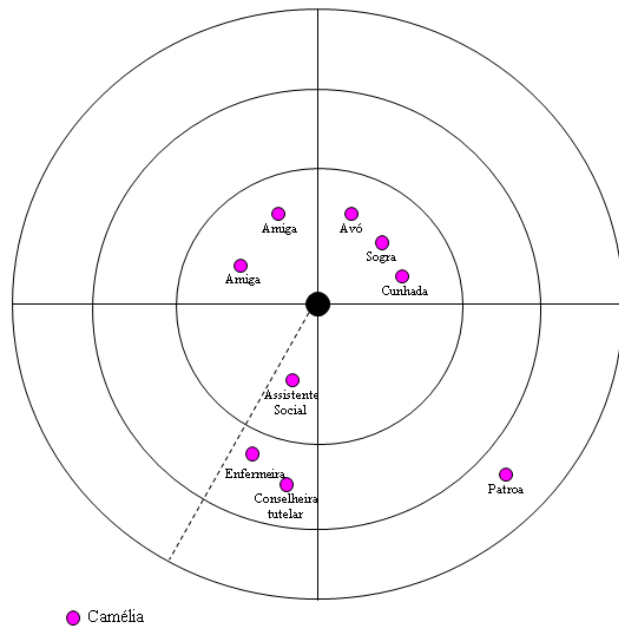
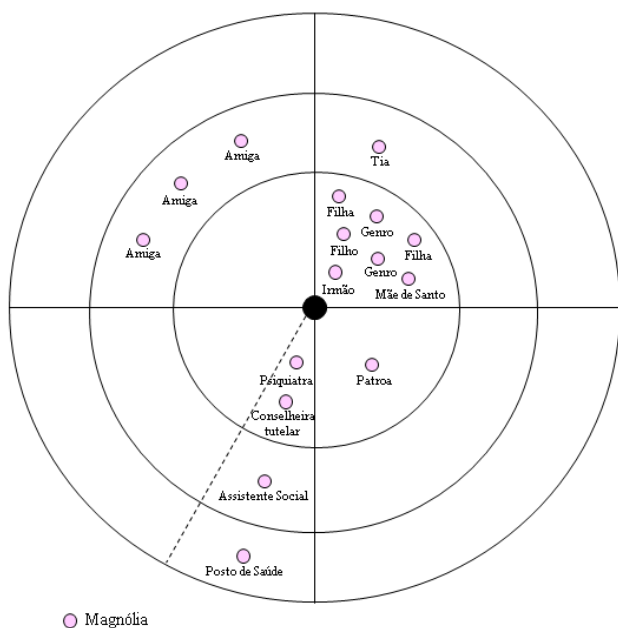
(Início da construção do Mapa de Rede ou Mapa Mínimo das Relações).

1. Pensando no que conversamos, eu gostaria de conversar mais com você sobre as pessoas que, de alguma forma, lhe ajudam na criação do(s) teu(s) filho(s).
2. Apresentação do Mapa Mínimo das Relações e explicação do significado dos círculos e dos quadrantes à participante.
3. Construção do mapa: colocar as pessoas no Mapa, guiando-se através das perguntas⁷:
 - a) Pensando na sua família, quem são as pessoas⁸ importantes na sua vida, com quem você pode contar para lhe ajudam na criação do(s) seu(s) filho(s)?
 - b) Sobre a intimidade que você tem com essa pessoa, você a considera muito próxima a você, nem muito próxima nem muito distante ou, ainda, distante de você?
 - c) De que forma ou por que esta pessoa é importante na sua vida? Como essa pessoa lhe ajuda no cuidado com o(s) seu(s) filho(s)?
4. Reflexão após construção do Mapa Mínimo das Relações:
 - a) Olhando para o Mapa construído, o que você pensa sobre ele?
 - b) Como foi para você participar dessa entrevista?
 - c) Você gostaria de dizer mais alguma coisa sobre tudo o que conversamos?
 - d) Para finalizar: a partir do que conversamos, que conselhos você daria para uma mulher/mãe que vive uma situação parecida com a sua?

⁷ Retomam-se as perguntas do item nº 3 para cada quadrante (família, amizades, relações comunitárias - relações com sistemas de saúde e agências sociais – e relações de trabalho ou estudo).

⁸ Para cada pessoa indicada pela participante na pergunta (a), item nº 3, retomam-se as perguntas (b), (c) e (d) do mesmo item.

APÊNDICE E – MAPAS INDIVIDUAIS DAS PARTICIPANTES

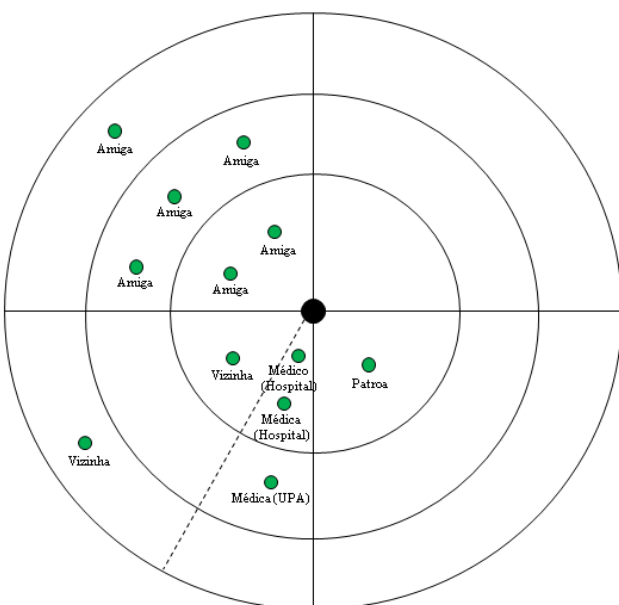




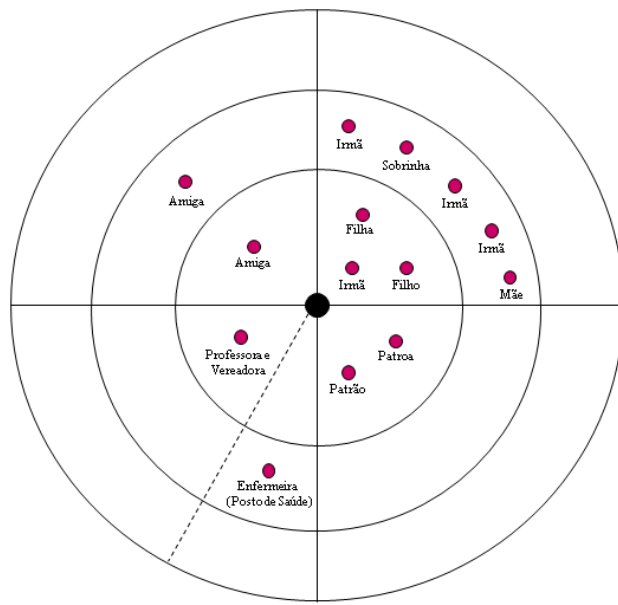
● Hortênsia



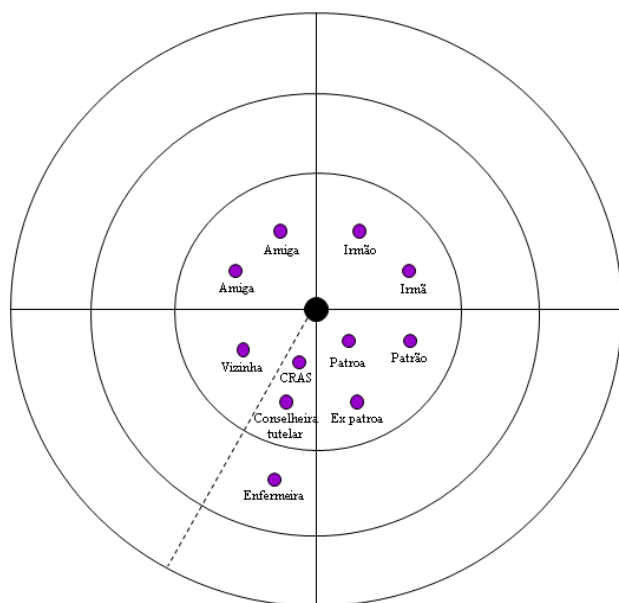
● Jasmin



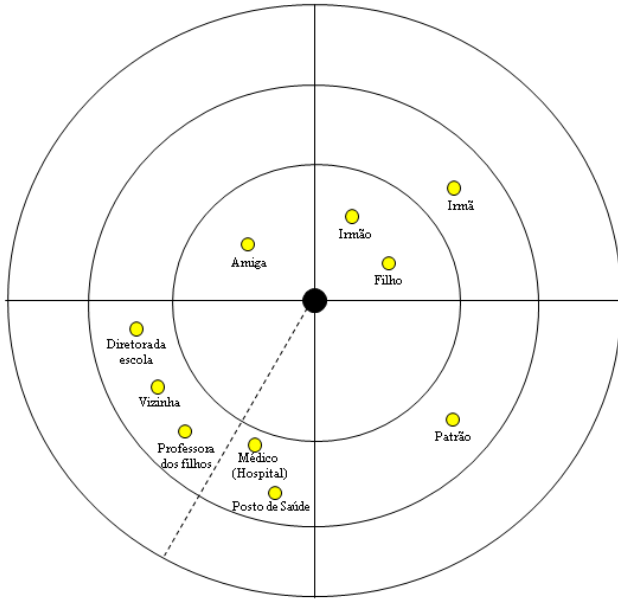
● Melissa



● Rosa

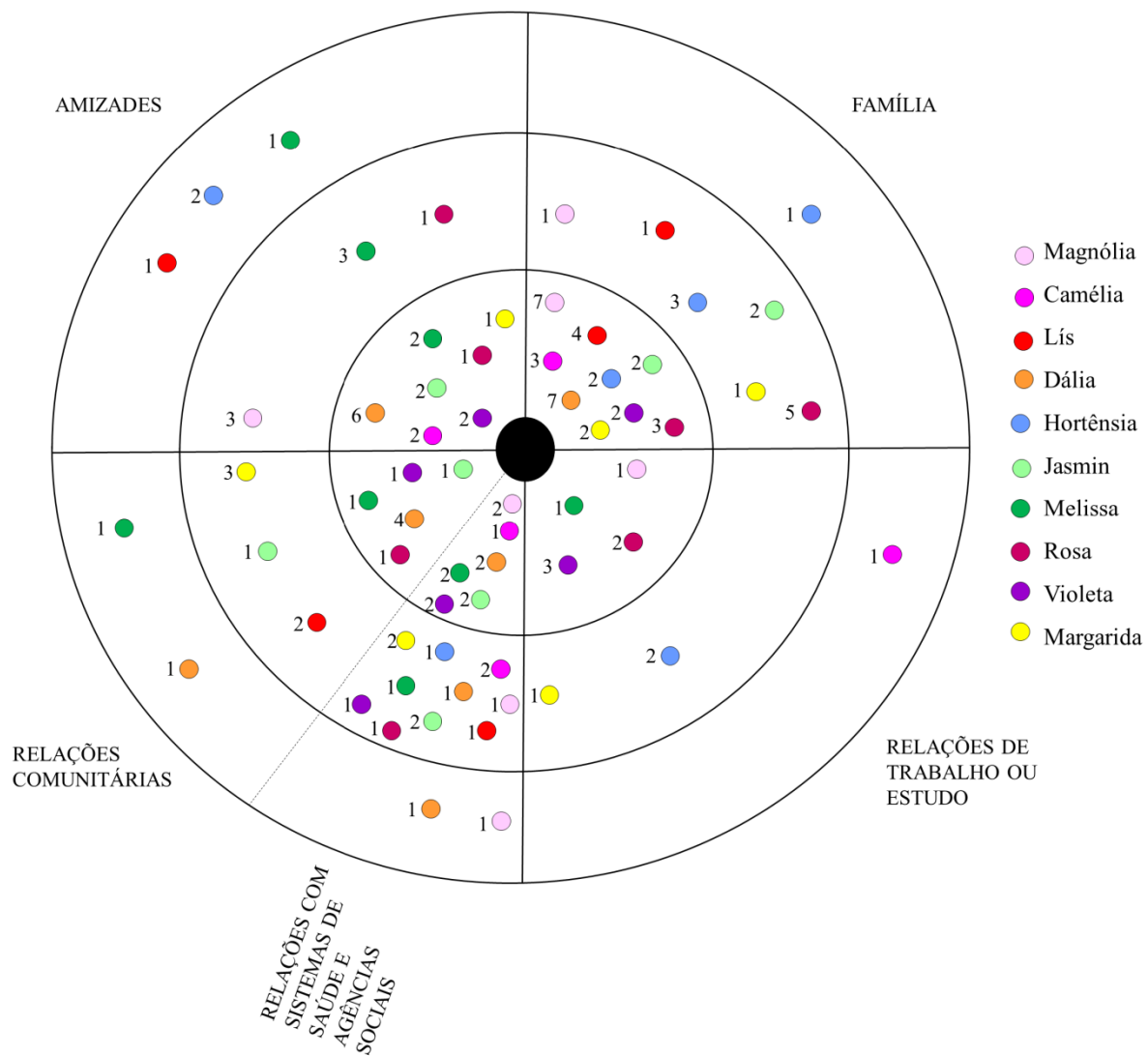


● Violeta



● Margarida

APÊNDICE F – MAPA GERAL DAS PARTICIPANTES



Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE G – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Título do estudo: Redes pessoais significativas e maternidade em famílias monoparentais em vulnerabilidade social.

Pesquisadoras responsáveis: Mestranda Mônica Sperb Machado e Prof^a Dr^a Caroline Rubin Rossato Pereira.

Endereço: Avenida Roraima, nº 1000, prédio 74B, sala 3206A, Camobi, Santa Maria/RS.

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

As pesquisadoras responsáveis pelo presente projeto de pesquisa se comprometem em preservar a confidencialidade dos dados das participantes, bem como a identidade das instituições. A coleta de dados envolverá a aplicação de um Questionário Sociodemográfico, de uma Entrevista Semiestruturada e de um instrumento denominado Mapa de Rede ou Mapa Mínimo das Relações, os quais serão respondidos pelas participantes, com perguntas abertas sobre a temática em estudo.

Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para a realização do estudo, bem como para publicações científicas envolvendo o mesmo. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na Avenida Roraima, nº 1000, Centro de Ciências Sociais e Humanas, prédio 74B, sala 3206A, Bairro Camobi, Santa Maria/RS, por um período de cinco anos, sob a responsabilidade da Prof^a Pesquisadora Caroline Rubin Rossato Pereira. Após este período, os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM⁹ em 11/01/2018, com o número do CAAE: 81489417.9.0000.5346.

Santa Maria, __ de _____ de 2017.

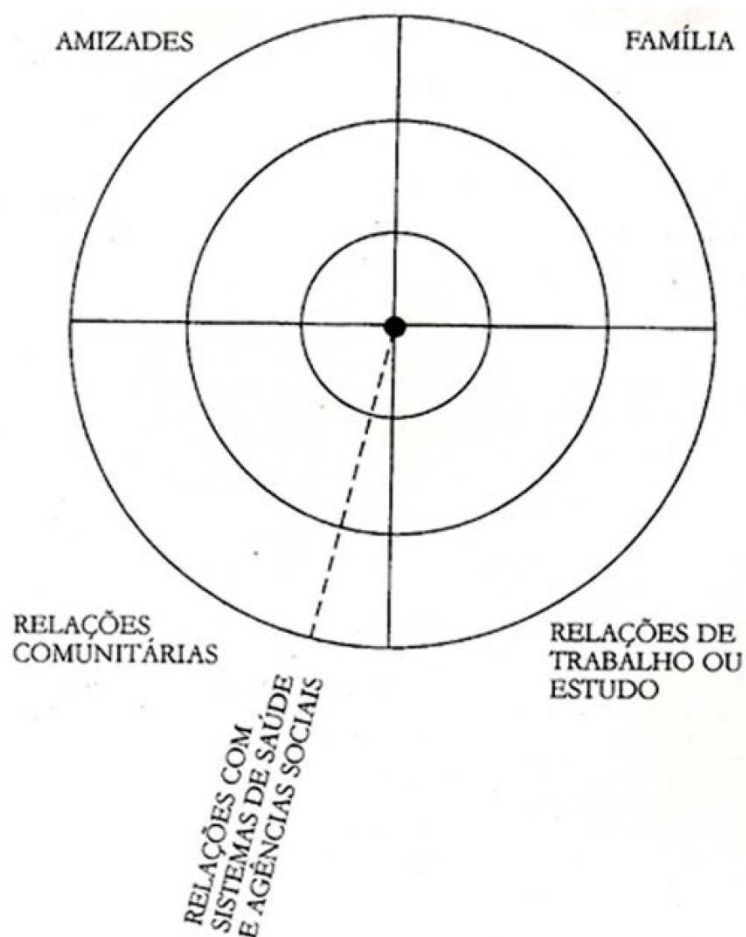
Prof^a Dr^a Caroline Rubin Rossato Pereira

Mônica Sperb Machado

⁹ Comitê de Ética em Pesquisa – Universidade Federal de Santa Maria. Av. Roraima, nº 1000. 2º andar do prédio da Reitoria. CEP: 97105-900. Santa Maria – RS. Telefone: (55) 3220-9362. E-mail: cep.ufsm@gmail.com. Web: www.ufsm.br/cep

ANEXOS

ANEXO A – MAPA DE REDE OU MAPA MÍNIMO DAS RELAÇÕES (MMR)



Fonte: SLUZKI, C. E. **A rede social na prática sistêmica.** (C. Berliner, Trad.). São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.